



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIII Nº 51, TERÇA-FEIRA, 24 DE ABRIL DE 2018

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

Presidente

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)

2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel (PT-CE)

1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

2º Secretário

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

3º Secretário

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)

4ª Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Paulo Max Cavalcante da Silva

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 53ª SESSÃO, ESPECIAL, EM 23 DE ABRIL DE 2018

1.1 – ABERTURA	7
1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada a comemorar os 70 anos do 35 Centro de Tradições Gaúchas - CTG, os 150 anos do Partenon Literário, os 80 anos da Sociedade Gaúcha de Lomba Grande e os 70 anos da Comissão Gaúcha de Folclore, nos termos do Requerimento nº 17/2018, da Senadora Ana Amélia e outros senadores.	7
1.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro	7
1.2.2 – Execução do Hino do estado do Rio Grande do Sul	7
1.2.3 – Fala da Presidência (Senadora Ana Amélia)	7
1.2.4 – Oradores	
Srª Gleicimary Borges da Silva Albrecht, Patroa do 35 Centro de Tradições Gaúchas	10
Srª Dinara Xavier da Paixão, Representante do Partenon Literário	13
Sr. José Luiz Amaral Silveira, Patrão da Sociedade Gaúcha de Lomba Grande	16
Sr. Octavio Cappuano, Presidente da Comissão Gaúcha de Folclore	17
Sr. Rogério Bastos, Representante da Confederação Brasileira da Tradição Gaúcha	20
Senador Paulo Paim	23
Sr. Nairo Callegaro, Presidente do Movimento Tradicionalista Gaúcho - RS	26
Sr. João Francisco Ioung Petroceli, Presidente do Movimento Tradicionalista Gaúcho do Planalto Central.	29
1.2.5 – Execução da música “Parabéns Crioulo”.	33
1.3 – ENCERRAMENTO	33



2 – ATA DA 54ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 23 DE ABRIL DE 2018

2.1 – ABERTURA	35
2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
2.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II)	35
2.2.2 – Oradores	
Senador Paulo Paim – Destaque para o relatório de autoria de S. Ex ^a relativo à proposta de criação do novo Estatuto do Trabalho a ser apresentado no dia 1º de maio próximo; e outros assuntos.	35
Senador Ailton Sandoval – Preocupação com o aumento de ocorrências de <i>bullying</i> no estado de São Paulo e expectativas quanto a medidas preventivas a essas práticas; e outro assunto.	40
Senador Telmário Mota – Registro de reivindicações da comissão de taxistas de Manaus e da população do estado de Roraima; e outros assuntos.	41
Senadora Rose de Freitas – Comentários sobre a mudança de S. Ex ^a para o partido Podemos; e outros assuntos.	46
Senador Elmano Férrer – Apoio à PEC 10/2013, que extingue o foro por prerrogativa de função nos casos de crimes comuns; e outros assuntos.	54
Senador Hélio José – Homenagem ao aniversário de 58 anos de Brasília, comemorado no dia 21 de abril.	57
Senadora Fátima Bezerra – Comentários a respeito da participação de S. Ex ^a na Conferência Estadual Popular da Educação do Rio Grande do Norte; e outros assuntos.	62
Senador Paulo Rocha – Críticas ao Governo Federal pelo crescimento dos conflitos fundiários; e outros assuntos.	69
2.3 – ENCERRAMENTO	74

PARTE II

3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 54ª SESSÃO

3.1 – EXPEDIENTE

3.1.1 – Abertura de prazo

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso para que o Projeto de Lei do Senado nº 92/2017 seja apreciado pelo Plenário (Ofício nº 19/2018-CAS).	76
---	----

3.1.2 – Comunicação

Da Liderança do Bloco Parlamentar Democracia Progressista, de substituição de membro na Comissão Parlamentar de Inquérito dos cartões de crédito. (Ofício nº 4/2018). <i>Substituído o membro</i>	79
---	----

3.1.3 – Mensagens do Presidente da República

Nº 198/2018, na origem (Mensagem nº 25/2018, no Senado Federal), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. ADALBERTO TOKARSKI para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ).	81
---	----



Nº 205/2018, na origem (**Mensagem nº 24/2018, no Senado Federal**), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Oriental do Uruguai. 96

3.1.4 – Projetos de Lei do Senado

Nº 193/2018, da Senadora Ana Amélia, que *confere ao Município de Lagoa Vermelha, no Estado do Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional do Churrasco*. 133

Nº 194/2018, da Senadora Ana Amélia, que *dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa dos Campos de Altitude associados ou abrangidos pelo bioma Mata Atlântica* 137

PARTE III

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL 154

5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA 157

6 – LIDERANÇAS 158

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 162

8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 175

9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES 178

10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS 227



Ata da 53ª Sessão, Especial,
em 23 de abril de 2018

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência da Sra. Ana Amélia.

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 19 minutos e encerra-se às 12 horas e 27 minutos.)



A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão especial destina-se a comemorar os 70 anos do 35 CTG, que serão celebrados amanhã, os 150 anos do Partenon Literário, os 80 anos da Sociedade Gaúcha de Lomba Grande e os 70 anos da Comissão Gaúcha de Folclore, cujo aniversário é hoje, nos termos do Requerimento nº 17, de 2018, de minha autoria e de vários outros Senadores, como o Senador Paulo Paim e o Senador Lasier Martins, do nosso Estado, além de outros apoiadores, Senadores de outros Estados.

Eu convido para compor a Mesa as seguintes lideranças que são hoje homenageadas através das suas entidades: a Patroa do 35 Centro de Tradições Gaúchas, Gleicimary Borges da Silva Albrecht – um grande prazer ter, ao meu lado, uma mulher que honra as tradições gaúchas também; a representante do Partenon Literário, Sr^a Dinara Paixão, que representa o Presidente Benedito Saldanha; o Patrão da Sociedade Gaúcha de Lomba Grande, José Luiz Amaral Silveira; o Presidente da Comissão Gaúcha de Folclore, Octávio Cappuano; o representante da Confederação Brasileira da Tradição Gaúcha, Rogério Bastos; o Presidente do Movimento Tradicionalista Gaúcho, Nairo Callegaro; e o Presidente do Movimento Tradicionalista Gaúcho do Planalto Central, João Francisco Petroceli.

Convido todos os presentes, especialmente os que compõem esta Mesa, para, em posição de respeito, acompanharmos o Hino Nacional brasileiro e, em seguida, o Hino do Rio Grande do Sul, executado pelo cantor Gerson Rezende, acompanhado de violão e gaita.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

(Procede-se à execução do Hino do Rio Grande do Sul)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ilustres representantes da legítima tradição do nosso Rio Grande do Sul amado, caros convidados, tenho a satisfação de saudá-los, todos aqui presentes nesta cerimônia.

Eu queria dizer que, quando o Rogério Bastos, que representa a Confederação Brasileira da Tradição Gaúcha, me encaminhou uma correspondência, ao gabinete, lembrando essas efemérides que reúnem as mais importantes instituições e entidades que têm como objetivo maior a preservação da memória, da cultura e da difusão desse valor imaterial que nós temos e que é a marca de um Estado com uma história política extraordinariamente rica, e quando eu li a carta, eu me lembrei da minha Lagoa Vermelha, do meu CTG Alexandre Pato, que tem uma das sedes mais bonitas porque está junto a uma reserva de vegetação nativa nos campos de cima da serra.

E me lembrei também de quando jovem, interna no Ginásio Rainha da Paz, naquela cidade, na minha cidade de Lagoa Vermelha, eu participava também do CTG e fazíamos apresentações na escola primeiro, no Colégio Rainha da Paz. Tenho fotos no meu gabinete desse tempo.

E aí a minha memória, saudosa dos tempos que não voltam mais, mas que nós temos obrigação de preservar, reafirmando numa sessão como esta no Senado Federal, que é a Casa da República e que é a representante legítima, por isso são três Senadores por Estado... O Art. 53



da Constituição diz que esta é a Casa que representa igualmente os interesses dos Estados. Portanto, chamada também a Casa da República, pelas questões federativas que aqui trata.

Nada mais justo, portanto, que neste dia, precisamente hoje, comemoremos um dos aniversários das homenageadas – que faz o seu aniversário hoje, o dia 23 de abril, porque em 1948 a Comissão Gaúcha de Folclore foi fundada – e o do 35 CTG, que será no dia 24 (portanto amanhã será a data do aniversário dos 70 anos do 35 CTG), que foi um dos pioneiros das tradições gaúchas com essa criação. E eu queria lembrar que talvez muitos dos líderes não imaginariam que esse movimento ganhasse o norte, o sul, o leste e o oeste, os mais longínquos rincões do nosso Rio Grande do Sul e do nosso Brasil.

Há 70 anos, oito jovens estudantes do interior do nosso Estado deram o primeiro passo de uma caminhada que se espalharia pelo mundo, semeando, cultivando e colhendo a cultura e a tradição dos gaúchos. Talvez nem mesmo Paixão Côrtes, que liderou a criação do Departamento de Tradições Gaúchas no Colégio Júlio de Castilhos, lá em Porto Alegre, na década de 1940, teria ideia das proporções que os Centros de Tradições Gaúchas tomariam ao longo das décadas. Eles se expandem, até hoje, no Território brasileiro e também no mundo. Hoje, são mais de 3,7 mil CTGs espalhados no Brasil – mais de 1,7 mil só no Rio Grande do Sul – e milhares espalhados pelo mundo, indo do Uruguai até a longínqua China, lá na Ásia.

O nome do primeiro CTG foi escolhido pelos jovens que integravam o Grupo dos Oito. Surgiram oito propostas, todas em homenagem a 1835, data do início da Revolução Farroupilha. Barbosa Lessa, um dos melhores escritores que nós temos da cultura gaúcha, sugeriu o 35 CTG, decidindo a seguir que deveria ficar tão somente 35 Centro de Tradições Gaúchas.

A Chama Crioula, que ilumina piquetes e galpões em todo o Brasil a cada 20 de setembro, nasceu também em 1947. Foi do Grupo dos Oito a iniciativa de retirar uma centelha do Fogo Simbólico da Pátria e criar a Chama Crioula, acessa em todos os Municípios gaúchos a cada Semana Farroupilha. Aqui em Brasília não é diferente, com o Centro de Tradições e pelas entidades que representam o nosso tradicionalismo.

E assim como a Chama Crioula, a tradição e o folclore seguem acessos com os gaúchos onde quer que andem. Essa valorização ao longo do tempo é possível graças ao trabalho das entidades como a Comissão Gaúcha de Folclore, fundada em 1948, liderada por décadas pelo incansável batalhador Dante de Laytano, outra figura notável das nossas letras e da nossa história, e hoje também homenageada nesta sessão, exatamente pelo símbolo da comemoração do aniversário.

Lembro-me também da importância do Partenon Literário, que completa 150 anos em 2018, aqui representado por Dinara da Paixão. O Partenon, sediado em Porto Alegre, foi fundado em 1868, tendo entre seus fundadores o médico e escritor José Antônio do Vale Caldre Fião – às vezes, a gente vê o nome de uma rua e não sabe da origem e o porquê, pois existe a Rua Caldre Fião lá no morro quando a gente ia para a nossa TV difusora, hoje Bandeirantes –, presidente honorário, e o jovem Apolinário José Gomes, de Porto Alegre, que também estava junto.

A diversidade étnica do nosso Estado, do Rio Grande do Sul, também faz parte da cultura e da tradição do nosso Estado. Em 1938, um grupo de 22 amigos, todos de origem alemã, reunidos no salão Allgayer, no Distrito de Lomba Grande, na época pertencente ao Município de São Leopoldo, fundaram uma entidade com o objetivo de cultuar as tradições do Rio Grande, inicialmente chamada de Sociedade Gaúcha de Lomba Grande, hoje comemorando 80 anos.



A paixão e o entusiasmo dessas entidades que hoje homenageamos e de cada recanto gaúcho espalhado pelo mundo possibilitam que a história do nosso Rio Grande do Sul continue sendo contada através do canto, através da música, através da sua culinária, através do churrasco, através das nossas tradições e de tantas outras manifestações culturais, que nos orgulham muito, a começar pela nossa indumentária, diferente das demais indumentárias e que encanta todos.

A pilcha, que acabei de falar, o chimarrão, os bailes ali da campeira, a poesia, a música identificam o gaúcho e seguem firmes e fortes graças ao trabalho de todas essas entidades.

Além do que temos movimentos que anualmente celebram, como na minha Lagoa Vermelha, a Festa Nacional do Churrasco. Há um prato mais típico que o churrasco, que hoje é servido em mesas de todo o mundo, inclusive na China ou na Rússia, e em todas as cidades brasileiras? Talvez o restaurante mais frequentado seja sempre uma churrascaria. E não raro os garçons estão pilchados de gaúchos, porque isso é também uma marca de preservar essa tradição. E tenho visto isso aonde vou, nos mais longínquos rincões, inclusive em Manaus e outras cidades do nosso Nordeste, do nosso Norte, do nosso Centro-Oeste, em que estão lá os gaúchos representados.

Na minha cidade de Lagoa Vermelha, além desse CTG de Alexandre Pato, é feita a Festa Nacional do Churrasco, com grande afluência de público, pela qualidade do que nós consideramos o melhor churrasco do mundo, com respeito e atenção a todas as outras cidades gaúchas que também pensam que fazem um bom churrasco. Mas nós, de Lagoa Vermelha, temos essa honra e esse orgulho de dizer que é o melhor churrasco, porque temos não só a qualidade da carne como também os cortes feitos de forma diferente de qualquer região do Estado do Rio Grande do Sul, a maneira de preparar, a madeira dos espetos usados para fazer o churrasco. E se criou também uma iguaria que é inigualável: a linguça campeira cortada à mão, temperada com um tempero verde de gosto caseiro. E assim temos o orgulho de dizer que temos o melhor churrasco do mundo.

E muitos dos Senadores aqui já provaram dessa iguaria e são também testemunhas de que não se trata de propaganda enganosa. A Senadora está falando a verdade. Temos em Lagoa Vermelha um grande churrasco.

Ao pronunciar essas palavras, cito a letra do nosso Hino que ouvimos aqui: "Sirvam nossas façanhas de modelo a toda Terra" e "Povo que não tem virtude acaba por ser escravo".

Apenas duas frases da composição que nos orgulha muito, é um hino curto. E todos dizem que talvez só outro Estado, o Pernambuco, se assemelha ao Rio Grande do Sul, porque nós defendemos o território, a integridade do território. Dizem até que os pernambucanos são os gaúchos a pé. E gaúchos andam, na minha imagem, na campanha a cavalo, na vida campeira. Então, isso também rememora o valor, o amor e a apreciação que todos têm em relação ao que representa a forte cultura gaúcha.

Aqui, próximo, no Município de Formosa, há um CTG muito ativo, com atividades semanais. Isso nos orgulha muito.

Aqui, em Brasília, na Capital da República, faço lembrança da memória de três líderes políticos que lideraram aqui a então Estância Gaúcha do Planalto: o ex-Ministro Aldo Fagundes, o ex-Ministro Guido Mondin e o ex-Deputado Nelson Marchezan. Isso deu a Brasília uma movimentação muito extraordinária. Nosso querido Aldo Fagundes é lá do Alegrete – e o nosso representante aqui do Movimento Tradicionalista Gaúcho do Planalto Central, o João



Francisco Petroceli, me disse que é de Alegrete, num tom de voz de um fronteiro, que fala com tom firme. A origem de Nelson Marchezan é em Santa Maria, e o nosso Ministro Guido Mondin, em Caxias do Sul.

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Também a Dinara aqui é de Santa Maria.

Eu quero dizer para vocês que é uma junção de Municípios, de regiões e também de origens. Há o pelo duro, como nós chamamos, em que não há uma integração étnica, mas há também a origem italiana, a origem alemã e outras origens, que também fazem, no Estado do Rio Grande do Sul, a preservação da tradição italiana, da tradição alemã, da tradição polonesa e de todas as outras tradições, como árabes e judeus, que fazem as suas celebrações, o que enriquece e integra ainda mais a nossa rica cultura gaúcha.

Feita essa manifestação, eu queria convidar, de pronto, a nossa Patroa... E aqui fico também muito feliz, como Senadora do Rio Grande, ver que, nesta mesa, que costuma ser ocupada só por homens, dependendo da cerimônia, hoje três mulheres estão aqui fazendo a representação das suas entidades. Em homenagem a esta mulher, que está esperando um gauchinho...

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É uma prendazinha, para também vestir com essa roupa bonita do vestido da prenda, da pilcha, usada também pela nossa tradição. Então, eu convido a Gleicimary para fazer uso da palavra em nome da sua entidade, como Patroa do 35 Centro de Tradições Gaúchas – se você preferir usar esta tribuna, ela está aqui, e há a outra tribuna ali, Gleicimary, pois ela talvez fique mais confortável, pois é mais perto.

A SR^a GLEICIMARY BORGES DA SILVA ALBRECHT – Bom dia, Senadora, demais autoridades e amigos da comitiva do Rio Grande do Sul que nos acompanham neste momento tão especial.

Todos os simpatizantes dessa nossa cultura tão maravilhosa eu saúdo neste momento e renovo os votos de reconhecimento, Senadora, pela tão especial lembrança desta que é a marca mais importante de todos nós tradicionalistas, o culto às nossas tradições, que são referenciadas através dessas entidades que lutam diariamente há tantos e tantos anos, há décadas, para sobreviver em meio a esta sociedade em que vivemos; e todos os Senadores, pois soube, sim, que não foi somente a Senadora Ana Amélia Lemos que aceitou a proposta de homenagear essas entidades pioneiras, mas os demais Senadores, como o Senador Paulo Paim e outros, também se somaram a esse esforço.

É muito importante para nós estarmos aqui, nesta Casa, falando da tradição gaúcha, falando da nossa história, do legado dos nossos antepassados e da preservação que nós hoje buscamos concretizar através da preservação das nossas tradições, dos atos e dos usos e costumes da nossa terra.

É verdade, Senadora, que todos os continentes hoje cultuam, de alguma forma, a nossa cultura gaúcha. O Brasil inteiro simpatiza por essa cultura tão rica. E é motivo de muito orgulho para todos nós tradicionalistas observarmos que onde estivermos sempre estaremos



sendo referenciados através de manifestações de carinho e preservação da nossa cultura nos mais longínquos rincões.

O 35 CTG, fundado em 24 de abril de 1948, traz consigo essa essência juvenil daqueles jovens que, inconformados com o cenário da época pós-Segunda Guerra Mundial, encontravam-se na capital de todos os gaúchos. Naquele momento, eles que, vindos do interior do Estado, traziam a ânsia campestre das suas lides lá nas instâncias, nos rincões simples – e é uma das principais características do homem gaúcho a simplicidade, a humildade, o respeito e os valores que são preservados no seio dos galpões de CTGs – trouxeram para a capital de todos os gaúchos essa habilidade e essa forma de cultivar e, principalmente, de relembrar o homem do campo. Esse foi o objetivo principal. Nós sabemos e respeitamos que outras entidades estiveram antecedendo essa iniciativa desses jovens, mas sabemos também que foi no 35 CTG, através dessa ânsia juvenil de fazer tradição de forma organizada, que o movimento tradicionalista tomou alicerce, base, e, a partir daí – como diziam os nossos fundadores –, o 35 CTG deu passos para esse movimento que surgia.

Eu agradeço, neste momento – e é muito importante relembrar, nesta data especial em que comemoramos 70 anos –, a todos os fundadores, àquelas personalidades que nos antecederam e que nos deixaram esse legado de preservação à cultura gaúcha, a tantos e tantos intelectuais, ao Partenon Literário, à Sociedade Gaúcha de Lomba Grande, e a tantos outros que trouxeram a sua marca a esse Rio Grande. Hoje, esse movimento se tornou, sim, o maior de todos os movimentos sociais, cívicos e culturais do mundo.

Ao Presidente do Movimento Tradicionalista Gaúcho, que guia esse trajeto árduo em meio a essa sociedade, Presidente Nairo, o meu agradecimento muito especial, como patroa desta entidade pioneira.

Não é uma tarefa fácil. Estamos vivendo um momento muito turbulento, em uma sociedade que oferece todos os tipos de outras culturas diversas aos nossos jovens, às nossas crianças, que nos proíbe às vezes de viver dentro de um galpão tradicional, em que temos que nos adaptar a várias inserções que a modernidade nos impõe. Mas lutamos arduamente, lado a lado, para nos sobressairmos diante dessas adversidades.

E, dentro da realidade, da possibilidade, que nós possamos manter de portas abertas esses galpões, que nada mais são do que templos de cultura gaúcha, lugares onde a família está presente, Senadora, onde a criança e o idoso mais experiente mantêm a mais fraternal convivência.

E eu acredito que o Movimento Tradicionalista Gaúcho, nos tempos de hoje, ele, sim, tem o seu maior legado, que é manter vivos esses valores, que são valores autênticos da nossa cultura gaúcha, os de mantermos a boa convivência entre todas as gerações.

Muito obrigada, mais uma vez.

E desejo vida longa a esse Movimento Tradicionalista Gaúcho, a todas as entidades pioneiras, às demais que nos sucederam e ao "35" CTG, que amanhã comemora os seus 70 anos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, nossa Patroa do "35" CTG, que fez um brilhante pronunciamento, chamando atenção àquilo que é o valor maior, que é a preservação da cordialidade, do respeito, sobretudo introduzindo a união da família, porque a cultura gaúcha, precisamente no CTG, é isso.



Você deu uma boa contribuição e revelou a sua competência, porque não é fácil.

Ela falou de improviso – e eu cuido muito disso – um discurso muito bonito, além de uma pessoa muito bonita, uma mãe muito bonita. Então, Gleicimary, parabéns pelo seu pronunciamento, que nos encantou a todos.

Eu queria registrar aqui, nesta nossa cerimônia, primeiro os visitantes que vieram de escolas e que estão visitando, aqui, o plenário do Senado.

Para vocês saberem, nós estamos aqui fazendo uma sessão especial, comemorativa aos 70 anos do "35" CTG – CTG quer dizer Centro de Tradições Gaúchas, vocês que não são daqui –; os 150 anos do Partenon Literário; os 80 anos da Sociedade Gaúcha de Lomba Grande; e os 70 anos da Comissão Gaúcha de Folclore, cujo aniversário é hoje. E o do "35", amanhã, 70 anos.

Os jovens que estão aí são do Centro Educacional de Inteligência, do ensino fundamental, da cidade satélite de Taguatinga.

Então, sejam bem-vindos aqui, nesta visita, nesta cerimônia.

Eu queria também agradecer a presença do Embaixador da Malásia. O Embaixador da Malásia está aqui presente, Lim Juay Jin. Ele disse que a dança típica gaúcha lembra alguns passos da dança portuguesa, que, também lá na Malásia, no país de que ele é o representante no Brasil, também representa muito a identidade do nosso... E que nós também... Tem a ver a nossa vestimenta: a nossa pilcha – o som e a música também – tem os traços de uma contribuição portuguesa muito forte.

Queria agradecer à Nara Regina Severo Lucas, que é Patroa do CTG Estância Gaúcha do Planalto, a que eu fiz referência, e aos músicos já registrados: o Gerson Rezende, que é de Goiás, que cantou; o Fernando Eckert, que é o que tocou o acordeon, a gaita, que é de Tapera; e também ao Vinícios de Moraes – que nome, tinha que tocar violão –, de Ijuí. Então, à Patroa e aos músicos, muito obrigada pela presença aqui neste evento.

Queria também agradecer a presença do Gerente-Geral do Banrisul, Guilherme Lima, do Gerente de Negócios do Banrisul, Renato Oliveira Teixeira. Nós sempre que vimos a representação dos valores imateriais, o Banrisul é uma marca como o Internacional, como o Grêmio, como o churrasco, como a bandeira do Rio Grande, como o chimarrão, são os símbolos de valor imaterial da nossa cultura.

Queria também saudar a 1ª Prenda do "35" CTG, Kristine Sheila Schuster – muito obrigada, Kristine, pela presença aqui –; a 1ª Prenda Juvenil do MTG, Mayara Ancelmo Sima – obrigada pela presença, Mayara –; o posteiro jurídico da Estância Gaúcha do Planalto, Iân Rodrigues Dias.

À medida que forem chegando os nomes, nós vamos fazendo a leitura de todos.

Queria só pedir desculpas ao Rogério Bastos, que na taquigrafia que foi aqui preparada pela Mesa, falou-se de uma entidade, confederação. Não, na verdade, o Rogério Bastos é da Comissão Gaúcha de Folclore, que já está junto com o Presidente da Comissão, o Octávio Cappuano, que vai fazer a sua exposição em seguida.

Eu queria convidar agora para fazer uso da palavra, entre os nossos convidados, outra mulher, a Presidente do Partenon Literário, Dinara Paixão.

A SRª DINARA XAVIER DA PAIXÃO – Representante.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Representante... Hoje você é Presidente, aqui você é Presidente. (*Risos.*)



A SR^a DINARA XAVIER DA PAIXÃO – Bom dia. Inicialmente, a minha saudação à Senadora Ana Amélia, aos demais integrantes da Mesa e a todos os presentes, às pessoas que nos assistem pela TV Senado.

Iniciando pelo agradecimento pela oportunidade de estarmos aqui, no plenário do Senado. E, como já foi referido, com certeza, as pessoas que iniciaram os movimentos, o Movimento Tradicionalista, o "35", a Comissão Gaúcha de Folclore, a Sociedade Lomba-Grandense e o nosso Partenon Literário, com certeza, jamais imaginariam a grandiosidade do seu início – digamos assim –, da sua ideia, da sua iniciativa.

Que isso sirva de exemplo para cada um de nós. As nossas iniciativas, por menores que sejam, podem, sim, refletir grandes mudanças. Elas podem, sim, refletir a perpetuação de valores, a perpetuação de ideias.

Eu acho que esse talvez seja o ensinamento principal da sociedade Partenon Literário. É uma sociedade que, não diferente das outras, se iniciou com jovens, com os irmãos Porto Alegre, em especial o Apolinário Porto Alegre. Quando a Senadora repete a quantidade de ruas de Porto Alegre, isso lembra aqueles iniciadores da Sociedade Partenon Literário, exatamente porque, no Centenário de Fundação, houve toda uma mobilização no sentido de se conhecer essa contribuição da Sociedade Partenon Literário.

Quando a gente fala Partenon Literário, segundo os historiadores, é o primeiro movimento lítero-cultural do Brasil. E se fala em Partenon Literário, mas não são somente as letras. Acredito que a maior contribuição do Partenon é nos trazer a ideia de que precisamos tornar realidade aquilo que pensamos.

A Sociedade Partenon Literário foi uma entidade que defendeu temas – alguns que já conseguimos superar; outros que continuam mais atuais do que nunca. A Sociedade Partenon Literário defendeu a abolição da escravidão, mas não defendeu apenas nas ideias. Os seus integrantes realizavam quermesses e buscavam recursos para alforriar escravos. A Sociedade Partenon Literário defendeu que as pessoas precisam ler e escrever, que isso liberta, mas eles não ficaram só nas ideias. Eles proporcionavam aulas gratuitas para as pessoas.

A Sociedade Partenon Literário deu voz à mulher. Luciana de Abreu é um nome, é um ícone em defesa do sexo feminino, talvez uma das nossas primeiras tribunas. E quanta realidade há nisso? Quanto ainda precisa ser feito?

A Senadora lembrava o fato de estarmos em três mulheres. Por que se lembra essa diferença ainda? Talvez porque as mulheres ainda não tenham chegado aos postos que talvez pudessem alcançar e, toda vez que a gente tem algum tipo de destaque, sempre a primeira pergunta é: "Mas como foi para chegar até aqui?" Como se isso não fosse natural, pela competência.

Então, acredito nessas iniciativas, nessas ideias defendidas pela Sociedade Partenon Literário, em 1868. Nós não estamos falando de temas atuais; nós estamos falando de importância de educação, nós estamos falando de importância de cultura, nós estamos falando de emancipação da mulher – e vejam que nós estamos falando de 1868. Este talvez seja o principal legado do Partenon Literário: aquilo que a gente pensa a gente pode realizar.

Essa sociedade que editou revistas e que teve uma atuação forte ao longo de muito tempo também sofreu, digamos, a sua decadência e, por muito tempo, esteve desaparecida. Em 1997, um grupo recomeçou essa entidade com uma nova proposta, mas principalmente buscando orientar as suas ações a partir daquilo que foi a Sociedade Partenon Literário.



Eu trago para a Senadora um exemplar da edição mais recente da publicação que anualmente a Sociedade Partenon Literário faz, com lançamento na Feira do Livro em Porto Alegre. Eu gostaria de destacar do texto que eu mesma escrevi algumas questões que dizem o seguinte:

O sesquicentenário da primeira sociedade literária e cultural do Brasil, estudada e saudada pela comunidade acadêmica, encantada com a produção literária de seus membros está chegando [18 de junho de 1868; portanto, em 2018, 150 anos]. Será, também, a comemoração de duas décadas da nova Sociedade Partenon Literário.

Separadas por cento e trinta anos de história, apesar do nome que as identifica, muitas são as diferenças. A evolução no contexto sociocultural e econômico aboliu algumas das lutas iniciais, mas solidificou as bases para outras lutas, que continuam mais atuais do que nunca.

A entidade [...] [atual] é fruto da cultura centrada em três ênfases: a simbólica, a cidadã e a econômica. Expressada pela literatura, a simbologia que retrata a vida contemporânea em comunhão com a História dá voz para todas as pessoas, permitindo-lhes expressar angústias, ou demonstrar momentos de rara beleza e alegria. Além disso, proporciona a oportunidade de publicação e gera a movimentação da indústria que depende da produção literária.

O grupo atual é heterogêneo em suas profissões ou formações intelectuais, caracterizadas...

(*Soa a campainha.*)

A SR^a DINARA XAVIER DA PAIXÃO –

... por distintas titulações acadêmicas, dentre as quais a literatura não é a atividade principal. Isso confere a característica singular do grupo, que é a motivação e o amor pela literatura, enquanto arte e forma de expressão.

O empenho de tantas pessoas tem demonstrado, ao longo desses 20 anos, que é possível a manutenção dos ideais de liberdade e de valorização da pessoa humana. Além disso, o ensinamento de que a educação e a cultura são as grandes forças motrizes, para as necessárias mudanças, no caminho da humanidade, continua mais atual do que nunca.

Portanto, há 20 anos uma nova entidade revive a história sesquicentenária de outra, e o que as une é o afã de reunir pessoas ávidas pela construção de saberes culturais e artísticos, capazes de apoiar o desenvolvimento humano em sua plenitude.

Muito obrigada a todos. Muito obrigada, Senadora.

E eu passo às suas mãos um volume, então, do livro *Vozes do Partenon Literário*.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A nossa Dinara Paixão representou aqui o Presidente do Partenon Literário, que é o Benedito Saldanha. E ele fez muito bem em ter encaminhado uma representante com a sua qualidade e com a sua serenidade nesse pronunciamento, que destaca – e agradeço muito – *Vozes do Partenon Literário*, com os textos que aqui estão, muito importantes. Agradeço de coração.



E quero dizer que uma das suas afirmações fundamentais é desse trabalho que o Partenon fez, de alfabetizar os analfabetos. E talvez o maior valor da cidadania seja exatamente a alfabetização e a educação. Enquanto nós não soubermos, não apenas porque não está alfabetizado quem apenas sabe escrever o seu nome... Mas a pessoa que é capaz de ler e entender o que está lendo. E isso vai lhe dar os seus direitos.

Ela também mencionou a lembrança de eu ter citado, e também a nossa Gleicimary fez a referência de três mulheres aqui. Veja só: apesar de hoje haver essa representação, em 194 anos de Senado Federal, o Rio Grande do Sul só teve duas Senadoras mulheres: Emília Fernandes e, com muita honra, eu, hoje Senadora do Rio Grande do Sul. Em 200 anos de Assembleia Legislativa do nosso Estado, só no ano passado tivemos, pela primeira vez, uma mulher presidente da Assembleia, Silvana Covatti. Então, com isso, nós podemos interpretar que as mulheres estão, através da cultura, através da arte, através da política também... E aqui eu expresso um desejo de que as mulheres tenham essa preocupação, porque, com a sensibilidade, com a intuição, com a competência, com a dedicação, podem, sim, compartilhar com os homens as responsabilidades para que nós construamos um país melhor.

Eu tenho uma lembrança muito grata, meu caro Presidente, Nairo Callegaro, de ter estado presente em Bagé no evento em que, no Rio Grande do Sul, o MTG faz a escolha da primeira prenda. E é um evento... E, aí, me remete ao que a nossa Gleicimary falou: a família toda reunida, lá, porque a disputa não é apenas de beleza de uma primeira prenda, mas é uma disputa que coloca as candidatas de todos os Municípios a aprenderem mais da história gaúcha, a conhecerem mais da culinária do nosso Estado, seja através da nossa literatura, da história mesmo do Estado, da rica história que temos e da convivência.

Então, eu fiquei muito impressionada ao participar, ano passado, em Bagé, daquele evento, daquele certame que escolhe a primeira prenda.

Não, ela não é submetida apenas a um teste de beleza, mas a um conjunto de virtudes e de qualidades que uma mulher gaúcha tem que representar.

Então, parabéns também por continuar com esse esforço. É aquilo que a nossa Gleicimary falou: há pressão de outras culturas, que querem eu não diria impor, mas introduzir na nossa juventude culturas que sejam diferentes e, às vezes, até menosprezar aquela riqueza que nós temos da nossa forte cultura, que é a nossa indumentária, que é a nossa tradição, que é a nossa forma de ser. E nós temos isso através desse movimento.

Eu agora convido, então, para fazer uso da palavra, o Patrão da Sociedade Gaúcha de Lomba Grande, José Luiz Amaral Silveira, antes saudando os aprendizes do Ensino Social Profissionalizante (Espro) aqui de Brasília, do DF. Sejam bem-vindos.

Nós estamos fazendo uma sessão especial para o Rio Grande do Sul. Eu não sei se algum de vocês nasceu no Rio Grande ou tem parente no Rio Grande...

São daqui do Distrito Federal. Mas sejam bem-vindos a esta festa que celebra os 70 anos do 35 CTG, os 150 anos do Partenon literário, os 80 anos da Sociedade Gaúcha de Lomba Grande e os 70 anos da Comissão Gaúcha de Folclore, tudo voltado à cultura, para enriquecer o desenvolvimento cultural, econômico e social da nossa sociedade do Rio Grande do Sul.

Com a palavra o Patrão da Sociedade Gaúcha de Lomba Grande, José Luiz Amaral Silveira.



O SR. JOSÉ LUIZ AMARAL SILVEIRA – Cumprimentando a Presidência da Casa, cumprimento as demais autoridades presentes na Mesa. Também cumprimento as demais entidades homenageadas neste dia.

Eu estou no cargo de Patrão da Sociedade Gaúcha de Lomba Grande. Eu queria agradecer o convite para representar a sociedade gaúcha, em meu nome e em nome de todos os que me antecederam, que trabalharam muito para que essa entidade se mantivesse firme e pulsante nestes seus 80 anos, sempre mantendo o seu lema, que é "preservando as tradições".

A Sociedade Gaúcha de Lomba Grande foi fundada em 31 de janeiro de 1938, sendo a quinta entidade mais antiga do Estado. Foi fundada por 22 descendentes de imigrantes alemães que, por estarem em uma zona rural do Município de Novo Hamburgo, estavam integrados aos costumes gaúchos. Gostavam de estar sempre pilchados e com seus cavalos bem encilhados.

O objetivo da Sociedade seria: fazer exercícios a cavalo, como tiro de laço, prova de rédeas, e praticar lança ao couro, um esporte de origem germânica; simbolizar o primitivo gaúcho; estar nos eventos bem pilchados e com os seus animais bem encilhados; elevar o espírito de camaradagem e distração dos sócios, como bailes, saraus culturais etc.

Desde sua fundação até a construção de sua sede definitiva, funcionou como departamento na Sociedade de Atiradores de Lomba Grande.

Hoje a Sociedade Gaúcha Lomba Grande funciona em sua sede própria de 14 hectares. Possui dois galpões para a realização de eventos artísticos, com capacidade, nos dois galpões, de 1.500 pessoas. Temos também espaços para eventos campeiros, como a Cancha de Laço Oficial, e um belo parque para acampamentos.

A entidade também é conhecida pelos bailes nas terças-feiras, sempre com janta bem gaúcha, também abrilhantados por grupos de expressão, como Monarca, Serranos, João Luiz Corrêa, etc.

Também sediamos encontros anuais de carreteiros, colonos da região que fazem um resgate dos tempos em que a produção era transportada em carros de boi. Na última, realizada em março de 2018, estiveram no desfile 300 carretas. Também sediamos, neste ano, o 30º Entrevero Cultural de Peões.

Enfim, teria muita coisa para falar dessa octogenária entidade. Ela tem muito a oferecer a seus visitantes.

Um abraço a todos e esperamos recebê-los em breve.

Quando forem a Nova Hamburgo, visitem-nos. Será um enorme prazer recebê-los.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, e parabéns pelo trabalho que vem realizando. E também pela manifestação, reconhecendo todos aqueles que, de uma forma ou de outra, colaboram para o engrandecimento desse movimento, desse trabalho.

Eu quero saudar também alguns outros convidados: o Patrão do Centro de Tradições Gaúchas, Jayme Caetano Braun; Gilberto José Zortéa; o Diretor-Geral da Federação Tradicionalista Gaúcha do Planalto Central, Wilson da Silva Porto. Quero também saudar a Patroa, como já fiz referência, da Estância Gaúcha do Planalto Central, Nara Lucas; a Diretora Cultural do MTG, Juliana Petrocelli; o Presidente da Comissão de Ética do MTG do Planalto Central, Edson Flores; e a Conselheira Suplente do MTG do Planalto Central, Maria das Graças Amaro da Silveira. Também quero dizer que estão aqui presentes, da Sociedade Gaúcha



da Lomba Grande, além do Patrão, Marilda Fátima Spanemberg, Adilson Pinto, Roseli Salete Sider, Rodolfo Deti e Úrsula Deti. Então, a todos vocês muito obrigada pela presença.

E convido agora, de imediato, para fazer uso da palavra, o Presidente da Comissão Gaúcha de Folclore, Octavio Cappuano.

O SR. OCTAVIO CAPPUANO – Senhoras e senhores.

Sr^a Presidente da Mesa, Senadora Ana Amélia, uma saudação da Comissão Gaúcha de Folclore. E eu quero deixar aqui, de público, os agradecimentos e aplausos à iniciativa do nosso Diretor de Comunicação, Rogério Bastos, por ter enviado a esta Casa essa correspondência que, tão prontamente, a nossa querida Senadora Ana Amélia acolheu, para que todas essas entidades que aqui estão presentes fossem homenageadas no dia de hoje.

Como eu não sou tão prolixo como os oradores que me precederam, vou ler aqui, em rápidas palavras, o histórico da Comissão Gaúcha de Folclore.

Não poderíamos falar dos primórdios da Comissão Gaúcha de Folclore sem falar na Comissão Nacional de Folclore, já que a Comissão Gaúcha de Folclore surgiu por iniciativa da primeira e a ela está vinculada.

A Comissão Nacional de Folclore foi criada no Rio de Janeiro, com sede no Itamaraty, representando uma das comissões do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, que é a Comissão Brasileira da Unesco. A iniciativa foi de Renato de Almeida, diplomata, musicólogo, escritor, professor e diretor do Liceu Francês, no Rio de Janeiro, com sede no Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura.

Juntamente com alguns dos maiores intelectuais da época, como Graça Aranha, Ronald de Carvalho, Cecília Meireles, Renato de Almeida iniciou os estudos e pesquisas sistemáticos do folclore. A seguir convocou outros estudiosos, como Villa Lobos, Gustavo Barroso e muitos outros, para as atividades de estudo, pesquisa e análise de fatos do folclore.

A Comissão Nacional promoveu encontros, seminários, congressos, semanas do folclore, e editou livros, folhetos e material de divulgação das atividades no campo do folclore.

A Comissão Nacional de Folclore funcionava no Itamaraty e funcionou por muitos anos, mesmo depois da inauguração de Brasília, com a consequente mudança dos órgãos oficiais para a nova Capital.

Simultaneamente, esses estudos foram divulgados em todo o País, e a Comissão se multiplicou em muitos Estados, na forma de comissões estaduais.

Histórico da Comissão Gaúcha de Folclore.

Podemos dividir o histórico da Comissão Gaúcha de Folclore em dois momentos ou fases: a primeira fase teve início em 23 de abril de 1948 – de aniversário, então, hoje. A segunda fase, em 1992.

Em 1948, a Comissão Nacional de Folclore voltou-se para a organização de grupos de intelectuais que se dispuseram a assumir e incentivar os estudos de folclore em cada Estado brasileiro. Contatou estudiosos, e foram sendo criados núcleos estaduais, organizações similares em nível estadual, com o objetivo de incentivar os trabalhos de levantamento do folclore brasileiro.

Em sua formação inicial, a Comissão Gaúcha de Folclore teve como membros 32 intelectuais de diversas áreas do conhecimento, a seguir: Adão Carrazoni, Aldo Obino, Athos Damasceno Ferreira, Darcy Azambuja, Elpídio Ferreira Paes, Ênio Freitas Castro, Érico Veríssimo, Ernani de Carvalho Heffner, Fernando Corona, Guilhermino César, João Carlos



Paixão Cortes, Luis Carlos Barbosa Lessa, Luiz Carlos de Moraes, Manoelito de Ornelas, Moysés Vellinho, Othelo Rosa, Tony Seitz Petzhold, Walter Spalding, Antônio Luz, Ivo Caggiani e tantos outros.

Durante os 50 anos seguintes, a Comissão Gaúcha de Folclore, tendo à frente o incansável batalhador Dante de Laytano, participou de inúmeros congressos, seminários, semanas de folclore, cursos, e seus membros proferiram conferências, palestras e publicaram dezenas de obras resultantes de pesquisas de campo e de bibliográficas.

A Comissão Gaúcha de Folclore foi órgão independente e nunca recebeu verbas oficiais. Sempre se manteve pela força de vontade e colaboração de seus membros. Funcionava nas residências de seus membros, especialmente na casa de Dante de Laytano. E, em muitas ocasiões, nas dependências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde muitos de seus membros eram docentes.

Na década de 1980, houve um esvaziamento devido a idade avançada do Presidente Dante de Laytano – que, por mais de 40 anos, comandou a comissão – e de outros membros, que, por falta de condições físicas, foram afastados.

Tem início, então, a segunda fase.

Tendo em vista este fato, a Comissão Nacional de Folclore, representada pelo então Vice-Presidente Prof. Bráulio Nascimento, foi a Porto Alegre, e, em visita ao Prof. Dante de Laytano, foi ajustado que haveria uma continuidade, agora sendo encarregada da reestruturação a Prof^ª Lilian Argentina Braga Marques, renomada folclorista gaúcha – que seria no momento a Presidente-Executiva –, para compor esse grupo de pesquisadores que passariam a integrar a Comissão Gaúcha de Folclore.

Aos 22 dias do mês de setembro de 1992, realizou-se a primeira reunião do novo grupo, composto pelos sócios-fundadores da segunda fase, que ficou assim constituída: como Presidente de Honra, o Professor Dante de Laytano; como Presidente-Executiva, Lilian Argentina; e como membros, José Roberto Diniz de Moraes, Harri Rodrigues Bellomo, Oliveira da Silveira, Moema Santos Morales, Cristina Rolim Wolffenbüttel, Paula Simon Ribeiro, Sônia Teresinha Siqueira Campos, Carmem Sousa de Sousa, Estelita Aguiar Branco, Jorge Hirt Preiss, Lothar Hessel (este remanescente da primeira fase), Rose Marie Reis Garcia. Posteriormente, tornaram-se membros efetivos Getúlio Xavier Osório e Aledir Brestot.

Para prestar homenagem permanente a intelectuais ligados ao folclore, realizou-se sessão solene para integrar como membros honorários João Carlos Paixão Cortes, Luís Carlos Barbosa Lessa (estes também remanescentes da primeira fase), Hélio Moro Mariante, Antônio Augusto Fagundes, Ilka Santos Herrmann.

Com objetivo de ampliar os recursos humanos ligados ao estudo da cultura popular, vieram integrar o quadro de associados alguns estudiosos do interior do Estado, formando assim um grupo de membros colaboradores: Maria Eunice Kautzman, Paulo Roberto Pedroso, Célia Jachemet, entre outros. Ao longo de sua existência, inúmeros outros estudiosos chegaram através dos cursos ministrados pelos associados e demais convidados.

Ao atuar em consonância com o Movimento Tradicionalista Gaúcho, a CGF tem estreita ligação com o mesmo, tendo inclusive entre seus fundadores da primeira fase alguns dos fundadores do 35 CTG, que foi criado um dia após a sua fundação.

A Comissão Gaúcha de Folclore participa de congressos, seminários, mesas redondas em todo o País, publica obras de seus associados, possuindo um acervo de diversos títulos.



Foi instituída pela Comissão Gaúcha do Folclore a Comenda Dante de Laytano para homenagear estudiosos do folclore e culturas populares que já possuem trabalhos publicados (o Dr. Dante foi o primeiro a receber esta Comenda). Existe também a Medalha Lilian Argentina Braga Marques, que é oferecida a pessoas que se destacam em alguma área da cultura (não necessariamente em folclore).

Muito eu aqui poderia ainda dizer sobre a Comissão Gaúcha do Folclore, mas o tempo é curto.

Com o fechamento, infelizmente, do Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore, a Comissão Gaúcha do Folclore é uma das únicas entidades que poderiam substituí-lo – não à mesma altura, por falta de verbas e condições logísticas. A comissão tem feito todo o possível para suprir essa falta que faz uma entidade que faça o estudo do folclore e o conhecimento. O nosso querido Rogério Bastos é o nosso diretor de comunicação...

(Soa a campainha.)

O SR. OCTAVIO CAPPUANO – ... e é o elo de ligação entre o folclore e o Movimento Tradicionalista Gaúcho.

Agradeço a todos.

Aqui também fica um convite para, nos dias 9 a 11 de maio, o II Congresso Estadual de Cultura, em Bento Gonçalves; e para, nos dias 24 a 26 de maio, o Fórum das Etnias e Culturas Populares, em Ijuí. Estão todos convidados a participar, inclusive a nossa querida Senadora.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Octavio Cappuano, que não contou, mas que fez parte de um grupo de grande relevância para a nossa cultura musical, que foi o grupo Os Gaúchos, que eu conhecia através de um dos seus participantes, o Luiz Carlos Godinho, e de uma das jovens que dançavam no conjunto, a Valquíria Peña, já falecida, minha amiga. Antecedente a ele, havia o conjunto Farroupilha, que era muito famoso e que tinha umas vozes femininas muito bonitas. Os Gaúchos faziam uma miscigenação da música gaúcha com a música latino-americana que era de extraordinário valor. Eu gosto muito da música latino-americana. Hoje, Telmo Jaconi, que lidera a Orquestra Jovem do Rio Grande do Sul, também faz essa junção da música gaúcha com a música latino-americana, apresentando-a. Essa música latino-americana me encanta, porque ela tem traços comuns e a mesma forma de harmonia em todos os sentidos.

Eu fiz referência à Estância Gaúcha do Planalto, às figuras que tiveram grande relevo. Eu queria aproveitar esta oportunidade em que estamos nesta sessão especial para homenagear o ex-Ministro e ex-Deputado Aldo Fagundes, que está com 86 anos. Ele é lá daquelas bandas de Alegrete, de Uruguaiana. A família Fagundes tem também um papel extraordinário, porque continuam muito ativos, na interpretação. Um dos membros da família Fagundes, que já nos deixou, de saudosa memória, o Antonio Augusto Fagundes, o Nico, compôs uma das músicas talvez mais conhecidas – e não só no nosso Rio Grande – que é o Canto Alegretense, um hino belíssimo de quem nasceu naquela terra. Eu penso que nós nos orgulhamos muito desse trabalho. Então, ao nosso querido Aldo Fagundes, lá no Rio Grande do Sul e aqui, em Brasília, com a família, nós desejamos muito saúde. Estamos muito orgulhosos.

Como falei na Estância Gaúcha do Planalto – da qual ele foi um dos fundadores e ajudou, estimulou muito a conseguir o terreno no Distrito Federal para que ali se construísse o espaço –,



a Patroa do CTG da Estância Gaúcha do Planalto, a Nara – levante-se, Nara; mostre-se, levante a mão –, está gentilmente fazendo um convite a todos os que estão aqui presentes para participarem de um almoço que ela oferece, com a cordialidade gaúcha. Após a cerimônia, confirmem com ela os que forem comparecer a esse almoço que ela está oferecendo hoje, como encerramento deste encontro aqui, desta sessão especial que nós estamos realizando. Obrigada, Nara, por essa gentileza de fazer essa celebração de todos nós aqui.

Convido agora o Diretor de Comunicação da Comissão Gaúcha de Folclore, Rogério Bastos, que foi precisamente o responsável por ter provocado o meu gabinete. A minha equipe, liderada pelo Marco Aurélio Ferreira – e aqui estão a Eula e a Jaqueline – fez um trabalho extraordinário. Também o Felipe e o Gabriel, que fazem a cobertura da presença de todos aqui, para abrilhantarem esta sessão.

Com a palavra o Rogério Bastos.

O SR. ROGÉRIO BASTOS – Senadora Ana Amélia de Lemos, ao cumprimentá-la e cumprimentar essa Mesa formada de folcloristas, tradicionalistas e amigos de todo o Brasil, e quem nos assiste pela TV e pela internet, quero dizer que o tradicionalismo e o folclore no Rio Grande do Sul são uma coisa tão forte, tão atrelada, que, às vezes, as pessoas não conseguem diferenciar muito bem o que é um e o que é o outro. Nós transitamos nesse meio da tradição e do folclore. Mas além de usar pilcha, cantar música, dançar e fazer a parte de entretenimento, uma coisa que é tão bonita entre os gaúchos é nos identificarmos com facilidade em qualquer parte do mundo.

Em 2016, quando o Movimento Tradicionalista fazia 50 anos, nós fomos à China, onde há o PTG China Veia em Dongguan. Neste ano, estivemos em Orlando, nos Estados Unidos, na festa dos CTGs dos Estados Unidos. E assim há muitos CTGs e gaúchos espalhados pelo mundo, como o Durvílio e a Loiva, que foram Presidentes da CBTG e da CITG (Confederação internacional da Tradição Gaúcha), porque isso vai muito além do Rio Grande, muito além do Brasil.

Há essa coisa da amizade, do entrelaçamento. Em 2004, estive aqui pela primeira vez, por uma atividade do Movimento Tradicionalista Gaúcho, e, mais tarde, meus amigos foram meus padrinhos de casamento. O Wilson Porto, Diretor-Geral da CBTG, que hoje aqui representa o Presidente João Mello, que é uma pessoa que está lá em Campo Grande batalhando pela tradição do Rio Grande do Sul, um homem missioneiro...

Então, quando nós pensamos em trazer para cá... Eu lhe agradeço muito, porque eu sei que o seu gabinete e a senhora dão atenção à cultura, e, em especial, à do Rio Grande – para todo o Brasil, mas em especial ao Rio Grande. E sabendo da importância que teve o Pártenon Literário e tem ainda no seu sesquicentenário, nós não poderíamos deixar de homenagear. E o Rio Grande vai homenagear. A Comissão Gaúcha de Folclore, agora, dia 28, na Câmara Municipal, vai homenagear o Pártenon Literário também, porque entende a importância que eles tiveram para que se chegasse aos 120 anos do Grêmio Gaúcho de João Cezimbra Jacques, e que se chegasse aos 80 anos da Lomba Grande, José Luiz, e que se chegasse aos 70 anos da Comissão Gaúcha de Folclore e do 35 CTG. São aqueles jovens, Apolinário, de Porto Alegre, que faziam o que nós fazemos.

Dizia Barbosa Lessa que, a cada 30 anos, surge um ismo diferente no Rio Grande do Sul, seja o tropeirismo, o tradicionalismo, o regionalismo. Enfim, são jovens que buscam, de alguma forma, mudar o seu momento social. E foi assim que Paixão Côrtes, Barbosa Lessa, o Grupo dos



Oito, dos oito jovens – que hoje temos Antonio Sá Siqueira e Paixão ainda entre nós – que deram origem ao 35, e, mais tarde, ao Movimento Tradicionalista Gaúcho.

Quero também agradecer ao Senador Paulo Paim a atenção que deu; a Lasier Martins e a outros gaúchos que deram atenção a este espaço, que souberam da importância.

Eu não quero me alongar muito, só quero agradecer aos tradicionalistas que nos deram suporte aqui, em Brasília, amigos do Rio Grande, gente de bota e bombacha, gente que preserva os valores da cultura gaúcha.

Nara, obrigado à Estância do Planalto pelo carinho que tem com o Rio Grande, por ser um pedaço do Rio Grande aqui, em Brasília.

E quero encerrar com estas palavras, Senadora, lhe agradecendo muito, mesmo, ter nos dado esse espaço que o Pártenon Literário, a Comissão Gaúcha de Folclore, a Lomba Grande e o 35 merecem.

Nós não estamos hoje homenageando os 120 anos do Grêmio Gaúcho, porque ele já está extinto. Em Porto Alegre, só há um prédio já perdido no meio de um bairro, mas o Patrono João Cezimbra Jacques, que batalhou tanto pelo campeirismo no final do século XIX, 30 anos depois do Pártenon Literário, liderou o nascimento do Grêmio Gaúcho, que deu origem à Sociedade Gaúcha, aos grêmios gaúchos, aos clubes gaúchos por todo o Rio Grande, que acabaram mais tarde se extinguindo.

Mas o tradicionalismo veio, e Barbosa Lessa disse: só porque nós tínhamos tecnologia. Nós tínhamos um programa de rádio nos anos 1950, com o Grande Rodeio Coringa, e tínhamos um espaço no jornal *Diário de Notícias*. Foi o que fez o povo saber que gaúchos do interior do Estado estavam vindo para a cidade e queriam reaver esse espaço.

Por isso, vocês estão aí hoje, nós estamos aqui hoje e todos que nos assistem e todos que de alguma forma... Ser gaúcho não é nascer no Rio Grande. Ser gaúcho é um estado de espírito, é entender que é uma cultura que é importante, porque tem valores a serem preservados. E nós vemos, onde há gaúchos, a preservação desses valores.

Eu encerro, dizendo um pequeno verso de Albeni Carmo de Oliveira, que sempre levo às escolas, porque, quando tu chegas de bombacha à escola, mesmo no Rio Grande, "Bah, olha o bombachudo!"

E ele diz assim:

Chegou um dia, da campanha, um xiru velho bem pilchado,
Desses gaúchos largados e criados bem à vontade,
Que sem preconceito ou vaidade, mostrando ser macanudo,
Como se gostasse de tudo, às vezes até vinha à cidade.
Chegou como chegam muitos nos boliches desta vida,
Talvez pedindo guarida num copo de canha pura,
Que é servida com ternura por gente de todo jeito
E que ameniza no peito as mágoas da criatura.
Mas nem bem tomou um trago e já ouviu uma risada.
No meio da rapaziada, que fizera um alvoroço,
Oviu lhe chamarem de grosso, bombachudo, coisa assim.
Um até disse: "Dá para mim esse pano do pescoço".
Tinha até uma mocinha, bem elegante e faceira,



Que talvez, em brincadeira de quem não sabe o que diz, falava:

"Será que é feliz esse gaudério largado,

Que vive sempre extraviado, que nem filho de perdiz?"

O xiru largou o copo bem devagar, no balcão.

Depois olhou com atenção, como se estudasse o ambiente,

Deu dois passos para frente, tirou o chapéu com respeito

E depois falou com jeito para toda aquela gente:

"Olha aqui, moço e mocinha criada aqui na cidade,

Vocês que têm faculdade, que tiveram educação,

Talvez sejam até patrão de algum xiru lá de fora,

Mas não aprenderam até agora os costumes deste chão.

Vocês que riram do meu jeito de trajar

Deveriam se orgulhar das coisas da tradição,

Saber cevar um chimarrão, um churrasco gordo assar

E no fim de semana bailar num fandango de galpão.

Esse que pediu o meu lenço de um modo debochado

Por mim já está perdoado, mas vou lhe dar o presente.

Mas é bom que tenha em mente que o branco e o colorado

São relíquias do passado e orgulho da nossa gente.

E para ti, prendinha linda, te digo por despedida:

Sou bem feliz nesta vida e adoro ser deste Estado.

Desculpa se dou quadrado, mas sei trilhar meu caminho

E é melhor andar sozinho do que mal acompanhado".

Obrigado pela atenção de todos vocês.

Obrigado, Senadora. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Brilhante o poema que o Rogério nos brinda aqui e que exalta a qualidade da nossa tradição.

Ele mencionou aqui o Grande Rodeio Coringa, que fazia às sextas-feiras, uma grande representação, e de novo está Darcy Fagundes, que era um deles, e Luiz Menezes, que apresentavam este programa. E o nome da rádio: Rádio Farroupilha. Então, é toda essa relação que integra os nomes.

E, aí, no poema do Rogério, para os que estão assistindo – porque esta transmissão está ao vivo nacionalmente, por cessão do nosso colega Senador Paulo Paim, que eu já vou convidar para fazer uso da palavra –, aqui precisariam ser traduzidas, Rogério, algumas expressões como, por exemplo, gaudério, como, por exemplo, xiru, como canha. Então, para os desavisados, essas expressões são expressões muito gaúchas.

E uma das questões, Senador Paulo Paim – a quem eu peço que já venha à tribuna, subindo –, uma das expressões é porque a música gaúcha e até aquela encenação de paródia que o Guri de Uruguaiana faz, que é brilhante, do Jair Kobe... Exatamente ele faz uma brincadeira que mostra exatamente a dificuldade da compreensão do nosso linguajar, da forma como nós tratamos, o tchê!, o bah!, algumas expressões que os brasileiros já sabem.



Então, com muito prazer, passo a palavra ao Senador Paim, agradecendo a ele, que preside a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, porque, a partir das 11h, ele abriu espaço, mesmo tendo preferência a Comissão que ele preside, para que esta sessão tivesse também espaço para transmissão ao vivo.

Então, obrigada, Senador Paim.

Com a palavra o nosso Senador do Rio Grande.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Ana Amélia, eu que agradeço a V. Ex^a.

V. Ex^a foi a grande articuladora desta sessão, mas teve a preocupação de me ligar: "Paim, vá lá. É o povo do Rio Grande que está te chamando." Então, eu queria agradecer muito a V. Ex^a, Senadora, pelo carinho, para que eu estivesse aqui. De fato, eu estou presidindo uma outra reunião. Dei a palavra para um dos convidados. Eu tenho que ir lá.

A Senadora Ana Amélia, preside uma sessão, que é uma sessão de homenagem ao Rio Grande. Não tinha como eu não estar aqui. E como, Senadora, eu botei no papel, pela grandeza do evento de hoje, e me permitam que eu vou um pouco na linha dos poetas que aqui já falaram, e a Senadora sabe que eu, às vezes, me atrevo a, de vez em quando, escrever alguma coisa mais romanceada...

Rio Grande do Sul, geografia sagrada do Sul da América do Sul.

Meu Rio Grande, és garrão de potro selvagem que finca fileiras pela Pátria brasileira.

Pelos clarins de vanguarda e pelas folhas amareladas dos tempos demarcaste a tua história, tua poesia, tuas músicas, tuas danças, tua culinária, teus sotaques, Senadora, tua tradição e folclore.

És, Rio Grande, o pássaro no tronco de uma invernada, que não nasceu para o cativeiro, mas para voar, voar livre, livre como é o som das águas.

És o findar do início, o crepúsculo e o alvorecer de tudo o que a vida nos ensina.

És, Rio Grande, a noite que termina quando o Sol queima, até mesmo dando clarões para o nosso caminhar pelos campos e pelas pradarias.

És a alma, a mão calejada; és o suor do rosto do trabalho constante, os apelos gastos das lidas, do campo e dos rodeios; a carreta que abriu caminhos, os sonhos certos que se perderam em descaminhos, mas nunca da caminhada para chegar lá.

És o espelho nas aguadas e o futuro que está na mão de cada um de nós.

És os filhos que ainda não nasceram.

"Canta a tua aldeia e serás universal". Assim é que eu te vejo, meu querido Rio Grande!

Assim tu és, na mais pura simplicidade dos homens e mulheres que aqui estão, que não deixaram a querência para trás, não cortaram laços, mas apenas ungiram destinos, cravaram seus anseios em outras distâncias, pelo nosso País e – por que não dizer? – pelo mundo, e fizeram do Planalto Central a nova morada e também a sua querência.

Abano os lenços encarnados e brancos em reverência aos 70 anos do 35 CTG, aos 150 anos do Partenon Literário – no Partenon, em que, quando moleque, eu morei, Senadora Ana Amélia –, aos 80 anos da Sociedade Gaúcha Lomba Grande e aos 70 anos da Comissão Gaúcha de Folclore, entidades que são esteios, estrelas mirantes, faróis do Pampa e o fogo galponeiro que jamais se apaga.



Eu nasci ali, em Caxias, junto aos pinheirais da Serra Gaúcha. E foi com o chimarrão, passando de mão em mão, na busca incessante de ouvir e acolher o outro, que eu aprendi que a cultura é a marca que define a personalidade de um povo.

O folclore é isto: é a tradição, os usos populares, as crenças, as lendas, a literatura, as canções – a Senadora citou aqui aquela gaita, que se vai tocar daqui a pouco –, as danças, o arroz com charque, o sarrabulho, a graxa da picanha cutucando o fogo, os costumes transmitidos de geração em geração, histórias nossas, de guerras, e de grandes peleas, dos bisavôs, dos avós, do pai, da mãe, dos tios, dos primos e primas, dos antepassados, que diziam, em bailes, versos apontando, que são versos feitos na hora para conquistar aqueles que estão longe e mesmo a mulher amada: "os teus olhos, prenda gaúcha, são noites que arrebatam o meu coração; se me queres, eu te quero, vem comigo nesta amplidão". Tudo isso vindo, sabiamente, do seio povo, entre goles de vinhos degustados ao som de toque de gaitas e guitarras, violões, de sapateados de chula e entreveros da grande trova.

Há povos que perderam essa condição, esses atavismos, como bem disse o Telmo de Lima Freitas: "Esse atavismo dormido na alma da gente precisa de um quarto de ronda para se libertar". É essa ronda permanente.

Porém, há povos, que não perderam e que continuam cantando, como nos ensinou o russo Liev Tolstói, que disse da sua aldeia, da sua terra, do seu chão: "Canta a tua aldeia e serás universal.

Ai bota aqui, ai bota ali o teu pezinho,
O teu pezinho bem juntinho com o meu.
E depois não vá dizê
Que você já me esqueceu.

Senadora, e há outras tantas mais de cancionero:

O tatu subiu a serra com fama de laçador;
Bota laço, tira laço, solta pealos de amor.

Resgates, como esses versos, feitos por Paixão Cortes e Barbosa Lessa, mostram a imensa riqueza sociológica da tradição gaúcha.

E na literatura também isso está eternizado na obra do primeiro gaúcho da Academia Brasileira de Letras. Alcides Maya, em suas *Ruínas Vivas*, *Tapera* e *Alma Bárbara*, soube como poucos pintar em cores vibrantes e reais a filosofia de todos os gaúchos e gaúchas, da peonada, da querência, da marcação do gado xucro, das tropilhas e tropas, das benzedoiras, das carreiras.

Assim ele escreveu, em *Monarcas*: "Neco Alves era um gaúcho característico, inconfundível, dali, dos seus pagos. Andara à roda, viajara até às cidades, onde o povo se entropilha e reina o gringo, até as fronteiras [o pelo duro], onde enxameia atrevido o castelhano."

Meu pai era pelo duro. Minha mãe tinha lá uns traços um pouco mais, eu diria... O nome dela era Itália Paim, já faleceu, e o nome dele era Ignácio Paim.

"Move-se como peão, como tropeiro, pois incita curiosidade irresistível, de guasca andarengo, ávido de horizonte, atraído pelas encruzilhadas."

Isso é tradição, é cultura, é folclore, que veste o presente e dá rumo ao futuro. Feliz do povo que pensa e age dessa maneira!



Minhas crenças – e aí vou terminando, Senadora Ana Amélia, que, mais uma vez, cumprimento aqui pela atividade – e meus pensamentos são como as ventanias das manhãs continentais: não há unidade simplista para o povo gaúcho. Somos um caudal de riquezas culturais de séculos e dessas diferenças produzimos o conhecimento e a sabedoria.

É com saudade e esperança que a vida acontece.

Volto aos tempos de menino...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... de piá, de guri, lá na Serra Gaúcha, quando beijava a mão do meu pai e acariciava a face da minha mãe. E ela me dizia: "Dê bençãos, meu filho, e vá dormir! E não esqueça: amanhã, se puder, tome um chimarrão!"

Lia poema em seus olhos. Eram poemas com sabor de gente e de passado. Isso me ensinou a viver o presente e a pensar o futuro.

Eles sempre me diziam: "Faça três coisas que aqui, no Rio Grande, a gente ensina para a nossa gente: seja honesto, estude e trabalhe!"

Da janela eu olhava o mundo. Mirava o rio e seus cristais. Havia uma ponte de pedra ali, longe, e a gurizada soltando pandorga, brincando com o gado de osso, na época, galopando os cavalinhos de pau.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Hoje são somente saudades que vêm e vão nas verdades do Sol, da Lua, da chuva, nas canções do Boi Barroso.

Aqui eu termino, Senadora:

Serenas horas como o assovio das cotovias, e o menino de bombacha arremangada que se apegou em minha alma e está vivo dentro de mim.

Viva o Rio Grande! Viva a tradição gaúcha!

Parabéns, Senadora Ana Amélia. *(Palmas.)*

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Parabéns, Senador Paulo Paim, que, usando a veia poética, traz um poema para exaltar ainda mais o amor que temos pelo nosso Rio Grande, que temos a honra de representar nesta Casa, Senador Paulo Paim, de uma rica experiência parlamentar.

E quero lembrar também, Senador Paim, que Glauco Saraiva foi o autor da Carta de Princípios do MTG – então, é uma referência que fazemos; e, como poeta que é o senhor também, lembrar figuras notáveis, entre eles, claro, o Jayme Caetano Braun, que dá nome ao CTG aqui em Brasília, e também figuras que deram uma contribuição, claro, sem grande referência, como aparece, até pela figura imponente de Paixão Côrtes, que foi transformado no monumento à entrada de Porto Alegre, aquela figura do laçador que encarna ali não só a virilidade do gaúcho, mas essa figura emblemática do folclore do nosso Estado, da história da cultura gaúcha, Paixão Côrtes, que está lá representado na memória do laçador... *(Palmas.)*

Então, parabéns! Obrigada pela sua presença e pela colaboração de compartilhar a transmissão da CDH com a sessão solene do Senado Federal em homenagem a essas instituições tão importantes.

Muito obrigada, Senador Paulo Paim. *(Palmas.)*



Eu queria renovar também – foi mencionada a presença de três mulheres aqui nesta celebração – que a Leticia Wierzchowski, com o livro *A Casa das Sete Mulheres*, mostrou também a relevante contribuição das mulheres, a bravura das mulheres, que tiveram que ficar em casa em plena revolução e suportar a dor da perda. Elas tiveram a bravura de ficar. E foi ilustrado numa série muito especial e de grande sucesso na televisão, porque todos puderam conhecer um pouco mais exatamente dessa rica história do nosso Estado e da presença das mulheres no processo. Então, podem ver também os brasileiros de várias querências mulheres aqui representando a liderança de CTGs, de movimentos ou de instituições, como é o caso do próprio 35 CTG, que está fazendo amanhã 70 anos – o 35 remete à Revolução Farroupilha: 1835, que foi o começo.

Também amanhã, 24 – ela lembrou muito bem –, quando se celebram os 70 anos do 35 CTG, se celebra o Dia do Chimarrão. E lá no fundo do plenário há um gaúcho cevando uma erva boa e um chimarrão, porque o gaúcho não se desgruda de um chimarrão. Essa é uma tradição que faz parte aqui. E muitos Parlamentares de outros Estados têm o hábito do chimarrão e tomam chimarrão no plenário da Câmara dos Deputados.

Aqui se falou do verso do Rogério Bastos sobre a pilcha. Aqui há o Deputado Pompeo de Mattos, que, habitualmente, como há o traje gaúcho, aparece trajado a gaúcho.

Então, já é uma figura conhecida no plenário da Câmara dos Deputados o Deputado Pompeo de Mattos.

Agora, convido para fazer uso da palavra o Presidente do Movimento Tradicionalista Gaúcho do Rio Grande do Sul, Nairo Callegaro.

Quando essa entidade fez 50 anos, há dois anos, foi feita uma sessão especial na Câmara dos Deputados, com uma bela homenagem, cujo requerimento, se não me engano, teve a autoria do Afonso Hamm.

Então, com a palavra o nosso amigo Nairo Callegaro.

O SR. NAIRO CALLEGARO – Senhoras e senhores, o meu bom-dia.

Cumprimento a nossa querida Senadora Ana Amélia Lemos. Lembro muito bem daquele 11 de outubro de 2016. A senhora também foi protagonista daquele momento ímpar que o Movimento Tradicionalista Gaúcho viveu na Câmara dos Deputados.

Então, só temos a agradecer à senhora, ao Deputado Afonso Hamm aquele momento.

Agradeço a sua presença, pela senhora mencionada, lá em Bagé, quando da realização da Ciranda, explicada tão bem aqui pela senhora. A Dinara e a Gleici sabem que não consta na planilha de avaliação das meninas a beleza. Essa nota não é atribuída. Elas se preparam com o conhecimento, com a pesquisa, com as suas artes, com a parte artística, cultural. Enfim, é assim que é escolhida a 1ª Prenda do Estado do Rio Grande do Sul.

Saúdo todos da Mesa também, todos os tradicionalistas gaúchos, simpatizantes deste movimento maravilhoso.

E lhe agradeço, Senadora, o convite ao MTG para estar aqui, nesta sessão que homenageia essas instituições.

A sociedade se estabelece com algumas referências, referências de instituições as quais nós estamos aqui no dia de hoje homenageando; se estabelece com referências de pessoas, muitas aqui nominadas, pessoas que alavancaram essas instituições, fizeram com que elas crescessem.

A sociedade também se estabelece com referências de muitas empresas. Ou seja, nós vivemos buscando referências ao longo de nossas vidas. O surgimento dessas instituições, se nós



olharmos na história, reflete o momento social e histórico daquele local – ela gera a necessidade desses movimentos sociais.

Hoje eu represento uma instituição que é o Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), que a Gleici até me disse que é difícil. Realmente é mais difícil do que muitos imaginam. E o MTG é só a continuidade. Ele é a consequência desse processo social, que talvez tenha começado lá no Paternon Literário, que talvez tenha começado lá na Revolução Farroupilha. É o sentimento de pertencimento que cada gaúcho carrega quando sai do Rio Grande.

É esse orgulho que nós temos por pequenas ações que nós praticamos em nossas famílias, em nossas cidades, que nós carregamos por este Brasil afora. Talvez seja por isso que existam, como já dito pela nossa Senadora, mais de três mil entidades espalhadas pelo mundo, pelo Brasil, e essas 1,8 mil que o Rio Grande do Sul abriga lá e que são regularizadas, vejam bem – estão regularizadas ao MTG do Rio Grande do Sul –, fora aquelas que orbitam ou que não ainda constituídas, mas que estão se constituindo ou que, por algum motivo legal, não estão ingressas no processo, mas que existem e são atuantes.

Talvez esse seja o grande desafio do MTG nos dias de hoje, Senadora.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Nairo, me permite? Apenas porque está presente aqui um grupo de São Paulo que é da Escola da Granja, do ensino médio, do Estado de São Paulo.

Está falando Nairo Callegaro, que é o Presidente do MTG, Movimento Tradicionalista Gaúcho, e está ocorrendo agora esta sessão especial comemorativa dos 70 anos do "35" CTG, os 150 anos do Partenon Literário, os 80 anos da Sociedade Gaúcha de Lomba Grande e os 70 anos da Comissão Gaúcha de Folclore, cuja data é exatamente hoje. Amanhã, os 70 anos do "35" CTG. Então, quem está falando é o Presidente do MTG, Nairo Callegaro.

Sejam bem-vindos.

Agradeço a interrupção e prossiga, por favor.

O SR. NAIRO CALLEGARO – Eu saúdo, então, os paulistas, porque lá nós temos o MTG de São Paulo, que abriga 25 CTGs. Essa é a inserção, a abrangência, a influência social que a cultura gaúcha faz pelo Brasil afora.

Eu estava comentando e falando com os senhores desses processos sociais, o quanto é difícil. Talvez o grande desafio do MTG, eu diria e digo, é se reencontrar novamente com a sociedade, assim como essas instituições lá atrás o fizeram, porque viram a necessidade que a sociedade tinha de resgatar os seus valores maiores culturais, com as suas identificações regionais, da dança, da poesia, da literatura, da culinária, da música gaúcha.

Talvez hoje nós tenhamos que ter esse entendimento, Senador. Não podemos mais nos comportar simplesmente como um clube associativo. Temos que ter a capacidade de ser uma entidade, de promover uma grande transformação social, o que a sociedade mais precisa e mais quer nos tempos de hoje.

Nós devemos e precisamos nos inserir com a sociedade. Não podemos mais nos fechar. Nós temos que ir ao encontro dessa sociedade. A partir da grande referência que é o "35" CTG, que nos deu o modelo o qual deveríamos seguir, todas as entidades, e nos inserirmos na sociedade.

Foi isso que aqueles jovens fizeram ao campear o Estado do Rio Grande do Sul e saírem fundando entidades em todas as suas regiões, preservando as características regionais, da Serra à fronteira, do litoral às Missões. Nós temos que ter essa percepção. É bom nós festejarmos, reverenciarmos o passado; mas que os jovens de hoje tenham essa percepção, se espelhem



naqueles ideais, entendam a transformação social que aconteceu naquela época, os movimentos que se iniciaram em cada um desses pontos e possam ter a coragem de fazer, nos dias de hoje, o que a sociedade precisa, o que a sociedade quer, o que a sociedade necessita.

A sociedade brasileira vive numa profunda crise, numa transformação. E nós, lá no garrão deste País, estamos inseridos nesse processo social também. Somos agentes desse processo, somos responsáveis por essas transformações. E o tradicionalismo gaúcho organizado, que completa 70 anos,...

(Soa a campainha.)

O SR. NAIRO CALLEGARO – ...tem que enxergar e tem que se aperceber deste momento que nós estamos vivendo.

Por isso a importância de nós estarmos aqui hoje reverenciando o passado, com os pés firmes no presente, mas com o olhar para o futuro, não perdendo as nossas origens, as nossas referências, de onde nós saímos, onde nós deixamos nosso umbigo enterrado, como se diz lá no Rio Grande. Mas, sim, com aquilo que nós temos que fazer para o futuro deste Brasil, para o futuro do nosso Estado.

E não poderia, Senadora, como um bom missioneiro, deixar também um verso aqui.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone.*) – Faz muito bem.

O SR. NAIRO CALLEGARO – Do nosso saudoso Jayme Caetano Braun, que foi presidente do Conselho Diretor do MTG, em 1959, o primeiro presidente. Eu não vou dizer todo o poema, que tem 18 estrofes, mas eu vou dizer a última, que é marcante, é importante neste momento, em que nós estamos aqui em Brasília, aqui no Senado da República, como a senhora disse.

Hoje, tempo de mudar, meu coração continua
O mesmo tigre charrua das andanças do passado.
Sempre de pingo encilhado, bombeando pampa e coxilha...
A pátria é minha família! Não há Brasil sem Rio Grande
E nem tirano que mande na alma de um Farroupilha!

Obrigado. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Esses versos do Jayme Caetano Braun, que aliás teve uma das mais ricas produções de versos retratando a cultura gaúcha, e com um rigor e uma qualidade que une o vigor e especialmente o espírito cívico gaúcho e a coragem do gaúcho.

Então, eu o cumprimento, Nairo, por trazer aqui à memória... E de outras figuras que, na cultura musical, também tiveram uma presença muito importante.

Um ex-Senador, hoje Deputado, José Fogaça, compôs uma música muito bonita "Vento Negro", que o Brasil canta. Várias vozes da música popular brasileira deram repercussão. Há músicas gauchescas populares na voz do Teixeirinha – temos que lembrar sempre a contribuição que ele deu para mostrar o Rio Grande, e andava sempre pilchado –, do José Mendes, da mesma forma também, do Gaúcho da Fronteira, da mesma forma, pilchado. Os Irmãos Bertussi é um conjunto também de muita evidência na nossa música. Mais recentemente, jovens do Chimarruts, que fazem uma música, diria, modernizada, mas não perdem a raiz do Rio Grande.



Então, a todos os nossos cumprimentos.

Tivemos também aqueles movimentos, que precisamos exaltar: a Califórnia da Canção, lá em Uruguaiana, de onde nasceram músicas extraordinárias, como O Guri, que é uma das peças mais primorosas do nosso cancioneiro gaúcho. É um poema, mais do que uma música, que narra não apenas o amor, mas a relação do pai e do filho, daquilo que a nossa Presidente Gleicimary falava, da questão da família. E ele, ao falar do pai, do orgulho, se vestia como o pai ... É uma peça muito bonita a canção O Guri, que veio lá da nossa Califórnia da Canção. Há também o Carijó da Canção Gaúcha, lá de Palmeira das Missões; a Moenda da Canção, de Santo Antônio da Patrulha; o Ponche Verde da Canção, em Dom Pedrito; a Coxilha Nativista, em Cruz Alta; e a Tertúlia, de Santa Maria, apenas para lembrar alguns dos eventos que também contribuem decisivamente para a difusão, o fortalecimento da nossa cultura, do nosso Estado.

Queria convidar agora, para fazer uso da palavra, o Presidente do Movimento Tradicionalista Gaúcho do Planalto Central, o João Francisco Petroceli.

O SR. JOÃO FRANCISCO IOUNG PETROCELI – Meu cordial bom-dia a todos, em especial à nossa Senadora Ana Amélia, que nos dá essa oportunidade, neste dia de hoje, de reverenciar e homenagear os nossos antepassados e os nossos feitos gauchescos lá no nosso Rio Grande do Sul; o meu abraço ao Nairo Callegaro, Presidente do MTG do Rio Grande do Sul, à nossa Patroa do "35", Gleicimary, que nos dá a honra da presença. Ao cumprimentá-los, cumprimento toda a mesa de autoridades – o amigo Rogério, do lado aqui.

Meus companheiros, quero saudar os patrões que estão aqui do nosso Planalto Central: a Nara Lucas, da Estância Gaúcha; o Gilberto Zortéa, do CTG Jayme Caetano Braun; a todos os tradicionalistas que se fazem presentes hoje, que me acompanham aqui. Ao nosso Conselho de Ética, um abraço especial ao Edison Flores; à família Dorvílio e Loiva Caldeiran, estes baluartes que tanto fizeram e estão fazendo pelo nosso tradicionalismo por este Brasil afora.

Um abraço a Wilson Porto, Diretor do CBTG, que hoje representa aqui o nosso amigo João Mello, grande companheiro também, e a todos os nossos diretores aqui, à Juliana, minha filha, à Graça, que representa o Conselho de Vaqueanos. Meu abraço especial ao Gerson Rezende, que cantou o Hino Rio-Grandense com toda a fibra, com toda a garra, com toda a emoção, ele, que é um gaúcho nascido nessas plagas, meu companheiro de trabalho, meu diretor social. Um abraço ao Ian, diretor jurídico, companheiro, advogado, da estância, sempre conosco aqui, nesses eventos. Um abraço especial às nossas prendas, que abrilhantam, que embelezam este momento, que trazem a flor gaúcha das plagas do Rio Grande.

Um abraço a todos vocês.

Este momento é importante, é oportuno. Eu quero...

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – João Francisco, só um... Eu pediria licença, para interromper...

O SR. JOÃO FRANCISCO IOUNG PETROCELI – Claro, claro.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... porque agora estão aqui baianos, de Salvador. Eles são da instituição de ensino Colégio Anglo-Brasileiro, do ensino médio, de Salvador, da Bahia.

Sejam bem-vindos.

Estamos encerrando os pronunciamentos aqui. Estamos celebrando as tradições gaúchas. E, lá na Bahia, há especialmente o Município de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, onde a presença dos gaúchos é muito grande. Foram lá para ajudar no desenvolvimento da agricultura,



que é uma área muito destacada no nosso Rio Grande do Sul. Foram também para lá, assim como foram para o Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Maranhão... Não há nenhum Estado brasileiro que não tenha um CTG e não tenha gaúchos ajudando. É a diáspora de bombachas. Quer dizer, foram desbravar. São pioneiros os gaúchos.

Então, parabéns aos baianos, aos jovens, e entendam sempre que o estudo, a cultura e o conhecimento são os fatores mais importantes para o desenvolvimento de uma nação.

Muito obrigada.

E também o folclore baiano é extremamente rico, que nós conhecemos. É extraordinário. Então, vocês também têm orgulho de celebrar a tradição da culinária baiana, a história baiana e a música baiana, que nós todos, lá no Rio Grande, também conhecemos.

Desculpe-me, João Francisco. Pode continuar com a palavra.

O SR. JOÃO FRANCISCO IOUNG PETROCELI – Cara Senadora, a senhora me deu uma oportunidade de dizer que o nosso MTG, do Planalto Central, constitui-se de cinco Estados: o nosso Distrito Federal, Minas Gerais, Goiás, Tocantins e o Oeste Baiano, composto de cidades como Luís Eduardo Magalhães, São Desidério, Barreiras... Oeste Baiano.

Aliás, o CTG de Luís Eduardo Magalhães é o maior CTG do mundo. Se é do Brasil, vai ser do mundo também, não é?

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não deixamos por menos.

O SR. JOÃO FRANCISCO IOUNG PETROCELI – Nós tínhamos antes Gilberto, e o nosso Caetano Braun. Parece-me, nós não medimos ainda, mas parece que eles conseguiram uns metros a mais do que nós lá.

Só para dizer da pujança, da grandiosidade que é o nosso Oeste Baiano... Ah, sim, claro: e Passos também, que é o interior, o meio do campo ali.

Então, nós trilhamos esse caminho do Planalto Central, que é longo. Como eu falei, desses cinco Estados. E hoje nós recebemos uma incumbência também, pois está dentro da nossa jurisdição, do Nordeste brasileiro. Então, não é fácil fazer essas andanças por aí.

Mas, voltando ao nosso 35 CTG, que é o grande marco da nossa história, que aqui hoje reverenciamos e pelo qual nos modelamos, estou aqui com o símbolo do nosso MTG. É o cavalo – aquele cavalinho, lá, que pedimos autorização para usar aqui. Eu uso também muito o bóton que me ofertaram no 35. O lema "Em qualquer chão: sempre gaúcho!" é a coisa mais adequada para nós, hoje, aqui, pois onde nós estamos andando, graças a Deus, cultuamos e pregamos esse lema do 35.

Então, pessoal, é nosso prazer recebê-los aqui. Quando vocês vêm aqui, nós nos renovamos, é uma injeção de ânimos, ficamos mais alegres, mais contentes e tocamos para frente mais um tempo. Então, queremos agradecer a presença de todos vocês aqui e desejar uma ótima estadia entre nós.

Agora, alguém pode ficar se perguntando – digamos o pessoal da Bahia – por que é que o 35 CTG é o pioneiro, é o início de tudo, se nós temos aqui outras instituições mais antigas, como a senhora falou, aqui, do Partenon Literário, da Lomba e da Comissão... Mas vejam bem: o 35, na época, em 1948... Mas eu preciso só dizer uma palavrinha antes, assim, ó: em 1947, a arrancada tradicionalista que foi a fundação, no Colégio Julinho, do Departamento de Tradições Gaúchas.



Quando se fundou o Departamento de Tradições Gaúchas, ali se colocou uma semente que germinou. E, aí, se criaram o Grupo dos Oito ou o Piquete da Tradição, que recebeu os restos mortais do Davi Canabarro, que vieram de Livramento, para fazer parte do Partenon. O Piquete da Tradição ou o Grupo dos Oito é a grande arrancada tradicionalista que deu origem – penso eu e entendo assim – ao 35.

Realmente, a partir daí, mudou tudo, porque o 35 criou outra simbologia, a administração foi outra. Vejam os jovens. Na cabeça deles, resolveram que não iam mais chamar de presidente, mas de patrão, porque estavam trazendo o galpão do interior do Rio Grande e colocando na capital do Estado. Disseram que o presidente iria ser o patrão; que o vice-presidente iria ser o capataz; que o secretário vai ser o sota-capataz, que o tesoureiro seria o agregado das pilchas, que o advogado seria o agregado das leis, como o meu amigo Ian. Ó: agregado das leis!

E, por outro lado, os departamentos, o departamento de cultura, o departamento social, o artístico, o esportivo, enfim... É por isso que o 35 CTG é importante para nós. Ele nos deu essa aula, e nós estamos até hoje aqui. É por isso que nós estamos aqui, como disse o Rogério. É por esse motivo que estamos todos reunidos aqui, no Congresso Nacional, aqui no Senado Federal.

Muito obrigado, Senadora. Realmente V. Ex^a nos dá esta oportunidade.

Eu digo para o pessoal que encontro onde eu vou, no Planalto Central, que o gaúcho não precisa nascer no Rio Grande. Já foi dito aqui também. Eu fiquei por último, então vou repetir alguma coisa. O gaúcho, nas minhas palavras, é gaúcho por geografia ou por simpatia: ou ele nasce lá, e aí pode ser o rio-grandense, ou por simpatia, como é o caso do Gerson Rezende, que disse assim: "Eu vou ser gaúcho", e está aí. E quem é que olha para o Gerson hoje e não diz que está ali um gaúcho, pela estampa dele? Então, são essas coisas que nós temos que cultivar, pessoal.

Desejamos, então, vida longa ao nosso 35 CTG.

Eu estive lá agora. Nós fomos lá, à nossa convenção, com o Nairo. E nós fomos à noite lá. E eu ficava pensando assim: "Será que esse pessoal imaginava 1.900 CTGs lá no Rio Grande, 1.300 fora, milhões de adeptos pela cultura gaúcha por esse mundo afora?". O gaúcho, que fez guerras, fez revoluções, e, pela paz, hoje conquista o mundo. Então, nós estamos falando hoje para o mundo, aqui; estamos falando do gaúcho, com orgulho, com a estrela, porque nós temos o passado que nos deixaram. Vamos continuar.

Nós estamos aqui, longe do Rio Grande – mais de 2 mil quilômetros –, mas nós olhamos, Rogério, meus amigos, meu Presidente, com olhos de águia pelo Rio Grande. É a nossa estrela-guia. Nós estamos aí, seguindo os ensinamentos do nosso Rio Grande. Contem conosco lá e sejam muito bem-vindos aqui.

Eu deixo um verso também. Não posso deixar... Eu tenho um verso que eu sempre falo, mas hoje eu vou mudar, porque o Nairo declamou um verso da poesia do Jânio fantástica, e eu quero declamar outro verso, porque a poesia é longa. Eu vou declamar outro verso. E para encerrar.

E quero desejar, então, mais uma vez, vida longa ao nosso CTG 35, vida longa às nossas tradições, prendas, peões.

Aliás, o seguinte... Eu não falei aqui. Quando os jovens falaram lá e perguntaram como seriam os associados do CTG, dissemos que vão ser peões e prendas. Olha aí. Não vamos chamá-los de sócios, mas de peão e prenda. E minhas prendas! E dizem que o gaúcho ainda é machista, não é? Mas não somos. Imagina se chamar prenda a jovem, a mulher gaúcha! Prenda



é uma coisa de valor. É uma joia rara. Não somos, de maneira nenhuma, machistas. Essas coisas os jovens idealizaram.

Continuamos contando com os jovens – se Deus quiser – porque são eles que mudam. Nós, os mais velhos, somos mais enraizados, mais conservadores.

Dizia o Jânio assim:

Velho Rio Grande gaudério, catedral farrapa um dia
Encheram de rebeldia no extremo sul brasileiro
Conserva aceso o candeeiro para que a chama se propague
Diga sempre a quem indague, mesmo queimando cartucho, que este fogão de gaúcho
não há tufão que apague.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Foi uma celebração extraordinária, revelando aqui os talentos dos nossos oradores e oradoras.

De fato, o nosso comandante, o Patrão, aqui, do Movimento Tradicionalista Gaúcho do Planalto Central foi muito feliz, ao lembrar essa valorização, quando o João Francisco Petrocelli falou da prenda. Quer dizer, quando foi criado o Movimento, não é um filiado ou filiada, é uma prenda e um peão. Peão é o trabalhador; a prenda vem da palavra portuguesa "presente". É um presente, é uma dádiva que você dá.

Então, essa valorização, nessa palavra, representa um símbolo um pouco mais... Tem uma outra acepção e um valor maior, que, como disse bem ele, numa sociedade considerada machista como a do Rio Grande – não é, Petrocelli? –, é dar espaço às mulheres.

E esta sessão aqui mostra, no caso da Dinara Paixão, que aqui representa o Presidente do Partenon Literário, Benedito Saldanha, e, ao meu lado, a Patroa do 35 CTG, que amanhã faz 70 anos.

Então, a todos, neste momento... E eu peço também que o próprio João Francisco, que fez a saudação do nosso cantor, aqui, que nasceu em Goiás, mas que é gaúcho por adoção, por escolha, e que está com a pilcha gaúcha, com o lenço maragato, ele e você...

Por favor Petrocelli, desça, porque dizem que você tem uma voz muito afinada, para que o encerramento desta sessão seja com o Parabéns a Você à moda gaúcha – ah, e o Parabéns Crioulo, como assim chamado.

Renovo o agradecimento pela presença, aqui, da Patroa do 35 Centro de Tradições Gaúchas, Gleicimary Borges da Silva Albrecht, desejando uma boa sorte, e que a filhinha que vai chegar em maio nasça também com esse gosto e com esse empenho na defesa da tradição gaúcha.

Já mencionei a Dinara Paixão, que representa aqui o Presidente Benedito Saldanha, do Partenon Literário; o Patrão da Sociedade Gaúcha da Lomba Grande, José Luiz Amaral Silveira – muito obrigada –; o Presidente da Comissão Gaúcha de Folclore, Octavio Cappuano; o representante também da Comissão Gaúcha de Folclore, Rogério Bastos, que foi o inspirador desta cerimônia, desta sessão especial. Agradeço-lhe também a iniciativa, como bom jornalista e comunicador.

Quero agradecer a presença da Renata de Cássia Pletz. Obrigada, Renata, pela presença aqui.



Quero agradecer também ao Presidente do Movimento Tradicionalista Gaúcho, nosso amigo, Nairo Callegaro, e ao Presidente do Movimento Tradicionalista Gaúcho do Planalto Central, João Francisco Petrocelli.

Preciso também agradecer ao Senador Paim, que esteve aqui; ao Senador Lasier Martins, que também foi um dos firmatários do requerimento que fiz para esta cerimônia aqui; ao Senador Garibaldi Alves, que é do Rio Grande do Norte, do outro lado, lá em cima; ao Senador Waldemir Moka, que é neto de gaúchos, lá de São Borja – ele é do Mato Grosso do Sul; ao Senador Pedro Chaves, que é do Mato Grosso do Sul, do PSC; e ao Senador José Medeiros, que é do Mato Grosso. Eles também assinaram o requerimento, apoiando esta sessão especial.

Antes de dar encerramento, vamos ouvir, então, o nosso Parabéns Crioulo ou Parabéns Gaúcho.

O SR. GERSON REZENDE – Com o "permisso" da Senadora, gostaria de convidar mais um grande declamador e expoente do Planalto Central, tradicionalista, D. Edson Flores – por gentileza –, para fazer os versos do Parabéns Criolo, junto com D. Petroceli.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Nós celebramos também o Edson Flores pela voz e pela participação no conjunto agora que vai abrilhantar o encerramento, com chave de ouro, desta sessão especial destinada a celebrar os 70 anos do 35 CTG, os 150 anos no Pártenon Literário, os 80 anos da Sociedade Gaúcha da Lomba Grande e os 70 anos da Comissão Gaúcha de Folclore – que celebra hoje; e amanhã a festa será do 35 CTG.

Então, com vocês o nosso Parabéns.

(Procede-se à execução musical.)

O SR. GERSON REZENDE – Viva o Rio Grande e viva o Brasil! (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Renovo, então, os agradecimentos a todos e o convite da Nara para o encontro da comunidade gaúcha que participa desta cerimônia, ao Embaixador da Malásia, aos representantes que vieram aqui nos honrar com suas presenças.

Está encerrada a presente sessão.

Muito obrigada.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 27 minutos.)



Ata da 54ª Sessão, Não Deliberativa, em 23 de abril de 2018

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. Telmário Mota, Airton Sandoval, Paulo Rocha e Paulo Paim.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 5 minutos e encerra-se às 17 horas e 12 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal* (**Vide Parte II do Sumário**).

Temos oradores inscritos.

O primeiro orador inscrito é o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria, primeiro, fazer um questionamento à direção da Casa, porque recebi um documento que trata da contratação de empresas para a prestação de serviço de apoio administrativo, por meio de mão de obra terceirizada, informando que será pago somente o piso salarial da categoria profissional definido em acordo ou convenção coletiva de trabalho. O questionamento que eu faço, Sr. Presidente, interessa a toda a Casa. Há trabalhadores que estão aqui há três, quatro, cinco, dez, quinze anos e que, é claro, ganham mais que o piso. O que vai acontecer com a situação deles? Vão reduzir o salário de todos para pagar somente o piso? O piso salarial é o mínimo do mínimo para quem está entrando numa empresa. Faço esse questionamento, que vou encaminhar à direção da Casa, porque considero esse movimento cruel.

Calculem: o cidadão ganha dois, três salários mínimos e é comunicado, por decisão da Casa, que aqui só haverá pessoas que ganham o piso salarial – o que, muitas vezes, são centavos a mais do que o salário mínimo ou alguns reais a mais. Eu acho isso uma enorme injustiça.

Temos terceirizados que assessoram as comissões. Temos terceirizados aqui no nosso cafezinho. Temos terceirizados aqui no plenário. Eu não quero crer que a Casa vá adotar uma medida cruel como essa, que ninguém na iniciativa privada adota. Pagar o mínimo é natural, mas, a partir do momento em que o cidadão vai mostrando que tem carinho pelo que faz, que é competente, que produz, que não falta, é natural que ele vá receber um salário um pouco maior. Esse é o tipo da economia do resultado negativo.

Como é que um cidadão que trabalha aqui no Senado, que tem sua família, que reflete o que ele ganha vai, de uma hora para outra, ganhar somente o piso salarial da categoria? Porque eu sei como isso funciona. Eles dizem: "Não, mas não é bem assim." É assim: farão o contrato com a empresa terceirizada baseado no piso salarial da categoria, e a empresa terceirizada não poderá pagar mais que o piso. Senão, ela não vai dar conta, por aquilo que tem a receber, de pagar em dia os seus funcionários. Eu acho que o contrato, quando é renovado, enfim, quando é feito, tem que levar em consideração o potencial dos trabalhadores que prestam serviço aqui no Senado.

Por isso é que me entregaram aqui um documento. Eu vou entregá-lo a V. Ex^a, Presidente em exercício, para que encaminhe ao Advogado-Geral da União, aliás, ao Advogado-Geral do Senado, para que ele responda como fica isso. E como ficarão os contratos até o momento? Esse documento faz aqui uma série de considerandos que entendo justos: "[...] nas futuras contratações, comprovada a redução da remuneração do trabalhador terceirizado...". É o que eu comentei.

Então, Sr. Presidente, eu vou sair da tribuna, mas queria que me escrevessem por escrito isto: como ficará a situação dos terceirizados aqui na Casa.



O segundo assunto, Sr. Presidente: eu estou muito preocupado com a política desastrosa do Governo que vai resultar em fechamento de frigoríficos, frigoríficos enormes aqui no Brasil. Perdem os empresários e perderão os trabalhadores. Como é que fica o emprego?

A decisão tomada, nesta quinta-feira, pela União Europeia de proibir 20 frigoríficos brasileiros de exportarem frango para o bloco econômico tem por trás a desastrosa política para a agricultura, Sr. Presidente. Se o Governo errou, que resolva lá essa questão. Eu quero aqui falar até em nome tanto dos empresários como dos trabalhadores. Eu sempre digo que, se as empresas vão bem, os trabalhadores também podem ir bem, até nas suas reivindicações.

Agora se fecharem os frigoríficos? Serão milhares e milhares de trabalhadores demitidos. Recebi o documento falando do desastre que isso pode causar se se concretizar. Essa é a avaliação do Presidente da Confederação Democrática Brasileira dos Trabalhadores da Alimentação, Siderlei de Oliveira. Diz ele:

O Mercado Comum Europeu tomou medidas que irão trazer prejuízo econômico e social para o Brasil. Mas tudo teve início [quando o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento] [...] suspendeu a exportação de alguns frigoríficos brasileiros para a Europa sob a alegação de que a carne poderia ter salmonela.

A decisão [desastrosa adotada pelo Ministro da Pasta] [...], a partir de março de 2017, com a Operação Carne Fraca, que passou a investigar possíveis fraudes de frigorífico em laudos sobre a presença da salmonela em aves, causou desconfiança no mercado europeu e culminou na suspensão.

Eles têm investigado, fiscalizado e cobrado. Mas não dá para anunciar ao mundo que nós estamos com problema com a famosa salmonela. É natural: uma vez que se anunciou, o corte viria. Por isso eu faço aqui este comentário acreditando que isso pode ser revisto, até porque, segundo me dizem os especialistas, a salmonela por si só não caracteriza risco à saúde pública devido ao cozimento e à fritura que é feita desse produto.

Diz mais Siderlei que

O Ministro da Agricultura deve retirar imediatamente essa sua posição [que é um prejuízo irreparável ao Brasil, aos empregadores e aos trabalhadores] [...] Caso esse não seja um jogo de cartas marcadas previamente a serviço de outros interesses para beneficiar empresas estrangeiras que [se manifestaram sempre contra a exportação dos produtos brasileiros] [...] o mínimo que deve acontecer é [o Ministro mudar a sua posição.] [...] Estamos falando de 40 mil empregos que irão pelo ralo devido a uma atitude irresponsável desse Governo antes de a União Europeia ter tomado essa decisão. Desde a suspensão promovida pelo Governo brasileiro, vários frigoríficos no Brasil, em 2018, passaram a dar férias coletivas a seus funcionários, [paralisando, assim,] [...] os trabalhos, situação que [vai complicar-se ainda mais] [...].

Segundo o Presidente da Contac-CUT, uma prova de displicência do Governo é a tentativa de o Ministro reverter na Europa essa situação junto à Organização Mundial do Comércio (OMC), [porque o errou partiu daqui]. "Isso não mostra a forma como [está sendo tratada essa questão] [...], sem conhecimento nenhum de alguns setores, como o do frango. [Enfim] [...], quem está à frente de um ministério que envolve um dos setores mais importantes para a economia brasileira [deveria ter mais responsabilidade].



Essa é a síntese que fiz do documento assinado pela Contac-CUT.

A BRF é dona de 12 dos 20 frigoríficos que foram proibidos de exportar: Ponta Grossa, Paraná; Concórdia, Santa Catarina; Dourados, Mato Grosso do Sul; Serafina Corrêa, lá do meu Rio Grande do Sul – Serafina é uma bela cidade, que poderá ter problemas seriíssimos se isso continuar; Chapecó, Santa Catarina; Capinzal, Santa Catarina; Rio Verde, Goiás; Marau, Rio Grande do Sul; Toledo, Paraná; Várzea Grande, Mato Grosso; Francisco Beltrão, Paraná; Nova Mutum, Mato Grosso; e por aí vai. São trabalhadores sendo postos em férias, com ameaça de demissão rapidamente.

Por fim, Sr. Presidente, ainda quero aproveitar esses dez minutos.

Diz a Declaração Universal dos Direitos Humanos: "Todo homem que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social".

Em 1943, Getúlio Vargas criou a CLT para garantir aos trabalhadores férias, descanso remunerado, salário mínimo, licença-maternidade, jornada de trabalho, entre outros. Infelizmente, a Lei Federal 13.467, de 2017, a famigerada reforma trabalhista do atual Governo, desregulamentou tudo que foi alcançado pelo povo brasileiro durante décadas, décadas e décadas. Isso é inaceitável.

Temos de resgatar o que foi perdido, o que foi, eu diria, um verdadeiro assalto ao bolso do trabalhador.

O Estatuto do Trabalho, que venho discutindo há nove meses e que eu chamo de nova CLT, está sendo construído numa subcomissão oficial no âmbito da Comissão de Direitos Humanos desta Casa. O Senador Telmário Mota, que casualmente está presidindo esta sessão, é o Presidente dessa subcomissão, e eu sou o Relator da proposta.

Dia 10, Senador, seria muito importante que nós conseguíssemos quórum para votar o relatório. As legislações não podem beneficiar somente um lado do cenário. Elas devem ser abrangentes. A relação capital e trabalho deve ser justa e de alto nível. Não pode haver dois pesos e medidas diferentes.

Foi o que aconteceu com a reforma trabalhista, que estabeleceu uma desarmonia no mundo do trabalho. E aí está o grande problema de demissões em massa.

O Estatuto do Trabalho é uma ousada possibilidade por meio da qual, juntamente com dezenas de entidades – centrais, federações, confederações, Ministério Público, advogados trabalhistas, Anamatra – que visam humanizar os interesses de todos os empregados e empregadores, buscamos um diferencial que julgamos seja mais importante na construção e na transformação de um país em uma nação, que é a congregação humanitária, solidária e de responsabilidade socioambiental e o combate a todo tipo de acidente de trabalho.

Para o Estatuto do Trabalho, já realizamos 22 audiências públicas, pois ele reflete a atual realidade do mercado, incluindo novas formas de trabalho e de relações trabalhistas. Contudo, não podemos deixar de observar a Constituição cidadã, que inclui igualdade de condições, valores sociais, de trabalho e da livre iniciativa.

O Estatuto busca uma maior segurança jurídica aos empregados e empregadores, propiciando uma melhora significativa na relação trabalhista, preservando e dando efetividade aos direitos e garantias da Constituição.



Queremos fortalecer as instituições, a democratização do acesso ao mercado de trabalho, a facilitação do acesso e da permanência de pessoas com deficiência, idosos e jovens, entre outros segmentos, bem como o combate a qualquer forma de discriminação, protegendo o trabalho da mulher, sobretudo da mulher gestante, na busca do interesse da igualdade no trabalho.

O Estatuto do Trabalho está sendo discutido desde agosto do ano passado, através de um ciclo de audiências públicas e palestras.

Vários especialistas nacionais e internacionais do mundo do trabalho foram ouvidos, bem como ministros do Tribunal Superior do Trabalho, juízes do Trabalho, procuradores, auditores, advogados, juristas, professores, entidades sindicais – centrais, confederações, federações, sindicatos –, Parlamentares de todos os partidos.

Importante destacar a participação, nessas audiências, do cidadão comum, através do e-Cidadania, do Alô Senado, e dos demais instrumentos de comunicação.

O projeto está pronto e será apresentado agora e votado no dia 10 de maio, dando início ao processo de tramitação oficialmente aqui no Congresso. Eu espero que nós aprovemos aqui rapidamente e que ele seja remetido, então, à Câmara dos Deputados.

O grupo de trabalho está finalizando, fazendo as últimas correções. É composto pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra); Ministério Público do Trabalho (MPT); Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT); Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait); Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (Abrat); Associação Latino-Americana de Juízes do Trabalho (ALJT); Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (Cesit/Unicamp).

Finalizo, Sr. Presidente, afirmando que todos os trabalhadores, que todos os brasileiros são cidadãos com direito à saúde, à educação, à segurança do trabalho, a férias, a um salário decente, a um salário mínimo decente, a um descanso diário e a uma aposentadoria digna, entre outros benefícios.

Eu ouvi, Sr. Presidente, todas as centrais sindicais, todas as federações de empregados e de empregadores, ouvi e convidei – nem todos vieram, mas todos foram convidados –, nós ouvimos representantes de partidos políticos. Só não veio quem não quis participar.

Eu termino dizendo: o Estatuto do Trabalho é o início de uma resposta cívica, ampla e responsável, que está sendo construída de baixo para cima, com a participação de toda a sociedade, dos meios produtivos, como também da força da mão de obra brasileira, Sr. Presidente.

Nós, agora no dia 1º de maio, já vamos estar com essa versão, que é a última versão, pronta para que seja comentada com todos aqueles que assim entenderem necessário. Vamos ter aquele prazo então, do dia 1º ao dia 10, para as últimas contribuições que vão chegar, para votarmos no dia 10. A parti daí, a intenção é remeter uma cópia para todos os Deputados, todos os Senadores, encaminhar a todos os prováveis candidatos à Presidência da República, a governadores, para que eles também se pronunciem sobre a nova CLT, o novo Estatuto do Trabalho. V. Ex^a é o Presidente da Comissão, eu sou o Relator da Comissão. Estamos fazendo um trabalho ouvindo todos. Ninguém pode se queixar. Todos são convidados e estão sendo ainda convidados para a redação, para os últimos ajustes na redação final de um instrumento que foi tão importante lá na Era Getúlio Vargas e foi construído numa enorme parceria entre empregados e empregadores – e neste agora estamos na mesma linha condução.



Espero só que todos aqueles que estejam interessados venham se somar a essa proposta, para que ela, uma vez aprovada no Senado, seja encaminhada à Câmara dos Deputados. Lá também, é claro, vai haver um grande debate. Lá, eles vão indicar o relator. Talvez, criem até uma comissão especial que vá com esse mesmo objetivo.

Mas para o senhor e a senhora que estão me ouvindo neste momento, me assistindo, na sua residência ou em qualquer outro lugar, essa proposta é uma proposta que vai na linha da solidariedade, vai na linha de apaziguar o mundo do trabalho, vai na linha do entendimento de que os trabalhadores tenham também os seus direitos consolidados nessa nova CLT. Alguns chamam de novo estatuto do trabalho.

A tática que usei nessa apresentação, Presidente, foi a mesma que usei em todas as outras, quando apresentei o Estatuto do Idoso, da Igualdade Racial, da Pessoa com Deficiência, quando apresentei a Lei do Autista...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... quando apresentei políticas para o salário mínimo: sempre foi dialogando com a sociedade de baixo para cima, não fazendo disso um carnaval político-eleitoral, para que essa proposta, como todas as outras, caminhasse na linha de fazer o bem sem olhar a quem, sem querer apenas fazer disso um instrumento eleitoral, porque seria muito grave se isso acontecesse, já que nós estamos trabalhando com a construção de algo muito sério, que vai na linha do interesse de milhões e milhões de brasileiros e brasileiras.

Era isso, Sr. Presidente.

Agradeço a tolerância de V. Ex^a, já que o meu tempo foi concluído, e V. Ex^a, generosamente, me deu mais um pequeno recurso ali, mas não vou precisar usá-lo.

Obrigado, Senador Telmário Mota.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Senador Paulo Paim, muito obrigado também a V. Ex^a, que nos citou por várias vezes. Na verdade, quero até fazer um convite público. Precisamos somente organizar a nossa agenda. Todos os sindicatos do Estado de Roraima, na sua maioria, querem realmente ter uma palestra de V. Ex^a, que é o Relator da nova CLT, que V. Ex^a chama até de um nome interessante. Como é que V. Ex^a tem o hábito de chamá-la?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu chamo CLT de Consolidação das Leis do Trabalhador, porque aquela anterior é a CLE – Consolidação das Leis só do Empregador. Ela é legítima para o empregador, mas é ilegítima para o trabalhador.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Exatamente. É só para fazer esse esclarecimento.

Vamos só... Porque V. Ex^a também está num trabalho da construção da reeleição, tem uma agenda no Sul, e vamos fazer essa delegação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos ajustar, porque é importante.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Vamos ajustar.

Bem, temos oradores inscritos.

Senadora Ana Amélia. *(Pausa.)*



Ausente.

Senador Airtton Sandoval, com a palavra por 20 minutos.

O SR. AIRTON SANDOVAL (Bloco Maioria/PMDB - SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente Telmário Mota, primeiro, quero cumprimentá-lo pela bela homenagem que V. Ex^a fez na última sessão, sexta-feira, aos nossos índios, estes que nos antecederam aqui neste grande País, que é o nosso Brasil, que nós amamos.

Sei que V. Ex^a é um grande representante daquele Estado onde há uma grande quantidade de índios.

Então, gostaria de cumprimentá-lo por isso.

E quero dizer também, Sr. Presidente, que tenho um grande respeito pela oposição. Eu mesmo já fui oposição num período negro da vida desta Nação, um período em que tínhamos um regime exceção que infelicitava todos nós brasileiros, mas ouvi com atenção aqui a primeira parte do discurso do nosso Senador Paim, que faz uma defesa intransigente dos trabalhadores. Isso é uma marca na sua vida política e na sua vida pública. O Senador Paim sempre foi um Senador com grande equilíbrio, com grande presença em defesa dos trabalhadores e dos interesses da Nação brasileira. E quanto ao que ele acabou de pronunciar na primeira parte de seu discurso, eu não teria nenhuma dificuldade em assinar embaixo e faria aquelas palavras as minhas palavras em defesa dos trabalhadores, em defesa do povo brasileiro.

O que tenho a dizer é o seguinte: eu tenho certeza absoluta de que o Governo, o nosso Ministro da Agricultura tomarão as medidas necessárias e essenciais para que problemas de tal natureza não continuem a acontecer em nosso País.

Nós vimos há pouco tempo o governo americano estabelecendo sanções às nossas exportações de alumínio e de ferro e nós chegamos a bom termo nessa questão, com ação do Governo, com ação das nossas lideranças políticas. E tenho certeza absoluta de que, em relação a esse problema que acabou de ser citado pelo Senador, nós também conseguiremos êxito, porque é muito importante para nós.

O que me traz hoje a esta tribuna, Sr. Presidente, é um assunto da maior importância, da maior relevância e que precisa de toda a atenção do Congresso Nacional.

Sr. Presidente, colegas Senadores, brasileiras e brasileiros que nos acompanham pelos canais de comunicação do Senado, o que me coloca nesta tribuna hoje é uma estatística alarmante. Uma estatística feita a partir de um levantamento da Secretaria de Educação de São Paulo nos mostra que as escolas públicas estaduais do meu Estado registram três casos de *bullying* a cada dia, e esse número vem aumentando a cada ano. Em 2016, foram 484 casos; em 2017, foram 564. Esses números são compilados a partir das ocorrências notificadas no Registro de Ocorrência Escolar, que é uma espécie de boletim de ocorrência escolar, em que o aluno denuncia as humilhações sofridas pelos colegas e pede ajuda à direção da escola.

Em São Paulo, até 2017, mais de 52 mil profissionais foram qualificados para lidar com a violência em suas escolas e, em 2016, numa parceria entre o Governo do Estado e a OAB, foi lançada uma cartilha educativa, mas a escalada da violência nas escolas, seja ela verbal, moral ou física, acende uma luz vermelha para a sociedade e para as instituições educacionais.

Recentemente, Sr. Presidente, aprovamos, nesta Casa, o Projeto de Lei 171, de 2017, que reforça a Lei de Combate ao Bullying e inclui entre as atribuições das escolas a promoção da cultura da paz e a adoção de medidas de conscientização, prevenção e combate a todo tipo de violência, como o *bullying*, projeto este que o Presidente Temer apoiará, com toda a certeza. A



nova lei aperfeiçoa a LDB quando determina que todos os estabelecimentos de ensino terão que promover medidas e ações de conscientização, de prevenção e de combate à violência, mais diretamente a intimidação sistemática, conhecida como *bullying*.

Precisamos de paz na sociedade, precisamos de paz, especialmente nas escolas.

Parabenizo a autora do projeto, a Deputada Keiko Ota, pela iniciativa. Parabenizo a Relatora da proposição nesta Casa, a Senadora Simone Tebet, colega e Líder do meu Partido, que nos alertou para outra estatística assustadora: o Diagnóstico Participativo das Violências nas Escolas, feito em 2016 pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, em parceria com o Ministério da Educação, apontou que 69,7% dos jovens já sofreram algum tipo de agressão na escola – verbal, física, discriminação, intimidação, *bullying*, furto, roubo ou ameaças.

A violência é um monstro que corrói a mente e a alma; a violência destrói a cidadania, destrói até mesmo uma democracia, Sr. Presidente. Esse monstro que tem se insurgido sobre crianças e adolescentes precisa ser atacado e extirpado da sociedade.

Aqui, quero louvar o trabalho dos colegas Magno Malta e José Medeiros feito na CPI dos Maus Tratos contra Crianças e Adolescentes, que, entre outras atividades, publicaram três cartilhas elaboradas por especialistas que provocam o debate na sociedade e educam. E as cartilhas vão além, pois elas trazem à luz, além do *bullying*, o *cyberbullying*, que é o ataque pela internet; o suicídio de jovens, essa tragédia que tem destruído famílias; e a automutilação, que provém da falta de autoestima e do desamor.

Fiz questão de colaborar com essa iniciativa. Nos Municípios da região de Franca, foram distribuídas cerca de 2 mil cartilhas entre as Secretarias Municipais de Educação e de Ação Social.

Essa luta contra a violência infantil precisa do engajamento de todos: pais, mães, educadores, agentes públicos e os próprios adolescentes, que não aceitam essa situação e, sobretudo, Sr. Presidente, precisam da nossa atenção.

Precisamos, a todo custo, evitar que nossas crianças sejam vítimas de qualquer tipo de violência, difundindo informações e esclarecimentos e incentivando as ações preventivas. Nossas crianças e adolescentes precisam de educação, amor em família, atenção e respeito. Todos somos responsáveis pela integridade e o desenvolvimento daqueles que são o futuro do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Obrigado, Senador.

Eu o convidaria, Senador Aírton Sandoval, para assumir a Presidência, pois agora eu sou o próximo orador.

(O Sr. Telmário Mota deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Aírton Sandoval.)

O SR. PRESIDENTE (Aírton Sandoval. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Com a palavra o Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Sandoval, do Estado de São Paulo, hoje eu venho a esta tribuna após passar o final de semana no meu Estado. Quero primeiro aqui saudar os Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, telespectadores e telespectadoras da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado.



Estive, neste final de semana, no meu Estado. Eu estava, bairro a bairro, rua a rua, prestando conta, Sr. Presidente, do meu trabalho no Senado durante esses três anos. E também nós estamos fazendo uma pesquisa, levantando, junto à população, o que ela espera de um plano de governo para a próxima Legislatura. E, ali, a gente tem, Sr. Presidente, contato muito direto com as pessoas. E eu fui surpreendido, Sr. Presidente.

Neste final de semana, eu recebi, na minha casa, uma comissão de taxistas de Manaus. Qual a reivindicação desses taxistas? São taxistas que estão ali nos aeroportos de Manaus, desde o antigo até o atual, há mais de 70 anos. Na verdade, são hoje mais de mil famílias que dependem diretamente desses táxis que prestam serviço ali no aeroporto de Manaus. O que eles me trouxeram eu achei pertinente. Você sabe que o céu é para todos; o espaço é para todos. Mas o que está acontecendo no aeroporto de Manaus é de chamar a atenção. Eu aqui chamo a atenção do superintendente da Infraero de Manaus. Como é que pode? O aeroporto de Manaus está mapeado para o sistema Uber, mapeado.

Eu queria aqui... Qual é? Aquela lá? Aproxime aí.

Você vê, na saída do aeroporto, que uma porta está exclusivamente para o Uber. Os taxistas estão, há 70 anos, lá, e nunca tiveram essa deferência, nunca tiveram esse apoio, essa identificação. Isso, no aeroporto, a uma empresa internacional?

Eu entendo que 80% do Uber é bico e que 20% é trabalho real. Mas os taxistas são 100%, é de pai para filho. Eles são os pioneiros naquilo ali.

Agora, uma atitude dessa, da Infraero do aeroporto de Manaus? Estão expulsando os taxistas. Qual a oportunidade que eles têm? Você vai ali, pega a sua carga ou a sua bagagem. A bagagem, Senador Sandoval, quando você vai pegar... Na esteira da bagagem, já há uma trilha no chão, o encaminhando diretamente para o Uber.

O aeroporto está todo demarcado, é território do Uber. Deveriam escrever lá: "aeroporto de Manaus, território do Uber; táxi aqui não pode haver". Aqui não pode haver táxi.

Os taxistas, que serviram ao povo brasileiro e ao povo amazonense, há 70 anos... Agora nós decretamos a morte de vocês, taxistas. É isto que a Infraero de Manaus está dizendo: está decretada a morte de vocês. Por quê? A esteira traz a bagagem, você recebe a bagagem, e no chão há um caminho: Uber, Uber, Uber até a porta, até entrar no Uber. Já viram isso?

Também, venderam tudo. Nada mais é do Brasil? Não.

Olhe, não sou contra o Uber. Agora é exagero, não é? Vai matar os taxistas? Vai tirar a vida dos taxistas?

Gente, eles sustentam ali coisa de pai para filho. Em Manaus, é a terceira geração já, a terceira geração. Eu conheço um amigo meu lá, cujo pai era pioneiro nos táxis de Manaus. Ele abraçou essa profissão, e o filho já está. É a terceira geração.

Então, faço um apelo ao Governador Amazonino, aos meus nobres companheiros Senadores aqui, Vanessa, Eduardo, Senador Omar Aziz: Senadores, olhem esses taxistas.

Eu os recebi na minha casa. Foram à minha casa em Roraima, para fazer esse apelo. Então, fico aqui.

Pego à Superintendência da Infraero. O que é isso? Vamos dar ao usuário a oportunidade de escolher. Vocês não a estão dando mais. Vocês estão decretando, de pronto, a exclusão dos taxistas, que tradicionalmente foram quem serviu àquela população.

Eu mesmo, às vezes, quando eu ia para Manaus – fui várias vezes, porque Manaus é o Estado mãe do Estado de Roraima –, eu sempre fui muito bem tratado por aqueles taxistas.



Sabe? Sempre me receberam com muito profissionalismo, sempre me trataram com bastante humanidade. Eu vi até neles o modelo de taxistas. E hoje essas mil famílias estão desesperadas.

Portanto, faço um apelo às autoridades do Estado, de Manaus, para que olhem pelos taxistas do aeroporto de Manaus.

Bom, por outro lado, Sr. Presidente, eu quero também fazer um apelo à Governadora do meu Estado. Governadora, essa semana, eu recebi várias manifestações. E eu acho que V. Ex^a está desconectada do Governo. É hora de conectar.

Governadora, há uma ponte do Igarapé Taporca, lá em Caroebe, que está para cair. Se ela cair, você não vai mais para Entre Rios ou não vai mais para o outro lado. Sabe, Governadora? Essa ponte é fundamental para aquela sociedade de Entre Rios. O inverno está chegando, está nas portas, Governadora. A mesma coisa é outra ponte, no Município de Boa Vista, do outro lado do Passarão, no Igarapé do Milho. Ali, na hora que chega o inverno, fica intrafegável.

Então, Governadora, conecte-se ao Estado de Roraima. É preciso. Olha a dor desse povo. O povo está abandonado – está abandonado. A mesma coisa a Balsa do Passarão, Governadora. Que é isso? Uma travessia está levando três horas, Governadora – três horas. Você vai usar a balsa, são três horas para voltar ou para ir. E não adianta gritar, não.

Então, eu espero que a Governadora, Suely Campos, tome as providências nessas duas pontes, a do Milho e a de Caroebe, e na balsa. Toda uma população... A balsa interliga o Município de Boa Vista à Normandia, ao Uiramutã. E ali há várias comunidades indígenas que estão para ficar totalmente isoladas por incompetência, inoperância governamental de gestão.

Eu, Sandoval, parece até que eu sou o Deputado Estadual ou Vereador. Eu fui Vereador, então, as pessoas... Eu não tenho segurança, não tenho motorista, eu ando sozinho no meu carro, paro em qualquer lugar e converso com as pessoas. A demanda é muito grande; agora, nas redes sociais, mais ainda. E também para a Prefeitura de Boa Vista.

Eu fui num conjunto – eu tenho a honra desse conjunto –, o Conjunto Cruviana, quando o Prefeito Iradilson era Prefeito. Eu era Vereador, o líder. Foi implantado, eu fui o líder que defendi a área para poder fazer. E foi o primeiro conjunto do Minha Casa, Minha Vida que o Prefeito fez, Senador Sandoval, com dimensões maiores, bem maiores.

E eu fiz um projeto, enquanto vereador, em que 10% dessas casas seriam para portadores de deficiência, e as casas foram adequadas. O ministro, na época, era um ministro do PP. Chegou lá, viu, gostou e deu mais 3 mil casas ao Pérola, que hoje é outro grande conjunto. A Prefeita fez lá agora o meio-fio, essas coisas todas, e não deu acessibilidade. Então, o Carlos, um rapaz que mora no conjunto, foi me levar à casa dele. O filho dele, que é cadeirante, foi passar no meio-fio, a cadeira virou e ele teve até uma fratura no braço – fraturou o braço –, porque não tem acessibilidade, Sr^a Prefeita. Vá lá dar uma olhada! A mesma coisa foi com o Sr. Raimundo, outro cadeirante. Já este, com uma cadeirinha motorizada, também tem as mesmas dificuldades e tem que estar disputando espaço, Prefeita, com motoristas. Então, eu queria que a Prefeita olhasse esse trabalho, porque realmente está deixando a desejar.

Tem outra coisa, Prefeita: naquela área não tem um posto de saúde. Lamentavelmente, há 20 anos, a Prefeita Teresa Surita Jucá, Prefeita do Município de Boa Vista... Não tem uma UPA! Não tem uma Unidade de Pronto-Atendimento. E fizeram um teatro por 46 milhões. Hoje, o teatro é o maior elefante que eu já vi na minha vida.

Então, vamos priorizar. O Estado de Roraima é um Estado que está sucateado pela corrupção. Está na hora de a gente reconstruir esse Estado. Essas obras que não têm nenhuma



finalidade... Um teatro maior do que... A população de São Paulo, com 46 milhões pessoas, não têm um teatro como o que nós temos lá. E nós temos hoje 500 mil pessoas.

Quer dizer, é uma coisa desproporcional, considerando a economia do Município, considerando a população e o desenvolvimento teatral, que ainda é muito iniciante. Nós temos teatros pequenos, que poderiam ter sido recuperados, com dois, três milhões, e sobrariam aí 40 milhões, para fazer o Ceasa, que está parado, ou o abatedouro de pequenos animais, que está parado, para colocar as ZPE's para funcionar. Só agora, lá em Fortaleza, três empresas estão investindo nove bilhões nas ZPE's. Vão gerar cerca de 35 mil empregos diretos e indiretos. Então, quer dizer, nós temos uma ZPE. É bem ali.

Nós temos um PIB, Senador Sandoval, maior do que o PIB de São Paulo, de V. Ex^a, somados o PIB da Venezuela, da Guiana Inglesa, de Boa Vista e de Manaus. Nós temos uma riqueza a ser explorada maior do que a riqueza de V. Ex^a, que dá a São Paulo essa magnitude, que é um país dentro do outro, e dá a São Paulo a sustentação de 46 milhões de habitantes.

Então, na verdade, a matriz econômica do nosso Estado deixa a desejar, e projetos importantes estão engavetados, sendo preteridos diante de outros, que não alavancam a economia do nosso Estado.

Por fim, Sr. Presidente, eu queria aqui falar que, quando Roraima, que era Território, passou a Estado, cabia ao governador da transição fazer a sua tarefa de casa e enquadrar os servidores do ex-Território para o Governo Federal. E esse governador de transição, lamentavelmente, foi o Senador Romero Jucá. E ele não cumpriu com a sua obrigação. Deixou esse povo todo de fora, 30 anos.

O Senador Romero Jucá ganhou para o Senado, prometendo o enquadramento. Ele foi Líder do Fernando Henrique Cardoso; ele foi Líder e Ministro do Lula; ele foi Líder da Dilma; ele é Líder e Ministro do Temer, e esse enquadramento nunca saiu. Ao contrário: em vez de ajudar, ele prejudicou.

Por que é que ele prejudicou? Porque foi feita uma PEC, a 79, que foi regulamentada pela Medida Provisória 660. A Senadora Ângela Portela, vários Deputados – eu, inclusive –, fizemos emendas que iriam contemplar todos os ex-servidores: os comissionados, os estagiários, os cooperativados, os que estão nas assembleias, no Judiciário, enfim, todos aqueles que faziam justiça. E o Senador Romero Jucá, achando que sozinho é o pensador do País, vai lá e apresenta uma emenda. Negociou a emenda dele – vetaram as outras – e aprovou uma emenda dele, chamada FC3, prometendo o enquadramento. Sabe o que aconteceu? Zero: ninguém foi enquadrado. Agoniado, ele fez a PEC 199, que teve o meu apoio – embora fosse incompleta, teve o meu apoio na comissão e no plenário. E também o apoio da Senadora Ângela, na comissão e no Senado. Fizemos gestão na Câmara. Aprovamos. De lá, saiu a Emenda 98, e, agora, há a PEC 817, que vem regulamentar.

Lamentavelmente, lamentavelmente, acho que por uma briga paroquial no território de Macapá, que também é beneficiado – são beneficiados os Estados de Rondônia, Roraima e Macapá –, saiu de lá uma denúncia anônima, abraçada pelo Ministério Público, e eles entraram com uma ADI, Ação de Inconstitucionalidade da referida PEC. E está na mão do Ministro Fachin.

Eu queria aqui, Ministro Fachin, fazer um apelo a V. Ex^a.

Ministro Fachin, esse povo está há 30 anos sendo enganado por um Senador crápula, corrupto, canalha. Se esse povo não entrar, sabe o que é que vai acontecer? Vai haver uma



depressão social no meu Estado. São mais de 20 mil famílias que são enganadas pelo Senador Romero Jucá, há 30 anos. E sabe o que o Senador Romero Jucá está aproveitando para fazer, Ministro Fachin? Está mandando distribuir esta *fake news*. Foque aqui! Olhe a *fake news*! Foque aqui! Onde é? Aqui ou lá? Aqui! Mostre a *fake news* aqui. Está aqui: "Dez mil famílias prejudicadas pelo Senador Telmário e pela Senadora Ângela, pela vaidade." Isso aqui é *fake news*. Isso aqui é fruto de uma organização criminoso no meu Estado, que rouba o meu povo e engana meu povo, um grupo do mal, que normalmente é comandado pelo Senador Romero Jucá, que é réu por corrupção e responde a mais 12 processos. Que deveria estar na cadeia, e não no Senado, mentindo para o povo de Roraima e o enganando.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Senador Telmário, eu tive a oportunidade de visitar Roraima por duas vezes: uma vez representando a Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, muitos anos atrás – V. Ex^a devia ser um garotinho –, e, numa outra oportunidade, representando a Frente Municipalista Nacional, numa reunião com os prefeitos de Roraima, quando a gente lutava para melhorar os recursos e a vida dos Municípios brasileiros.

Então, eu conheço um pouco da história do seu Estado, que V. Ex^a muito bem representa.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Eu quero muito agradecer. Eu passei dois anos... (*Fora do microfone.*)

Eu uso tanto o microfone aqui e já faço sem microfone.

Eu quero agradecer essa deferência de V. Ex^a.

(*Soa a campainha.*)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – E, por conhecer aquela nossa realidade, aquele pequeno Estado, mas rico, rico de natureza – é um dos Estados mais ricos, com certeza –, hoje não poderíamos viver do FPE, mas viver de uma economia própria, consolidada, contribuindo para o Brasil, dando política de qualidade para o nosso povo, não deixando o nosso povo flagelado, não deixando o nosso povo mendigando.

Quando éramos território, éramos felizes e não sabíamos. A gente não tinha pobreza. A gente não tinha miséria. A gente não tinha violência – dormia de portas e janelas abertas. A gente vivia do setor primário: da agricultura, do minério, da madeira. Hoje o meu Estado, lamentavelmente, vive do contracheque – 49% do contracheque; 36% do comércio e do serviço; só 9% da indústria; e 6% da agropecuária. Mas eu vou lhe dizer uma coisa: eu sempre quis fazer política espelhado no Mário Covas. Ele dizia: "Eu sou político. Eu não sou empresário." E eu sou Telmário, político, e não sou empresário.

Obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pela ordem, Presidente. É um minuto só.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu estou recebendo aqui a Cobap (Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos). A Senadora Rose conhece muito bem. O



Senador Elmano também conhece. Eles vêm aqui à Casa fazer um pleito, para que a gente aprove o projeto que veio da Câmara, Senadora Rose, que trata da desaposentadoria.

O cidadão voltou a trabalhar – isso já existe no serviço público – depois de aposentado. Que ele possa abrir mão da aposentadoria e, ali na frente, possa averbar aquele período das novas contribuições com as contribuições antigas. Isso já existe para o serviço público. Estão aqui o Warley, o Robson, o Pedro, o Adilson, o Jesuíno, o Iburici, o Dornelles e o Moacir. É a diretoria e o jurídico também.

Então, fica aqui o apelo. Aproveitei este momento da minha querida amiga Rose de Freitas. Eu dizia hoje, pessoal, que ela é a autora de dois projetos muito importantes e pediu que eu os relatasse. Relatamos, e todas as comissões aprovaram. É aquele que garante que o Fundo de Garantia tem que ser opção do trabalhador demitido ou que pediu demissão. O outro é o da licença-maternidade de 180 dias.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Eu quero cumprimentar a comissão que é encaminhada por V. Ex^a e dizer que eles estão muito bem representados aqui nesta Casa por V. Ex^a, um grande Senador, um homem público exemplar, que só enobrece a classe política brasileira.

Vocês são muito bem-vindos aqui no Senado Federal. Obrigado pela sua visita.

E a manifestação de V. Ex^a será encaminhada ao Presidente do Congresso e desta Casa, para as providências cabíveis.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Com a palavra a Senadora Rose de Freitas.

A SR^a ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Quero saudar o Senador Paulo Paim e a comissão de aposentados que aqui se encontra. Muito justo o projeto. No que depender de nós, estaremos apoiando, lutando e pedindo que essa votação se dê o mais rápido possível.

Entendemos que a realidade do Brasil oportuniza que sejamos, inclusive, mais realistas ainda. É uma mão de obra da qual não se pode abrir mão e muito necessária para uma situação de crise que afeta lares e pessoas. Que possamos ter aprovado esse projeto o mais rapidamente possível.

Então, eu não preciso ressaltar o papel que o Senador Paim tem nesta Casa. Nacionalmente, ele é um emblema dessas lutas sociais, principalmente no que diz respeito aos aposentados e aos trabalhadores de modo geral.

Então, sejam bem-vindos e contem com o nosso apoio.

Obrigada.

Sr. Presidente, primeiro, prezo por vê-lo presidindo esta sessão. Saúdo a todos que aqui estão e ao meu querido Senador Elmano Férrer, companheiro agora de legenda partidária.

Eu queria, antes de mais nada, registrar que se encontra aqui no plenário o Prefeito Audifax, do Município da Serra, o maior Município do Estado do Espírito Santo, e hoje nós estivemos juntos, numa reunião com o Ministro Augusto Sherman, do TCU, relator de uma matéria muito importante.



Sabe-se que, no Brasil, se dá murro em ponta de faca todos os dias. E, como nós não deixamos de ter problema na condução dessa obra, pela qual estamos lutando há mais ou menos oito anos... Ele esteve aqui como Parlamentar. Agora, reeleito prefeito, ele empunha novamente a bandeira que, aliás, também é tratada pela Bancada do Espírito Santo, em relação ao Contorno do Mestre Álvaro.

Talvez os senhores, as senhoras e os que estão aqui no plenário não saibam: Vitória é uma ilha; da ilha, passa-se para Serra, passa-se para Cariacica, cidade de Vila Velha e, passando por Cariacica, também vai a Viana. Por ali segue e vai pela BR-262. Indo para Serra, vai-se pela BR-101, famosa BR-101.

Essa obra entrou no PAC há alguns anos e é contada como certa, porque foi estadualizada. Nós a incluímos no PAC. Vocês sabem que, ao incluir uma obra no PAC, todo mundo festeja e diz: "Agora vai." No entanto, essa obra, no meio do caminho, foi devolvida também ao Governo Federal.

Houve alguns percalços, tanto no que diz respeito ao projeto básico como também na elaboração do projeto final.

O que traz o Prefeito Audifax a Brasília é sua preocupação com o tempo que está sendo demandado para a execução dessa obra, que inclusive já foi licitada, anos atrás, já teve o recurso para iniciá-la em caixa, disponível para essa finalidade, e, no entanto, também tivemos alguns percalços.

O Senador Elmano foi prefeito e sabe como as coisas não são fáceis neste País, mas nós temos que obedecer criteriosamente ao que a lei exige.

Neste momento, há um problema que, eu tenho certeza, o Prefeito, hoje, conseguiu equacionar, com a sua capacidade diligente de colocar a necessidade da obra, como também convencer, junto ao DNIT. Em seguida, ele fez reunião com o Diretor-Geral do DNIT e lá colocou que precisava atender, de ofício, ao que estava sendo requerido para que essa obra seja feita.

Se nós olharmos a nossa idade, se fizermos uma média de idade aqui no plenário, nós vamos saber que estamos falando de uma obra que há oito anos foi incluída no PAC (Plano de Aceleração do Crescimento). E nós estamos falando de oito anos. Com oito anos, um menininho está na escola, saindo de uma fase para outra. E nós estamos lutando porque, no Brasil, quem não tem pressa são os políticos.

Parabenizo o Prefeito pela sua capacidade, inclusive, de lutar pelo que ele acredita, vendo a boa vontade que ele tem de se encontrar com a equipe do DNIT, que está reunida agora, para trazer a solução para esse problema.

Prefeito, estou à disposição. Tenho certeza de que vai encontrar nos meus pares também a disposição de trabalhar por isso. E parabenizo-o pelo êxito de hoje, que eu acho fundamental pelas coisas que vão acontecer nos dois dias vindouros. Meus parabéns pelo grande prefeito que é, pelo cidadão que é, exemplo também de companheiro e de pai, porque as três coisas têm de andar juntas.

Eu teria um pouco de constrangimento de fazer este discurso em frente ao nosso Presidente, por ser ele um emedebista histórico, e por saber que eu e o Senador Elmano nos desfilamos do MDB.

Lembro a minha própria vida, de que eu nunca gosto de falar, mas um homem é um homem e as suas circunstâncias, uma pessoa com a sua história. E lá se vão cinco décadas



praticamente desde que eu fui para a vida política. Fui presa, menor de idade. Eu sabia que o caminho que eu não queria era o caminho autoritário, absoluto, aquele que acabava por cercear a liberdade de qualquer cidadão e cidadã.

Imaginem os senhores e as senhoras aqui no plenário se fossem privados da sua liberdade de ir e vir, de falar, questionar, pensar, formular e decidir. Então, nós vivíamos a ditadura. Posso falar porque ambos se lembram disso. E eu debutei na vida política num lugar: no MDB.

Olha, nos anos de 1960, eu não estava ainda na política, mas, quando eu fui, eu fui exatamente na tempestade. Nós sofremos a convulsão dos enfrentamentos que dominavam o nosso País, os enfrentamentos das ruas, que fervilhavam. Nós vivíamos esse momento que separava o mundo entre tendências e segmentos políticos, esquerda e direita, que influenciavam enormemente a política da América Latina.

O Brasil não fugiu, Prefeito Audifax, àquela regra não escrita no coração de nenhum brasileiro, mas que dominava quase todo o nosso século.

Eu vou até me reportar a um tempo um pouquinho antes da renúncia de Jânio e da ascensão de João Goulart à Presidência da República, quando se prenunciavam tempos sombrios, que, em breve, acabariam construindo o cenário daqueles que não queriam a democracia e que trariam a triste e angustiante ideia de ferir, de tirar a liberdade e de suprimir a democracia. Então, eram anos de treva, longas noites de treva, Senador Elmano, longas noites do medo, da angústia.

E foi justamente naquele cenário, Presidente, da ditadura militar, que eu, jovem, comecei a vida política. Participei dos movimentos sociais, dos movimentos estudantis. Sonhei aquele sonho que eu tenho certeza de que estava no coração de todos os jovens – de todos os jovens – e guardado na angústia dos que, mais velhos, não esperavam que o País vivesse um regime autoritário tão cruel.

Então eu chorei. Eu chorei, ainda adolescente, a morte de Edson Luís. Edson Luís, que escancarou os mais difíceis e sinistros calabouços daquela ditadura militar, que muitos chamavam de revolução, e que era um golpe que foi dado contra este País.

Eu sentia, assim, ainda olhando o que acontecia, a esperança efêmera com aquela passeata que aconteceu no Rio de Janeiro, dos 100 mil. Lembram? Era como se uma luz estivesse naquele túnel, para que a gente pudesse passar por ele.

E sabe qual foi, Presidente, o partido que eu escolhi para enfrentar a tirania, lutar pela liberdade naqueles tempos, que graças a Deus estão distantes? Foi o MDB. Foi no MDB que eu conquistei meu primeiro mandato de Deputada Estadual em 1982. Foi no MDB, Presidente, a partir de 1987, que eu tive a honra de fazer parte de um grupo de mulheres, 26 mulheres Constituintes, que ajudaram a moldar a Constituição cidadã do nosso querido, saudoso, exemplar emedebista Ulysses Guimarães, talvez o maior símbolo desse Partido, ao lado de Covas – depois migraríamos todos para o partido que construímos.

Ao lado daquelas 25 mulheres pioneiras e de políticos que eu acabei de citar, eu tive a honra de escrever e votar dispositivos constitucionais que introduziram grandes avanços nos direitos das mulheres, dos jovens, dos negros, dos índios e de tantas minorias que constituem a base da nossa eclética e miscigenada sociedade.

Foi no MDB, Presidente, em 2011, que eu me tornei a primeira mulher, em 188 anos de Parlamento, a ocupar um cargo na Mesa Diretora, disputado com cinco homens.



Foi no MDB que, em 2016, eu me tornei a primeira, e, portanto, até então, a única Senadora eleita pelo Espírito Santo.

Não há como, de jeito nenhum, Presidente, senhoras e senhores que me ouvem, me dissociar do partido que nasceu o MDB, como resistência à ditadura militar, do PDMB, que participou decisivamente da redemocratização do Brasil. Não há.

E agora do MDB, que mais uma vez está diante de uma quadra histórica da vida política brasileira nestes tempos de angústia que vivemos. É desse MDB que eu me distancio. Mesmo que eu quisesse, eu não aceito, não consigo aceitar – não por imposição, mas por atitude democrática, histórica, pessoal, da minha vida – nenhuma palavra que seja discricionária e que avilte a dignidade política e a liberdade de alguém.

Não pode o Presidente, que não me tenha, ir ao meu Estado, onde eu milito e onde eu milito hoje como Senadora aqui nesta Casa, dizer qual a preferência que o Partido tem para isso ou aquilo se não se der a ele ou a ela – e neste caso sou eu – o direito de democraticamente passar pela escolha da base e dos militantes do Partido.

Mesmo que eu quisesse, eu não poderia negar agora, quando tomamos a decisão juntos até, Senador Elmano, que tenho vínculos com essa sigla. Eu tenho, é a história da minha vida, quando carregávamos a bandeirinha de um partido que foi criado, vamos dizer, com autorização para ser criado para se dizer que havia oposição; ele se fez oposição, ele se fez alternativa de poder, ele se construiu nas ruas, e foi pela vontade popular.

Assim como mudou o Brasil por essa militância, eu também quero mudar o meu Estado. É democrático eu querer isso. É ouvindo o povo que quero isso. Eu tenho aqui alguma restrição ao nome de alguém? Uma restrição a quem hoje governa o Espírito Santo sob um aspecto só? Não. Por isso as disputas são democráticas, por isso existem consultas, por isso existe o tal do ouvido político para se saber o que a população está dizendo.

Aliás, na Constituição eu brigava – eu era da sistematização –, pois se formou o Centrão contra direitos individuais, reforma agrária, direito de mulher, direito de trabalhador. Nós estávamos brigando num fórum adequado, criado pelo trabalho dentro da Assembleia Nacional Constituinte, exatamente pela liberdade para expressar aquilo que o povo precisava que fosse dito naquela hora, através daquela Constituição.

Então, nós que combatemos todos esses anos, lá atrás, anos de chumbo, nós que combatemos a ausência da democracia, não podemos suportar, respirar um momento sequer que restrinja a liberdade de manifestação e escolha.

Eu digo que é imperfeito demais, é limitado demais pensar que as coisas podem ser conduzidas assim, mas nada – nada, nada, nada! – substitui a manifestação verdadeira. O seu adversário se contrapondo a você, você tem que ouvir. Nada pode ser imposto no processo democrático. As armas são coisas do passado. Se alguém quiser sufocar qualquer cenário, por menor que seja, da democracia, com certeza não vai passar ileso, não vai passar sem percepção daqueles que acham que a letra da democracia é só uma palavra instituída pela queda do autoritarismo. Não vai.

Eu não falo nada aqui, neste momento, com rancor, mas eu falo de democracia. E a democracia constrói esperança – que é o que eu estou tentando abraçar, como está tentando o Elmano Férrer, como está V. Ex^a –, a esperança de que o Brasil de hoje enfrente todas as suas turbulências, como eu também quero enfrentar as do meu Estado, que requer que eu tenha capacidade de discernimento, que requer que o homem público ou a mulher pública fuja dos



seus interesses pessoais e das suas vaidades e se desprenda desta coisa extremamente individual que é praticar a política só para si e não olhar para o coletivo, sabendo que esse é um limite perigoso. O limite em que você, individualmente, trata das questões que lhe agradam na sua imagem, no seu projeto, no seu grupo de amigos é um limite perigoso na política. É quando você deixa de ouvir o que o povo está dizendo todos os dias, ficando uma coisa parecida a dos anos passados em que a democracia parecia algo fútil e até uma vaidade da esquerda. Nenhum democrata que eu conheço quer ver de novo uma longa noite de trevas que vai turvar essa democracia, que vai vergar nossa liberdade, nossos direitos.

Por isso, eu estou aqui, nesta tribuna, Sr^{as} e Srs. Senadores, caro Prefeito Audifax, lembrando que, neste ano de 2018, 50 anos depois do mítico ano de 1968, eu venho aqui ousar tornar público o meu justo e natural anseio de me candidatar ao Governo do Espírito Santo. Isso não se trata de algo como, recentemente, um político pequeno disse: "Qualquer um pode ter o desejo de se candidatar ao Governo". Primeiro, não se trata de qualquer um. Eu me qualifiquei diante da população com oito mandatos...

O Sr. Hélio José (Bloco Maioria/PROS - DF) – Sr^a Senadora Rose de Freitas, depois, um aparte, por gentileza.

A SR^a ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Pois não.

Eu me qualifiquei com oito mandatos que me concedeu a terra querida de Espírito Santo, que eu adotei como minha terra, depois de sair de Caratinga, deixando de lado esta coisa que o político gosta de fazer muito que é uma modéstia de dizer que chegou sem mérito. Não, eu cheguei com mérito da confiança popular. Eu cheguei com mérito de arregaçar as mangas e lutar junto. Eu cheguei com mérito de saber olhar se, por acaso, em meu caminho, eu encontro um cidadão ou uma cidadã caídos, precisando de uma mão que se estenda. Para qualquer outro desafio posto no meu Estado, eu cheguei com mérito de, na hora em que muitos desacreditam, lembrar que temos que acreditar. Eu cheguei com mérito de fazer, ao longo...

(Soa a campanha.)

A SR^a ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES) – ... desses 35 anos de vida pública, em que não me privilegiei de nada... Na condição de Parlamentar, eu não sucumbi aos abraços tentadores de corrupção, não me quedei à vaidade de dizer-me melhor ou pior que qualquer pessoa.

Eu trabalhei! Eu trabalhei, Prefeito Audifax, e trabalhei muito, sem cessar. Quem me conhece sabe. Está aqui o Senador Elmano. Eu percorro os gabinetes da Esplanada todos os dias em que estou em Brasília. Eu abro mão até de estar em Vitória, às vezes, num evento maravilhoso de confraternização, porque eu entendo que, quando um ministro fica até sexta-feira, eu devo procurá-lo para que ele possa me ouvir, rotineiramente, naquilo que faço, que é peregrinar para procurar recursos para o meu Estado e ajudar os 78 Municípios que nós temos.

Pois é. Eu não sou conhecida só dos ministros. Acho que, às vezes, quando eles viam que eu estava na agenda, eles falavam: "Olhe, eu vou viajar, porque agora não dá para atender mais a Rose", e eu digo assim... E nas autarquias, todas as pessoas com as quais eu convivo sabem que eu tenho um objetivo – e não paro, nem doente, nem ferida, nem cansada –, que é o objetivo de procurar resolver a demanda que está posta pelas comunidades no meu Estado.



Aqui mesmo, nesta Casa, eu já apresentei – se estou atualizada – 83 projetos. E trabalho aqui. Não vou só aos ministérios. Não são só os recursos, são as leis. Há pouco, o Paulo Paim falava de uma delas, a que nós temos que ter um olhar atento para que possamos aprovar.

(Soa a campanha.)

A SR^a ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Eu vou pedir mais um pouquinho de tempo a V. Ex^a, sem abusar, porque eu, quando presido, tenho um pouco de condescendência.

Eu queria dizer que eu estou aqui sem reivindicar nada; eu estou aqui apenas para registrar, Presidente.

Reconheço que tive apoio no meu Estado para construir uma história que eu diria que pessoas da minha condição não conseguiriam construir, porque, sem dúvida, representantes do poder econômico se multiplicaram muito no Congresso Nacional, e eu não era uma dessas.

Eu, no plano nacional, queria citar dois nomes, aos quais eu quero agradecer aqui de público, pelo que apoiaram a minha disposição de enfrentar essa batalha política. Além dos inúmeros colegas, eu queria citar o nome do Senador Eunício, que, quando falei em sair do Partido, ficou um pouco constrangido, e do Presidente Michel Temer, com quem eu estive, em primeiro lugar, para dizer do meu incômodo de ver que o Presidente do Partido que o substitui manifestava publicamente que não deveria haver mais nenhum outro candidato que não fosse o Governador que está ocupando o cargo. Então, eu percebi o jogo.

E quando se trata de esperança de povo, não há jogo. Seria apenas uma simulação se eu fosse para a convenção do MDB e me colocasse como derrotada e dissesse: "Pronto; acabou". Mas o que eu faço com esses milhares de pessoas que apertam minha mão e dizem: "Eu confio, não arrede o pé, lute conosco", essas pessoas que estão à frente de um processo democrático e legítimo como esse? E eu não quero forjar nada; eu quero ser a expressão do meu interior político e da esperança do povo do meu Estado. E alguma coisa que me incomodava eu tirei da minha alma, que era nunca ficar constrangida com as ações mais absolutas que porventura pudessem haver dentro do meu Estado, sem viver a realidade do meu Estado.

Então, eu descrevi as últimas horas que passei no MDB e compartilhei com o Senador Elmano essa inquietação que me acolhia, essa angústia que me acolhia e também a inquietação e a angústia da sociedade. E eu não podia postular nada se eu não tivesse espaço para falar, e eu já não tinha. O meu Partido não se reunia, meu Partido não ouvia os inúmeros pedidos de audiência, inúmeros, que não foram realizados. Então, a todo momento, a declaração de que o Partido já tinha candidato certo ao Governo era como se me dissesse: "Nós não precisamos de você". E, se o MDB não precisava de mim, o povo do meu Estado precisava. E eu tomei essa decisão.

(Soa a campanha.)

A SR^a ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Mesmo sabendo que não existiam candidaturas natas, irreversíveis, essa declaração causou em todos, por onde passei, uma certa indignação e constrangimento político. E não pude ignorar isso.

Então, a procura do espaço democrático, legítimo, que me acolhesse, para defender as ideias que acredito possam ser colocadas em prática no meu Estado, para colocar uma manifestação e uma militância a favor das causas em que milito, há tantos anos: uma sociedade amparada, tratada com igualdade e que seja atendida nas suas demandas.



Problema sério é pensar que uma mãe não encontrou leite para parir seu filho e que o faz na porta do hospital ou que uma criança morre, porque não havia médico naquela hora para atender, porque a folha de pagamento de tal hospital estava atrasada ou porque faltou equipamento para fazer uma cirurgia de urgência. E todo mundo achar que isso tudo é natural? Isso me incomoda.

Então, já que, lá no Estado, sou tratada como a pessoa que mais leva recurso para o Estado, eu me proponho a fazer diferente. Eu me proponho a fazer isso, entrando nas portas que estão abertas para um bom diálogo, em qualquer regime, em qualquer mandato de Presidente, com qualquer Presidente.

Então, eu me junto à esperança do povo. Eu escolhi este caminho: lutar pelo que acredito, lutar ao lado de quem acredita e de quem busca forças para construir alguma coisa que esteja voltada a atender socialmente a sociedade nas suas dificuldades.

Essas coisas estão esquecidas, Presidente, muito esquecidas. Elas são descartadas da realidade atual.

Quando se fala que uma escola fechou, sinceramente...

(Soa a campainha.)

A SR^a ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES) – ... sinto que fracassou uma gestão pública. Nenhuma gestão, com dinheiro ou sem dinheiro, pode ver uma escola fechar e achar que aquilo é natural. Não é natural. Igual ao pai que quis se acorrentar ao portão da escola, quando fecharam uma das escolas no interior do meu Estado.

Então, vim para a política para construir. Eu não vim para demolir. E é com esse sentimento que digo que não frequentarei, em tempo nenhum, até que eu me vá deste mundo, qualquer página de desesperança, qualquer dúvida sobre a capacidade que o povo tem de escolher seu melhor destino. Não frequentarei a página dos pessimistas, que acham que o que está feito não pode ser modificado. Tudo pode mudar.

E falo, olhando para V. Ex^a, sabe por quê? Porque nós vamos viver o maior embate político deste País daqui a pouco, com o constrangimento de poucas candidaturas que estão sendo colocadas para um Brasil tão imenso e tão carente...

(Soa a campainha.)

A SR^a ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES) – ... de superação dos seus momentos difíceis.

Se V. Ex^a permitir, o meu colega me pediu um aparte. Pode diminuir meu tempo na próxima vez.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Pois não. Pode ser.

A SR^a ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Pois não, Senador.

O Sr. Hélio José (Bloco Maioria/PROS - DF) – Nobre Senadora Rose de Freitas, quero cumprimentá-la. V. Ex^a é um exemplo a ser seguido nesta Casa. Conhecemos as várias legislaturas em que V. Ex^a passou aqui, seja como Deputada, seja como Senadora, uma pessoa experimentada na vida pública e sempre ficha limpa, ética, honesta, defensora das coisas corretas. Então, V. Ex^a com certeza faz, hoje, aqui, um apanhado de parte, porque é tão extensa a sua vida pública, a sua carreira pública, conhecida por todos nós. Eu me lembro – eu era um jovem sindicalista acompanhando a Constituinte – daquela moça magrinha, guerreira,



linda, nossa musa da resistência, brigando. Nota dez no Diap. Então, essa é uma recordação que fica para sempre. V. Ex^a deu uma guinada de rumo para formar o partido que, naquele momento, estava sendo o partido da esperança, o MUP, formou o partido que era o PSDB naquela época e, depois, retornou para o PMDB. Eu acompanho as políticas desde muito novo. Eu sou de 1960, tenho 58 anos, a idade de Brasília, que completou aniversário ontem. E pude muito bem acompanhar a Constituinte, a Constituição brasileira na votação da Constituinte e ver a prática daquela guerreira capixaba que encantava todos nós que acompanhávamos os trabalhos. Então, quero cumprimentar V. Ex^a, com quem eu pude aqui trabalhar como nossa Presidente da CMO, uma pessoa que conseguiu, depois de muitos anos, aprovar a CMO dentro do mesmo ano...

(Soa a campainha.)

O Sr. Hélio José (Bloco Maioria/PROS - DF) – ... discutir com todos e dar oportunidade para todos fazendo um orçamento muito importante para o Brasil naquele momento. E sei o tanto que V. Ex^a é dedicada. Eu quero concluir – porque o tempo já se esgota – desejando a V. Ex^a, primeiro, muito sucesso nas eleições do Espírito Santo. Que V. Ex^a possa ser a nossa Governadora, que vai orgulhar, com certeza, muito bem o Estado e orgulhar todos nós que gostamos de V. Ex^a. Parabéns, que Deus ilumine V. Ex^a e que esse seu novo caminho seja o caminho da esperança e da luz para os brasileiros e para o seu Estado. Muito obrigado, Excelência.

A SR^a ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Eu agradeço as palavras de V. Ex^a. V. Ex^a é um companheiro excelente. Quando estamos pensando em titubear, V. Ex^a chega junto, põe a mão no ombro e diz: "Vamos em frente". Eu agradeço muito. E quero só encerrar dizendo que este é o caminho que eu escolhi: prosseguir lutando pelos capixabas.

Quero agradecer que esse sonho...

(Soa a campainha.)

A SR^a ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES) – ... tenha sido abrigado dentro da legenda do Podemos. Eu recebi de vários companheiros convites para estar em outros partidos, eu estaria bem dentro da Rede, tranquilamente, porque estaria ao lado desse grande Líder, estaria bem em outros partidos que me convidaram. Mas decidi aceitar o convite e me filiei ao Podemos. Aqui estou. Então, não estou encerrando nada, apenas continuando. Estou prosseguindo.

E estou aqui agora, no Senado, ao lado do Alvaro Dias, ao lado do Romário, do José Medeiros e desse querido amigo, Elmano Férrer. Luta não se trava sozinho, nem sonho se sonha só. Portanto, estamos aqui, na trincheira da nossa batalha, ao lado de vários companheiros, juntando aqui transparência, política, participação.

E me dirigindo aos meus companheiros...

(Soa a campainha.)

A SR^a ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES) – ... meus amigos, ao povo do Espírito Santo: vamos em frente. A caminhada é longa, mas é um caminho que não estamos percorrendo sozinhos. Estamos abraçados, com muita força, muita coragem e muita fé.

Muito obrigada, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Senador Rose, eu acompanhei a sua trajetória política desde praticamente os primeiros instantes de nossa vida política. Nós fomos colegas na Constituinte. E V. Ex^a sempre foi uma defensora dos pobres, dos humildes e uma companheira leal ao seu partido, PMDB, MDB, PMDB e, de novo, MDB.

Eu tenho certeza absoluta de que V. Ex^a sai do MDB com o coração sangrando das lembranças que tem, dos momentos importantes da sua vida política. Mas a vida é assim. Temos que seguir em frente.

Acredito que, no fundo do seu coração, V. Ex^a queria manter a sua filiação a esse Partido, que acredito tenha sido sua primeira filiação política. Mas onde V. Ex^a estiver, eu tenho certeza, nós estaremos na mesma trincheira, lutando a mesma luta em favor dos mais pobres, dos oprimidos e desta Nação brasileira, que nós tanto amamos e defendemos ao longo da nossa vida política.

Vá com Deus. Mas conte sempre com a nossa lembrança, o nosso carinho, o nosso afeto, o nosso companheirismo. Seja onde estiver, tenho certeza absoluta de que V. Ex^a será sempre Rose de Freitas.

(O Sr. Airton Sandoval deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Rocha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Dando continuidade à nossa sessão, por ordem de inscrição, tem a palavra agora o Senador Elmano Férrer. V. Ex^a dispõe de 20 minutos iniciais.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é uma coincidência muito feliz suceder a nobre companheira Rose de Freitas. Também deixei o PMDB, aliás, hoje, MDB, juntamente com ela, para integrarmos o Podemos. Tive uma convivência de um ano apenas no MDB. Aliás, tenho 52 anos de Piauí. Ela trocou a cidade de Caratinga em Minas Gerais pelo Espírito Santo, e eu troquei o meu Ceará pelo Piauí, por Teresina. Coincidências.

Fiz e continuo fazendo política no Piauí, sendo que, ao longo desses 52 anos, pertenci apenas a três partidos políticos: PTB, MDB e agora tive a honra de me juntar à Rose de Freitas e a três outros valorosos Senadores: Alvaro Dias, Líder maior do Podemos; Romário, pré-candidato a Governador do Estado do Rio de Janeiro; José Medeiros, Senador por Mato Grosso, candidato também à reeleição; a nossa querida Rose de Freitas, pré-candidata a Governadora no Estado do Espírito Santo; e eu também seguindo a mesma direção da Senadora Rose de Freitas, pré-candidato a Governador do Estado do Piauí.

Foi uma rápida e ligeira convivência com muitos ilustres companheiros Senadores no MDB. Dentre eles, destacaria essas pessoas, como a Rose de Freitas, a Simone Tebet, o nosso Dário Berger e outros grandes e valorosos companheiros do PMDB. Referi-me a esses três outros, porque entramos nesta 55^a Legislatura.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o nosso pronunciamento que preparamos para este dia está vazado nos seguintes termos:

Hoje, venho a esta tribuna expor uma inquietação que não é somente minha, mas de todo cidadão que sonha com um Brasil ético e virtuoso.



Por conta dos fatos ocorridos nos últimos anos, tão marcantes quanto surpreendentes, o tema central de toda discussão política e administrativa neste ano eleitoral de 2018 é a ética na política.

E dentro desse tema merece destaque o instituto do foro por prerrogativa de função. O "foro privilegiado", Sr. Presidente, como é corriqueiramente chamado, é um dos pilares da impunidade e da perpetuação no poder de pessoas que não reúnem condições morais para o exercício de função pública.

Na última quinta-feira, 19 de abril, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a CNBB, Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, divulgou o documento intitulado "Eleições 2018: Compromisso e Esperança", no qual expressa suas preocupações com o processo eleitoral vindouro, ao tempo em que afirma sua esperança no futuro do Brasil.

A CNBB, Sr. Presidente, chama atenção para o descrédito da política por culpa de representantes que colocam seus interesses particulares acima da ética e do bem comum.

Este comportamento, meus nobres e estimados Senadores e Senadoras, pernicioso, que lamentavelmente não é raro em nosso meio político, agride e afeta sobremaneira nossa democracia, muitas vezes, emprestando-lhe a aparência de um mero mercado de votos em eleições periódicas, que se sucedem em nosso País a cada dois anos, dominado pelo dinheiro, pelo clientelismo e pela manipulação dos fatos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a alternância de pessoas, de partidos e de ideologias no poder é imprescindível, é fundamental para a democracia. Não se pode conceber, Sr. Presidente, num regime verdadeiramente democrático, que grupos políticos se perpetuem no poder, enraizando-se na máquina administrativa, acumulando mandatos, poder e fortunas. Esse modelo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esgotou-se. O povo brasileiro acordou e não suporta mais tanta ineficiência e falta de compromisso com o interesse público.

O povo deve, portanto, aproveitar este ano eleitoral para dar uma nova cara à política brasileira, promovendo a renovação e resgatando a esperança em um futuro melhor. Deve dizer "não" aos projetos políticos de perpetuação no poder.

Por essas razões, minhas senhoras e meus nobres companheiros Senadores, ingressamos no Podemos, porque acreditamos no projeto do Partido de renovação da política, alicerçada na ética, na modernização das gestões e no compromisso com o interesse público. Acreditamos no nosso Líder, nosso colega Senador Alvaro Dias, homem público de notória estatura moral, de honradez inatacável, experiente e com a visão de um Brasil moderno e de um Brasil eficiente.

Nessa linha, Sr^{as} e Srs. Senadores, apoiamos firmemente a proposta de emenda à Constituição do Senador Alvaro Dias que visa extinguir a prerrogativa de foro especial por função, o famigerado foro privilegiado. A matéria se encontra parada na Câmara dos Deputados, aguardando a formação de uma comissão especial e sua posterior deliberação.

É inadmissível, no atual momento do nosso País, que haja privilégios de qualquer sorte para autoridades públicas. E, em um regime republicano, essas autoridades têm o dever de prestar contas e de servir ao povo. Antes de tudo, somos servidores públicos e estamos aqui para trabalhar em nome do povo – servir, sem se servir jamais da coisa pública.

Devemos, pois, extinguir os resquícios do patrimonialismo enraizado na nossa história e construir uma sociedade mais justa e muito mais equilibrada.



Sr. Presidente, o fim do foro privilegiado contribuirá, de forma substancial, para a redução dos privilégios e desigualdades do nosso País. Será um importante marco institucional na necessária reconstrução da nossa República.

Isso porque a experiência constitucional pós-1988 nos mostra que o foro privilegiado, na prática, resulta em impunidade, sobretudo para aqueles que são processados originalmente perante o Supremo Tribunal Federal.

O Supremo Tribunal Federal, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não é vocacionado para o julgamento de processos criminais. Sua atuação precípua se dá em questões eminentemente constitucionais, no exercício da jurisdição constitucional, para garantir a concretização dos direitos fundamentais e a estabilização do nosso direito.

Por fim, Sr^{as} e Srs. Senadores, como nos alerta a CNBB, as eleições são, para os eleitores, o sublime momento de avaliação dos candidatos, sobretudo dos que já exercem mandatos, aprovando os que honraram o exercício da política e reprovando os que traíram a confiança neles depositada.

Assim, Sr. Presidente, nós temos que provar, a cada dia, que merecemos a confiança do povo. E, nesse ponto, tenho a consciência limpa para afirmar que não compactuamos com a velha e rasteira política. Temos orgulho de nosso passado e de nossa história! Não fazemos conchavos e alianças que só visam às eleições! Não pensamos nesta eleição de 2018 desde 2015 e repudiamos acordos agora, já vislumbrando as eleições de 2022!

Sr. Presidente, reafirmo a convicção de que somente mudando os paradigmas da política brasileira conseguiremos transformar a natureza da gestão pública no nosso País e, por consequência, trazer maior dignidade e justiça para nosso povo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o fim do foro privilegiado é mais do que uma necessidade; é uma medida imperativa, urgente, de caráter moralizador e pedagógico, que consolidará definitivamente o conceito de que a lei é para todos.

Eram essas, Sr. Presidente, as palavras que tínhamos a pronunciar nesta tarde.

O Sr. Hélio José (Bloco Maioria/PROS - DF) – Sr. Senador Elmano Férrer, antes da sua conclusão, se o senhor pudesse...

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PI) – Pois não.

O Sr. Hélio José (Bloco Maioria/PROS - DF) – Só queria fazer uma breve consideração. Tive a oportunidade de conviver com o senhor por um curto período de tempo no PMDB. Sei que V. Ex^a é um companheiro, uma pessoa honrada, uma pessoa que bem representa o Estado do Piauí aqui nesta Casa. Brasília, como o senhor sabe, é uma das maiores cidades do Piauí, porque aqui temos uma colônia piauiense muito grande. E sentimos um prazer muito grande, imenso em ouvi-lo e em participar do dia a dia das discussões com V. Ex^a. O senhor é um autêntico representante. É uma pena que o senhor não veio para o PROS (Partido Republicano da Ordem Social). Eu estava pronto para recebê-lo, com toda vênica, mas o senhor escolheu o Podemos. Espero que o senhor seja muito feliz lá e consiga continuar encaminhando da forma mais adequada, como o senhor sempre encaminhou, as políticas do nosso nobre Estado do Piauí. Um forte abraço e sucesso para V. Ex^a. Obrigado.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PI) – Eu agradeço o aparte de V. Ex^a.



O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Elmano Férrer, na mesma linha do Senador Hélio José, quero cumprimentar V. Ex^a. V. Ex^a, independente da questão partidária, é um homem de fino trato, eu diria, afável e tem estabelecido conosco um diálogo franco – e eu gosto disso – quando V. Ex^a diz: "Olha, aqui eu posso acompanhar, aqui temos dificuldade." Mas, na maioria dos casos, V. Ex^a tem nos acompanhado nas questões de interesse dos aposentados e dos trabalhadores. E, neste momento, V. Ex^a fez uma opção pelo Podemos, do Senador Alvaro Dias, que é um candidato também à Presidência da República, que está colocando o seu nome à disposição de todos. Eu queria só cumprimentar V. Ex^a. V. Ex^a é um Senador que aprendi a respeitar no convívio e na franqueza. O senhor é daqueles da palavra dada, assumida e que não voltam atrás. Lembro-me, em uma oportunidade, de que V. Ex^a assinou, acho, Senador Hélio José, a própria CPI da Previdência logo ali no início. Havia uma pressão, e V. Ex^a: "Não, deixa o meu aí que depois..." E no fim deu tudo certo. Todo mundo assinou. Foram 62 assinaturas. O Senador Hélio José foi o Relator. Eu fui o Presidente. E o resultado foi positivo. Eu queria mais é cumprimentar V. Ex^a neste momento. Parabéns pela sua atuação!

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PI) – Agradeço o aparte de V. Ex^a.

E, por último, eu creio que todos nós temos um compromisso com o Brasil. Reconheço o momento delicado que nós estamos vivendo. Talvez tenhamos que ter a devida e necessária moderação no sentido de que esta Casa, como uma Casa moderadora, por assim dizer, Casa da conciliação, do entendimento – nós todos juntos –, possa descobrir, quer dizer, palmilhar um novo caminho na busca da construção de uma Nação que todos nós almejamos, que todos nós queremos.

Agradeço o aparte de V. Ex^a.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Muito obrigado, Senador Elmano.

Dando prosseguimento à fala dos nossos oradores, tem a palavra o Senador Hélio José, do PROS, do DF.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Paulo Rocha, do Partido dos Trabalhadores, do Pará. Meus cumprimentos a V. Ex^a, aos nossos ouvintes da TV e Rádio Senado, às Sr^{as} Senadoras aos e Srs. Senadores aqui presentes. Faço hoje um discurso em homenagem, nobre Senador Paulo Paim, ao 58º aniversário de Brasília, a Capital de todos os brasileiros.

Sr^{as} e Srs. Senadores, no dia 21 de abril de 2018, a sociedade brasiliense, novamente, celebrou o aniversário da sua Capital, Brasília, vislumbrada nos sonhos e prestígios do Padre D. Bosco, que o grande médico e político Juscelino Kubitschek tanto se esforçaria para construir e viabilizar.

Desde sua inauguração, Brasília se mostra vocacionada ao progresso e ao conagraçamento de todos os Estados que compõem a nossa Federação. Tive a honra de ser eleito Senador da República, ocupando aqui esta cadeira, já por quase três anos e dois meses, desde o dia 1º de janeiro de 2015.



E Juscelino, visionário, conseguiu extrair, das mentes geniais de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, este importante marco do urbanismo e da arquitetura mundiais. Os dois venceram um disputado concurso internacional que fez Brasília ser reconhecida no mundo, antes mesmo de existir.

Desde sua fundação, porém, a nova Capital tem recebido críticas, nem sempre correspondentes à sua relevância para o Brasil.

Há poucos anos, por exemplo, Sr. Presidente, o senhor que conhece bem Brasília, o jornal *Folha de S.Paulo* divulgou o cálculo de que apenas o Congresso Nacional apresentava gastos anuais superiores aos de oito Estados brasileiros, isoladamente considerados, cada qual com suas escolas, seus legislativos e demais Poderes, suas polícias, suas redes hospitalares, sua burocracia e seus investimentos.

Há enganos? Sim. Há exageros? Desperdícios? Claro que há. Mas a máquina estatal em Brasília, de fato, não haveria de existir a custos módicos, em um País como o nosso, agigantado por natureza. Afinal, são 8,5 milhões de quilômetros quadrados de terra. Um país continental, nobre Senador Paulo Paim.

Por isso, eu digo às senhoras e aos senhores aqui presentes e aos cidadãos que nos acompanham pela Rádio e pela TV Senado: uma crítica baseada somente na frieza dos números não tem como apreender a enorme riqueza oculta nesta Capital, tão bem edificada no coração de um País de território ímpar, Sr. Presidente, Sr. Senador Paulo Paim. Aqui nós temos gaúchos, aqui nós temos nortistas, aqui temos nordestinos, aqui temos pessoas do Centro-Oeste e pessoas do Sudeste. O Brasil todo se faz presente aqui, na Capital de todos os brasileiros.

O Brasil, com mais de 8,5 milhões quilômetros quadrados, detém a quinta maior extensão em todo o Planeta, de modo que a melhor posição para o exercício do poder é, de fato, um ponto central do nosso território, que é o caso de Brasília, nobre Senador Paulo Paim e nobre Senador Paulo Rocha, Presidente desta sessão, nobre Senadora Fátima Bezerra.

Sr^{as} e Srs. Senadores, mais do que uma Capital no coração do País, Brasília tornou-se o próprio coração do País. E é nessa condição coronária que ela catalisa os anseios do povo, procurando transformá-los em realidade.

Nosso Brasil, apesar dos problemas, dos gargalos, dos percalços, traz em sua história um destino manifesto de grandeza, de pacifismo, de progresso econômico e de justiça social.

Eis porque, no aniversário de Brasília, devemos refutar as críticas mais injustas que nossa cidade ainda recebe, como a ideia, por exemplo, de que sua transferência subtraiu ao Rio de Janeiro, antiga capital, as condições de se viabilizar como metrópole próspera e bem desenvolvida. Com todo o respeito, Senador Paulo Paim, os atuais descaminhos da capital fluminense decorrem em boa parte de suas próprias escolhas; não têm nada a ver com a transferência de Brasília.

O Rio tem recebido, ademais, enorme atenção de Brasília, a ponto de ter se tornado a única cidade de um país emergente a sediar os Jogos Olímpicos, o que ocorreu em 2016.

E vale lembrar a enorme quantidade de servidores públicos federais, que, em órgãos e agências as mais diversas, prossegue trabalhando na antiga Capital, Sr. Presidente, Senador Paulo Rocha.

Além disso, passados 58 anos da transferência da Capital do País para o Planalto Central, ainda há, na antiga Capital, órgãos federais que não foram transferidos para cá.



Outra coisa, Sr. Presidente, que vejo muito por aí: as pessoas demonizando Brasília, por causa dos casos de corrupção. Ora, a culpa não é da cidade e nem de seus cidadãos. Aliás, cidadãos que estão entre os mais plurais, mais receptivos e mais bem educados do Brasil. A culpa da corrupção é da malversação do dinheiro público e dos corruptos. E Brasília recebe representantes políticos do Brasil inteiro: alguns bons, competentes e honestos; outros, nem tanto. Para o bem e para o mal, Brasília é a cara do Brasil.

Nobre Senador Paulo Paim, um aparte para V. Ex^a.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Hélio José, cumprimento V. Ex^a. V. Ex^a é Senador por Brasília. Claro, vai passar pela convenção, mas é pré-candidato a Deputado Federal, também por Brasília. E V. Ex^a está coberto de razão em vir à tribuna fazer sua homenagem a Brasília, nos seus 58 anos. São 58, não é?

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Cinquenta e oito anos – minha idade.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Cinquenta e oito anos. Eu acho Brasília uma cidade linda. É um dos patrimônios, já, da humanidade. Niemeyer, enfim, os grandes construtores desta cidade... Juscelino Kubitschek, claro, foi o Presidente na época. Mas, sabe, desde que eu cheguei aqui, Senador Hélio José, ao Congresso... Um fim de semana eu vou ao Rio Grande do Sul, o outro eu fico aqui. Então, eu aprendi a gostar de Brasília, a conhecer Brasília...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – E faz muito tempo. (*Risos.*)

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu aprendi a gostar muito de Brasília. É uma terra... Primeiro, a arquitetura é lindíssima. É inegável, não é? Mas muita água. Eu gosto muito de água. Muitas vertentes, muitos rios, muitas cachoeiras. A natureza aqui embeleza a nossa Capital. E muitas vezes aqui nos encontramos, inclusive com V. Ex^a, em alguns lugares, e sempre lugares acolhedores. Então, eu tenho um carinho muito grande pela Capital do Brasil, como eu sei que tem V. Ex^a. É mais para isso, para deixar também aqui o meu carinho pela Capital do nosso País, da nossa Pátria. E V. Ex^a também, no seu discurso, discorre de forma muito elegante e com muita diplomacia. Numa época de tanta intolerância, de ódio até, daqueles que pensam diferente, V. Ex^a diz, "olha, não culpem Brasília se existe aqui corrupção." Brasília não é culpada. Se houve desvio de conduta de Pedro, Paulo e de João, que Pedro, Paulo e João respondam, não é? Na verdade, Brasília abraça os 513 Deputados e os 81 Senadores.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Exatamente.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Por isso, eu acho que V. Ex^a foi muito elegante, inclusive na forma de tratar aqueles que aqui chegaram, quer seja para exercer o mandato de Deputado ou de Senador, ou mesmo para ajudar na construção de Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – É a nossa segunda casa.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Com certeza, Paulo. Você também já mora uma boa temporada aqui, não é, Paulinho?



O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Paulinho complementou já a minha fala, porque, realmente, aqui é a nossa segunda cidade, pela forma como nós estamos aqui há tanto tempo.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Com certeza.

Muito obrigado, nobre Senador Paulo Paim. Está incorporado o seu aparte.

Aqui é a Capital dos gaúchos, dos potiguaras, dos paraenses, do goiano, como eu, que sou de Corumbá de Goiás, e da minha nobre futura governadora do Rio Grande do Norte.

Minha nobre Senadora Fátima Bezerra com a palavra.

A Sr^a Fátima Bezerra (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Hélio José, quero me associar ao Senador Paulo Paim, ao Senador Paulo Rocha, que o aparteia neste brilhante pronunciamento que V. Ex^a faz, alusivo ao aniversário de Brasília. E Brasília é isso mesmo: aqui tem um pedacinho de cada canto do Brasil. É evidente que Brasília é também, infelizmente, sinônimo de muitas críticas, inclusive pelos abusos que há, as distorções, mordomias... Eu falo inclusive do ponto de vista do próprio perfil e da realidade do Parlamento nacional, não é, Senador Hélio José?

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Exatamente.

A Sr^a Fátima Bezerra (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não é verdade? Mas eu quero dizer que Brasília é conhecida também como chão das grandes lutas, como palco das grandes lutas: luta pelo fim da ditadura militar, a luta pela reconquista da democracia... Brasília é conhecida como a Capital das Diretas, Senador Hélio José. Brasília é conhecida sim, repito, como uma trincheira de resistência, na luta em defesa da democracia, na luta em defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. Evidentemente que, aqui e acolá, sofremos reveses, derrotas, como o próprio *impeachment* do qual a Presidenta Dilma foi vítima, sem crime de responsabilidade. E, na esteira disso, estamos vivendo, Senador Hélio José, tempos muito difíceis aqui em Brasília; tempos difíceis porque, de repente, nesse último período, Brasília se transformou também numa trincheira de resistência, mas Brasília se transformou num palco de retirada de direitos sagrados dos trabalhadores e trabalhadoras do nosso País, como a malfadada reforma trabalhista, a tentativa de impor uma reforma da Previdência com a lógica excludente: exigir 65 anos de idade mínima e 40 anos de contribuição. Brasília, infelizmente, também se transformou nesse palco de retirada de direitos, quando a Base que dá sustentação ao Governo ilegítimo que aí está aprova uma emenda à Constituição para congelar, pelos próximos 20 anos, os direitos sociais, as políticas sociais, porque é disso que se trata a Emenda 95: congelar, durante 20 anos, os investimentos nas áreas sociais, como educação, saúde, etc. Então, infelizmente, Brasília é isso. Brasília tem um Congresso hoje que, infelizmente, na sua grande maioria, está de costas para a sociedade. Na sua grande maioria, este Congresso que aqui está não representa de maneira nenhuma o povo brasileiro. Mas nós teremos eleições agora. Esperamos, inclusive, que a democracia seja restabelecida e que a liberdade de Luiz Inácio Lula da Silva seja concedida, para que ele possa se colocar também nessa disputa político-eleitoral, haja vista que esse é o desejo da maioria do povo brasileiro. Mas eu concluo parabenizando V. Ex^a, que é um apaixonado por Brasília. Isto aqui é a sua terra, é a sua história. V. Ex^a, que tem muitos serviços prestados a Brasília. Eu o parabenizo, dizendo que vou ficar sempre com o povo de Brasília, esse povo acolhedor, esse povo lutador, esse povo candango, e vou ficar sempre com a Brasília das grandes lutas, das grandes marchas, a Brasília que continua, teimosamente, resistindo, na defesa da democracia. E Lula livre!



O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Muito obrigado, Excelência, Senadora Fátima Bezerra. Incorporo também o seu aparte, como o do Senador Paulo Paim, ao meu discurso.

Quero dizer que eu, como V. Ex^a e outros, votamos contra a reforma trabalhista e conseguimos derrubar a PEC da Morte, a PEC que não deixaria ninguém aposentar, fazendo a CPI da Previdência, na qual o Senador Paulo Paim foi o nosso Presidente, com muita honra, e eu fui o seu Relator, e conseguimos provar, por "a", "b", "c" e "d", que a reforma da previdência era antipovo, antipátria, e por isso que ela teve que ser retirada.

Então, nobre Presidente, para o bem ou para o mal, Brasília é a cara do Brasil.

Mas, Sr^{as} e Srs. Senadores, apesar dos problemas, Brasília é uma cidade magnífica, a cidade onde me formei em Engenharia Eletricista pela UnB; a cidade onde escolhi morar, trabalhar e constituir uma família; a Brasília de todos os sotaques; a Brasília dinâmica e tão útil ao nosso desenvolvimento; a Brasília de sua paradigmática universidade, a UnB, viabilizada pelo grande educador Darcy Ribeiro. Universidade esta que está entre as melhores do mundo e uma das principais do País, mas que tem sido maltratada por cortes de recursos orçamentários, Sr. Presidente; a Brasília do Clube do Choro; a Brasília da Feira da Ceilândia; a Brasília das expressões musicais as mais diversas, que têm na Escola de Música uma referência de qualidade; a fabulosa Brasília de Athos Bulcão, com sua azulejaria tão inspiradora; a Brasília do paisagismo de Burle Marx; a Brasília das excelentes bandas de *rock*, urbanas por excelência; a Brasília de Renato Russo; a Brasília do Plebe Rude; a Brasília onde se construiu o Lago Paranoá; a Brasília das pistas largas e das linhas futurísticas; a Brasília do respeito à faixa de pedestres; a Brasília dos imigrantes, do ponto de confluência de todos os brasis.

Sr. Presidente, em meu espírito ressoa a tangível sensação de que, no frescor de seus 58 anos, Brasília não deu todos os frutos que ainda pode dar. Tenho fé em que esta cidade, nascida para o progresso, idealizada para o futuro, ainda há de nos surpreender, de nos inspirar e de nos trazer dias melhores.

Sr. Presidente, nesses 58 anos, eu quero desejar – neste ano que é ano de eleições gerais – que Brasília vote "fora, corruptos; fora, corrupção", vote em pessoas íntegras, em pessoas honestas; que Brasília possa eleger um governador comprometido com as causas sociais, possa eleger um governador que cumpra acordos coletivos, um governador que respeite a população, que não persiga moradores de condomínio, que não derrube igrejas, que não derrube o sonho das pessoas que moram nesta cidade.

Quero desejar uma Brasília progressista, que volte a ter emprego, afinal são 400 mil desempregados aqui em Brasília, e nós precisamos reverter esse quadro. São mais de 20 mil empresas que foram embora de Brasília para o Estado de Goiás, acabando com toda a rede de emprego de Brasília, nobre Senador Paulo Paim. Precisamos reverter essa situação. E a oportunidade é este ano, votando em bons candidatos a Deputado Distrital, a Deputado Federal, a Senador da República, a Governador e a Presidente da República.

Isso é o meu desejo e era o que eu tinha que pronunciar aqui hoje, nobre Senador Paulo Rocha, Presidente desta sessão, na esperança de que Brasília volte a ser a Capital da esperança de todos os brasileiros.

Um forte abraço. Isso é o que eu tinha que dizer hoje, nesta homenagem aos 58 anos da nossa Capital, Brasília.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Muito bem, Senador Hélio José.

Parabenizo-o pelo seu discurso, e todos nós nos somamos à homenagem para esta bela cidade, acolhedora, Capital política do País, e uma cidade bela de se viver.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Muito obrigado, Senador Paulo Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Dando continuidade aos nossos pronunciamentos, nesta sessão de debates, passo a palavra à Senadora Fátima Bezerra.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

A Senadora Fátima Bezerra é do PT, do Rio Grande do Norte.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Senador Paulo Rocha, que ora preside os nossos trabalhos, Senador Hélio José, Senador Paim, demais Senadores e Senadoras, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, os que nos acompanham pelas redes sociais, os que aqui nos visitam neste exato momento, eu quero começar aqui a minha fala fazendo um registro sobre um evento que considero da maior importância, que é a Conferência Nacional Popular de Educação, a chamada Conape, convocada para o período de 24 a 26 de maio, na cidade de Belo Horizonte.

Neste exato momento, estão sendo realizadas, em todo o País, as etapas estaduais da Conape (Conferência Nacional Popular de Educação), que, por sua vez, foram precedidas de etapas intermunicipais e também de etapas livres, com o objetivo de mobilizar milhares de trabalhadores em educação, gestores, pesquisadores, estudantes, pais e mães de estudantes, em torno de uma causa fundamental para o desenvolvimento de qualquer nação que se pretenda inclusiva, generosa, justa, que é a causa da educação, que é a luta em defesa da educação pública.

A Conape, neste exato momento, está sendo coordenada e é promovida pelo Fórum Nacional Popular da Educação.

O que vem a ser o fórum? O fórum é um instrumento muito importante de mobilização e formulação, constituído por entidades históricas no campo educacional que se viram obrigadas a deixar seus assentos no Fórum Nacional de Educação oficial depois que o MEC interveio, de forma autoritária, no fórum, alterando sua composição e consequentemente sequestrando suas prerrogativas. E sequestrou aquilo que o Fórum Nacional de Educação tinha de mais valioso, que era exatamente o quê? Fazer a interlocução com a sociedade.

E o que foi que o Ministro Mendonça Filho, Ministro golpista deste Governo golpista que aí está, fez à época? Através de decreto, de portaria, simplesmente alterou a composição do Fórum Nacional da Educação.

A partir daquele momento, queriam o quê? Queriam um fórum tutelado. E aí não tem sentido um fórum tutelado. O fórum tem que ter independência, tem que ter autonomia, para que possa, exatamente, repito, realizar aquilo que é mais valioso, que é o debate com a sociedade.

Então, veja bem, no último dia 12, agora, de abril, dentro dessa etapa das conferências estaduais de educação precedidas das conferências intermunicipais e livres, foi realizada a Conferência Estadual Popular de Educação lá do meu querido Rio Grande do Norte. Estive lá.



A Conape do Rio Grande do Norte foi realizada no auditório da reitoria. Contou com a presença da nossa Reitora, a Prof^a Ângela, dos demais representantes das nossas instituições de ensino superior, UERN, Ufersa, UFRN, com a coordenação da Prof^a Márcia Gurgel. Contou, principalmente, com os professores, estudantes, trabalhadores em educação, da educação pública lá do meu Rio Grande do Norte.

Quero, portanto, dizer do orgulho que tive de participar, ainda, da Conape no meu Rio Grande do Norte. E quero aqui testemunhar, com muita alegria, a expressiva participação da Conferência Estadual de Educação do Rio Grande do Norte. Por quê? Porque o que vi lá foi uma participação muito ativa dos principais sujeitos do processo educacional, seja os estudantes, seja os professores, seja os trabalhadores em educação, seja os gestores, seja os especialistas, seja os pesquisadores em geral. Estavam lá tanto, repito, os professores, estudantes, pesquisadores e gestores da educação básica, como também da educação superior, juntos todos e todas debatendo como enfrentar os desafios que estão colocados principalmente no que diz respeito ao cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação, com destaque para os retrocessos que estamos vivendo, com reflexos violentos no campo da educação, como por exemplo a Emenda Constitucional nº 95, de 2016, que congelou os gastos nas áreas sociais pelos próximos 20 anos, que tirou o piso mínimo destinado à área da educação por igual período, 20 anos também. Dentre esses processos que lá discutíamos, na Conferência Estadual Popular da Educação, lá no Rio Grande do Norte, no dia 12 de abril, havia também o destaque para a chamada reforma autoritária do ensino médio.

E no rol de todos esses retrocessos, Senador Paulo Rocha, destaco aqui, por exemplo, uma recente notícia, que saiu na imprensa, de que está em debate, no Conselho Nacional de Educação, uma proposta – pasmem, senhores e senhoras! – para permitir que até 40% do chamado ensino médio seja ofertado à distância. E o então Ministro, quando abordado sobre essa proposta que um conselheiro apresentou lá no Conselho Nacional de Educação, disse que não sabia de nada. Ora, o próprio MEC tem representantes no Conselho Nacional de Educação, e ele se limitou a dizer que não sabia de nada.

Na verdade, essa proposta – repito – de permitir que até 40% do ensino médio seja ofertado à distância vem na esteira dessa reforma autoritária do ensino médio. Autoritária porque foi de cima para baixo; autoritária porque foi via medida provisória; autoritária porque não dialogou com os estudantes e os professores pelo País afora; autoritária e enganosa porque está fazendo uma propaganda dizendo aos estudantes que eles vão ter direito aos cinco itinerários formativos, etc., quando, na realidade, não é isso que está acontecendo, dada a precariedade e a realidade do ensino médio pelo País afora.

Então, essa proposta de 40% do ensino médio – repito – ser ofertada através do chamado ensino à distância vem na esteira dessa reforma autoritária do chamado ensino médio. Inclusive, contradizendo a própria política nacional de fomento à educação em tempo integral, aquele programa amostra grátis que o Governo instituiu de educação em tempo integral no nosso País, dado que o número de escolas a fazer parte desse programa é diminuto.

Veja bem, como é que alguém defende a educação em tempo integral e, de repente, vai dialogar com uma proposta como essa de 40% do ensino médio ser ofertado à distância? Isso é de uma incongruência sem tamanho. Essa proposta é tão absurda, mas tão absurda mesmo que, felizmente, depois de muita pressão e da reação negativa que houve por parte das entidades estudantis, por parte das entidades representativas dos trabalhadores da educação, das



entidades da luta em defesa da educação no campo da academia, o próprio MEC ficou com vergonha e disse que, enfim, não concordava com essa proposta. Mas é importante a gente ficar de olho.

Eu trago aqui outro retrocesso, Senador Paulo Rocha, no campo da educação, em decorrência desses tempos de Governo ilegítimo em que estamos vivendo. É exatamente a descontinuidade do Parfor. O que é o Parfor? É o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica. Vou repetir: Parfor é o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica. É um programa extremamente vitorioso, que já formou mais de 60 mil professores e professoras da rede pública de educação básica, assegurando formação adequada para a área em que exatamente lecionam.

Esse programa foi iniciado no governo do Presidente Lula e, repito, é exitoso. É um programa que dialoga com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, dialoga com as Metas 17 e 18 do Plano Nacional de Educação, e que fala que nós temos que avançar também no sentido de erradicar de vez a questão do professor leigo. Ou seja, nós temos que ter como meta não ter nenhum professor ou professora do nosso País sem, no mínimo, o diploma de nível superior.

Graças a Deus, avançamos muito, em decorrência dessas políticas que nós adotamos nos governos do PT, na formação inicial do magistério brasileiro, mas ainda temos um número pequeno, no Brasil, de professores e professoras que não tiveram oportunidade de fazer o seu curso de nível superior. Daí a importância do Parfor, a continuidade do Parfor.

Mas o Parfor não é só a formação inicial; é a formação continuada. O Parfor cuida de um outro grande desafio, Senador Paulo Rocha, que é a formação adequada para a área em que o professor leciona, uma vez que nós temos uma grande lacuna aí. Nós ainda temos um grande número de professores que estão nas salas de aula das redes públicas de educação básica pelo País afora que não têm a formação adequada para aquela disciplina em que lecionam. E o Parfor tem esse foco.

Por isso, quero aqui dizer da nossa indignação diante de mais este retrocesso do Governo ilegítimo que foi simplesmente ter suspenso o Parfor sem nenhuma justificativa – absolutamente nenhuma!

Por isso, quero aqui inclusive aproveitar para fazer o registro de que amanhã, na Comissão de Educação, fruto de um requerimento de nossa autoria, nós estaremos realizando uma audiência pública. Vamos contar com a participação, amanhã, de representantes das entidades representativas dos professores e dos estudantes. Esperamos que aqui o MEC venha também, a Capes e outras instituições que nós estamos convidando. Amanhã, às 10h30, na Comissão de Educação, queremos discutir o Parfor. É a segunda audiência que nós vamos realizar. A primeira foi de autoria da Senadora Marta Suplicy e, agora, essa de nossa autoria. Vai estar aqui conosco exatamente a coordenadora do Movimento Nacional em Defesa do Parfor.

E amanhã nós vamos sair daqui – já conversamos com a Presidente da Comissão de Educação – com um documento muito claro no sentido de exigir do MEC respeito. Esse não é um programa qualquer. Volto a dizer: esse é um programa fundamental que diz respeito à luta pela melhoria da qualidade do ensino. Por quê? Porque se trata de um programa voltado para a formação inicial e continuada do Rio Grande do Norte.

Então, Sr. Presidente, voltando ainda à carta aprovada ao final da Conferência Estadual Popular de Educação do Rio Grande do Norte, quero aqui destacar alguns trechos. Primeiro, "a



defesa da educação como direito de todos e dever do Estado, duramente conquistado na Constituição Federal de 1988, de natureza pública, gratuita, laica, democrática, emancipatória, inclusiva e de qualidade socialmente referenciada."

Os participantes da Conape-RN aprovaram uma moção de repúdio a um projeto em tramitação na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, que busca censurar a liberdade de ensino e de aprendizagem ao banir dos currículos da educação básica conteúdos que fomentam a reflexão crítica e transformadora. Através dessa moção, em boa hora apresentada na Conferência Estadual de Educação lá do Rio Grande do Norte, reivindicase, exige-se, cobra-se a retirada imediata de pauta do projeto de lei que institui o chamado programa Escola sem Partido, quando, na verdade, trata-se exatamente da chamada lei da mordaza. Isso é inaceitável! É inaceitável insistirem numa aberração destas: Escola sem Partido. Na verdade, é lei da mordaza. Aberração por quê? Porque quer calar a voz do professor, inclusive atentando contra a própria LDB, contra a própria Constituição, que reza a liberdade de cátedra, de ensinar, de aprender. A escola, mais do que qualquer outro lugar, deve ser exatamente o espaço ideal para que tenhamos o debate de ideias de forma plural, afinal de contas é na escola, junto com a família, que nós vamos tratar de contribuir para a formação da cidadania do nosso povo, não abrindo mão da consciência crítica. E a consciência crítica se faz, repito, através do debate com pluralidade e com respeito.

Então, quero aqui me somar, repito, a essa moção que saiu na Conferência Estadual de Educação do Rio Grande do Norte, no sentido de cobrar a retirada imediata de pauta, da Assembleia Legislativa, do projeto de lei que quer instituir o chamado programa Escola sem Partido, quando não passa, na verdade, da chamada lei da mordaza.

Todo esse processo de mobilização e de formulação, Sr. Presidente, vai culminar na Conferência Nacional Popular de Educação, a ser realizada, como já mencionei aqui, entre os dias 24 e 26 de maio, em Belo Horizonte. Eu não tenho nenhuma dúvida de que a etapa nacional da Conape, a se realizar em Belo Horizonte no período de 24 a 26 de maio, vai representar um marco, vai representar um divisor de águas no que diz respeito à luta em defesa da educação pública, sobretudo levando em consideração esses tempos que nós estamos vivendo de ataque à democracia, com tantos reflexos no campo da educação em matéria de retrocessos.

É o Plano Nacional de Educação que está sendo simplesmente jogado na lata do lixo. São políticas e mais políticas importantes, programas importantes voltados para a inclusão social no campo da educação que estão sendo extintos ou em fase exatamente de desmonte, como é, inclusive, o próprio Parfor.

Então, não tenho nenhuma dúvida de que a Conape (Conferência Nacional Popular de Educação), a ser realizada no período de 24 a 26 de maio, em Belo Horizonte, vai ser um marco, um divisor de águas no que diz respeito à luta em defesa da educação pública. Serão três dias em que Belo Horizonte será a capital da educação, reunindo estudantes, trabalhadores da educação, pesquisadores, gestores, pais e mães de estudantes de todos os recantos do País. E não tenho dúvida de que esses três dias ficarão para sempre marcados na história, na trajetória de todos aqueles e aquelas que têm compromisso histórico com a luta em defesa do ensino público, com a luta em defesa da educação pública.

Sr. Presidente, pediria mais um pouco de tempo, Senador Paulo Rocha, porque eu queria aqui agora falar de hoje, dia 23 de abril, quando celebramos o Dia Mundial do Livro. E a melhor forma de celebrarmos este dia é dizendo aqui da nossa expectativa de que a CCJ (Comissão de



Constituição e Justiça) da Câmara dos Deputados aprove amanhã o Projeto de Lei 7.752, de 2017, de minha autoria, que institui a Política Nacional de Leitura e Escrita. Esse projeto, Senador Paulo Rocha, já foi aprovado aqui no Senado, nas comissões por onde passou, por unanimidade. Na Câmara, onde se encontra, ele já foi aprovado, por unanimidade, em duas comissões. E amanhã será exatamente apreciado pela Comissão de Constituição e Justiça, em caráter terminativo. A minha querida Deputada Maria do Rosário é a Relatora na CCJ, fez um brilhante relatório, reforçando exatamente a importância da aprovação dessa matéria. Rosário integra a Frente Parlamentar em Defesa do Livro, da Leitura e da Biblioteca, que eu coordeno aqui, nesta Casa.

E quero dizer o seguinte: é muito importante falarmos de iniciativas voltadas para promover o livro, a leitura e a biblioteca, considerando que nós estamos num país que precisa construir 130 mil bibliotecas até 2020, aliás, para cumprir, inclusive, a Lei 12.244, aprovada pelo Congresso Nacional, que estabelece a existência de, pelo menos, um livro por aluno em cada instituição de ensino tanto na rede pública como na rede privada. É importante, Senador Paulo Rocha, falar, sim, de políticas, de ações voltadas para o livro e para a biblioteca em um país que só tem 3,1 mil livrarias, onde a maioria dessas livrarias está concentrada exatamente nas chamadas Regiões Sudeste e Sul.

Então, esse Projeto de Lei 7.752, de 2017, de minha autoria, foi fruto, na verdade, de um amplo diálogo com todos os setores envolvidos, toda uma militância coletiva enraizada nos mais diferentes territórios do País, em defesa dos benefícios civilizados, coletivos e individuais associados à leitura, à escrita, à literatura, ao livro e às bibliotecas.

Quero aqui dizer que a aprovação desse projeto de lei será um marco no País. Por quê? Porque será a primeira vez que o Estado brasileiro vai dispor de um marco institucional através de uma política de Estado – portanto, uma política permanente –, para fomentar a leitura e a escrita como uma estratégia fundamental para a gente fortalecer a nossa luta em prol da biblioteca, da leitura, da escrita e da literatura.

Eu reputo, Senador Paulo Rocha, esse projeto como um dos mais importantes e tenho a alegria, inclusive na condição de professora que sou, de ter tido a oportunidade de apresentar esse projeto de lei que está às vésperas, se Deus quiser, de se transformar em lei, uma vez que ele será apreciado amanhã, na Câmara dos Deputados, em caráter terminativo.

Eu acho que, mais do que nunca, nesses tempos que nós estamos vivendo, meu Deus, de retrocessos, de estado de exceção, de ataques à democracia, nesses tempos em que florescem o ódio, o crescimento da intolerância e o preconceito, nós precisamos falar de livro, falar de leitura, falar de biblioteca e é disso que se trata exatamente...

(Soa a campanha.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... o nosso projeto de lei que vai ser apreciado amanhã, na CCJ.

Quero conclamar aqui a todos e todas, aos militantes, aos defensores do livro e da leitura para que acompanhemos amanhã a reunião na CCJ e possamos, com a aprovação do relatório da Deputada Maria do Rosário, finalmente celebrar o Dia Mundial do Livro com essa grande conquista, que é o Congresso Nacional aprovando esse projeto de lei e dando exatamente ao povo brasileiro esse marco institucional que será o Estado brasileiro ter, pela primeira vez, uma



política de Estado permanente voltada para fomentar as ações e os programas em prol do livro, da leitura e da biblioteca.

Senador Paulo Rocha, só mais um minutinho.

Eu quero aqui agora falar de um outro assunto que diz respeito ao meu Estado e ao Estado de V. Ex^a também. Agora, eu vou falar de pescadores. É o seguinte, Senador Paulo Rocha: na última quarta-feira, nós aprovamos aqui...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Só para explicar aos nossos visitantes que às segundas-feiras, à tarde, realizamos sessões de debates. Há uma lista prévia, e os Senadores se inscrevem para trazer os assuntos da conjuntura dos seus Estados. Então, é uma sessão de debates. Por isso, nós estamos assistindo ao pronunciamento da Senadora Fátima Bezerra, do PT, do Rio Grande do Norte.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E sou professora.

Sejam bem-vindos.

Como eu estava colocando, na quarta-feira da semana passada, em boa hora, o Senador Cássio Cunha Lima apresentou um projeto de decreto legislativo para sustar os efeitos de uma portaria interministerial que simplesmente proibia o chamado pagamento do seguro-defeso dos pescadores e pescadoras, notadamente dos pescadores artesanais da Região Nordeste e de parte também da região do Senador Paulo Rocha.

Essa portaria interministerial é de uma crueldade sem tamanho. Na verdade, isso não passou e não passa de uma manobra criminoso do Governo que aí está para tirar o pão da boca de milhares de famílias dos pescadores artesanais, quando, repito, através dessa portaria, proíbe-se e interdita-se o pagamento do chamado seguro-defeso, inclusive também com consequências graves para o meio ambiente. Pasmem os senhores, é interministerial essa portaria porque que não foi assinada só pela agricultura, mas foi assinada também pelo meio ambiente.

O fato é que, na quarta-feira, finalmente o Senado da República, por unanimidade, aprovou esse projeto de decreto legislativo sustando, repito, mais esse ato criminoso do Governo Federal, dessa vez atingindo os pescadores artesanais.

O projeto vai agora exatamente para a Câmara dos Deputados. Por isso, eu quero aqui neste momento, Senador Paulo Rocha, lembrar que, na verdade, nós estamos tratando, ao falar dessa matéria, de mais de 500 mil pescadores do Brasil e de suas famílias. Por isso é que eu quero agora dizer da necessidade imperiosa de a Câmara dos Deputados aprovar o projeto de decreto legislativo e de o Governo sancioná-lo.

Aqui destaco a necessidade da mobilização que precisa haver, que precisa continuar. Eu espero que o Presidente da Câmara, o Sr. Rodrigo Maia, do Democratas, não faça com o projeto de decreto legislativo aprovado aqui, na quarta-feira, que susta o impedimento do pagamento do seguro-defeso dos pescadores do nosso Nordeste e do Brasil o que fez com o projeto de decreto legislativo, igualmente aprovado pelo Senado, que tinha por objetivo sustar aquela outra imoralidade que foi a Anac permitir que as empresas de aviação aérea passassem a cobrar pelo despacho das malas nos aviões. O Deputado Rodrigo Maia simplesmente se sentou em cima daquele decreto e até hoje... Eu espero que ele não faça o mesmo com relação ao decreto legislativo, repito, que foi aprovado no Senado Federal e que vem para impedir essa injustiça, esse brutal ato de violência do Governo ilegítimo que está aí, que é impedir o pagamento do



seguro-defeso para milhares de famílias de pescadores de todo o Brasil e do nosso querido Rio Grande do Norte.

Eu quero aqui acrescentar que, Senador Paulo Rocha, quando falamos do seguro-defeso, estamos falando de algo que existe há 26 anos e que veio exatamente para quê? Para auxiliar financeiramente o pescador que está sendo proibido de trabalhar. Por isso que é o seguro-defeso. E o que foi que este Governo ilegítimo fez? Editou essa maldita portaria ministerial de forma sorrateira, no intuito exatamente de deixar de pagar um benefício nos casos em que, abre aspas, "houver disponibilidade de alternativas de pesca nos Municípios alcançados pelos períodos de defeso", fecha aspas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Senadora Fátima, eu queria informar uma curiosidade em relação ao seguro-defeso dos pescadores, que tem de novo a atuação da Bancada do Partido dos Trabalhadores. Eu cheguei aqui em 1991, como Deputado, e foi exatamente no período em que nós estávamos regulamentando a Constituição, que tinha sido aprovada em 1988. E uma dessas regulamentações era o seguro-desemprego, que tinha como Relator o então Deputado José Serra. Foi a Bancada do PT, e eu fui um deles... O Deputado Paulo Rocha, o Deputado Adão Pretto, a Deputada Luci Choinacki e um Deputado que era pescador, chamado Wilson Branco, do PMDB, do Rio Grande do Sul, nós fizemos uma emenda à regulamentação do seguro-desemprego para criar o seguro-defeso, que tinha exatamente essa ideia...

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... de que, no período de defeso, para proteger a reprodução e o aumento dos cardumes...

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... o pescador teria uma contribuição, que seria, digamos assim, uma espécie de desemprego temporário, que seria essa obrigação não só biológica, mas ambiental e da reprodução dos cardumes. Foi aí que foi assegurado o seguro-defeso. Portanto, ele tem esse condão, como já explicou V. Ex^a, no sentido de não só proteger os pescadores, no sentido de eles estarem com a capacidade de trabalho impedida por causa da procriação e do aumento dos cardumes nas regiões em que depende o desenvolvimento não só humano e econômico, da questão da pesca, etc... Então, é um projeto de fundamental importância, que assegura a dignidade do pescador, mas, ao mesmo tempo, assegura a continuidade de um setor econômico muito importante para o nosso País, que é o pescado.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Com certeza, Senador Paulo Rocha. E eu fico muito feliz de V. Ex^a acrescentar aqui, ao meu pronunciamento, esse depoimento, demonstrando aqui, mais uma vez, a tradição, a história, o DNA do nosso Partido, um DNA sempre voltado para a luta em defesa dos mais humildes, para a luta em defesa exatamente dos trabalhadores e das trabalhadoras, porque é disso que trata exatamente essa matéria, Senador Paulo Rocha.

Veja bem, só os tempos de ataque à democracia, de governo ilegítimo, de governo sem voto, só os tempos de Emenda 95, que corta os gastos nas áreas sociais, só esses tempos de



golpes e mais golpes, de retrocessos e mais retrocessos explicam, repito, um ato insano como esse, um ato criminoso como esse. O Governo do Sr. Michel Temer, repito, numa medida sorrateira, simplesmente publica uma portaria interministerial, de um lado, prejudicando o meio ambiente e, de outro, retirando o pão da boca de milhares de famílias de pescadores artesanais pelo Brasil e pelo nosso Nordeste. No meu Estado, são 27 mil pescadores – 27 mil –, que, a exemplo dos demais pescadores artesanais pelo Brasil afora, estão proibidos de receber o seguro-defeso por conta dessa maldita portaria interministerial.

Por isso é que concluo dizendo que agora vamos ficar acompanhando... O Senado aprovou o projeto de decreto legislativo suspendendo os efeitos dessa portaria. E agora o projeto está na Câmara. Vamos ficar vigilantes, a federação dos pescadores em nível nacional, as federações estaduais, as colônias de pescadores... Os olhos agora têm que se voltar para a Câmara, para que as bancadas federais lá da Câmara respaldem o que foi aprovado aqui no Senado Federal, votando favoravelmente ao projeto de decreto legislativo e, com isso, suspendendo essa proibição injustificável de os pescadores terem direito ao seu chamado seguro-defeso.

E concluo, Senador Paim, chamando aqui mais à atenção...

(Soa a campainha.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... de que é preciso que estejamos mobilizados: as colônias de pescadores, as federações, os sindicatos. E sabe por quê? Porque o Rodrigo Maia, que é do Democratas, até hoje se sentou em cima de um projeto de decreto legislativo, de autoria até do Senador Humberto Costa, aprovado por unanimidade nesta Casa, para sustar aquela sem-vergonhice que foi o Governo Federal, através da Anac, ter permitido o uso de cobranças de bagagens nos aviões. Diziam o que naquela época? Que com isso iria aumentar o número de voos, que as passagens iriam baratear, etc. Nada disso aconteceu. O projeto está lá arquivado até hoje.

Portanto, que fiquemos de olho, para que não aconteça o mesmo com o projeto de decreto legislativo que vem fazer justiça e trazer dignidade aos pescadores artesanais de todo o Brasil, no sentido de sustar os efeitos dessa portaria interministerial, e os pescadores terem direito ao pagamento do seguro-defeso.

(Durante o discurso da Sr^a Fátima Bezerra, o Sr. Paulo Rocha deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns, Senadora Fátima Bezerra, por essa defesa do pagamento do seguro-defeso aos pescadores. Isso é de interesse nacional. No Rio Grande do Sul, procuraram-me na mesma linha do pronunciamento de V. Ex^a.

Então, eu agradeço o pronunciamento de V. Ex^a em nome também dos pescadores do Rio Grande do Sul. Parabéns a V. Ex^a.

De imediato, nobre Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Paulo Paim e Senadora Fátima Bezerra, sobre esse assunto do seguro-defeso já fiz um comentário aqui, Senador Paulo Paim, de quando nós chegamos, eu cheguei e você – desculpe-me o você; V. Ex^a – chegou aqui, no período da Constituinte, portanto foi Constituinte. Eu cheguei e me somei a V. Ex^a como



Deputado no período da chamada regulamentação da Constituinte, quando tínhamos que aprovar os chamados projetos de lei complementar para regulamentar os assuntos que nós tínhamos incluído na Constituinte, e o seguro-defeso entrou nesse processo.

V. Ex^a se lembra de que, quando foi para regulamentar o seguro-desemprego, cujo Relator, então, era o Deputado José Serra, foi aí que, na Bancada do PT, eu, a Deputada Luci, o Deputado Adão Pretto e um Deputado lá do seu Estado, que era pescador, Wilson Branco – lembra-se de que era pescador, do PMDB?,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Lá do Rio Grande, já faleceu.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Lá do Rio Grande.

... nós fizemos uma emenda que, na verdade, era uma proposta de lei que assegurava o seguro-defeso para os pescadores. E conseguimos aprovar, negociando com o Relator para que incluísse na regulamentação do seguro-defeso a questão dos pescadores.

E foi, na nossa Comissão, porque nós transformamos a Comissão do Trabalho exatamente num espaço importante para regulamentar a Constituição, que nós, conseguindo aprovar – àquela época, presidida por V. Ex^a, e eu era o seu Vice-Presidente.

Este assunto que vou falar aqui trata exatamente daquele tempo e de outro projeto de lei que foi de minha autoria – Presidido por V. Ex^a –, sobre o qual vou falar. E falo sobre – V. Ex^a sabe qual é – a questão do trabalho escravo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – V. Ex^a foi o grande articulador dessa proposta.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Faço este pronunciamento depois da publicação do Cadastro de Empregadores que submete trabalhadores à condição análoga à de trabalho escravo, que foi a chamada Lista Suja, que nós conseguimos também aprovar aqui no Congresso Nacional.

Nossa atuação política consta da história na luta contra o trabalho escravo no Brasil. Sou o autor do projeto de lei que se transformou na Lei 9.777, de 1998, que tipifica o que é o trabalho escravo, o trabalho degradante.

Na atuação da Comissão do Trabalho, da Câmara dos Deputados, presidida por V. Ex^a, iniciamos o processo que resultou na emenda constitucional, chamada de PEC do trabalho escravo, que também conseguimos aprovar em uma articulação aqui com o Senado, iniciada a proposta por aqui, e outra por lá, que também conseguimos aprovar, que, na verdade, confisca as terras onde há o trabalho escravo para a chamada reforma agrária, promulgada em 2014, que expropria as terras de quem pratica o trabalho escravo.

Em fevereiro de 2016, fomos condecorados – lembra-se, Senador Paulo Paim? – pelo Prêmio Nobel da Paz, o Sr. Kailash, que veio aqui e fez essa deferência, tanto a mim quanto a V. Ex^a, exatamente por causa dessa luta contra o trabalho escravo.

Temos, portanto, consciência da importância da política de Estado de combate a essa forma colonial da relação trabalhista no Brasil atual.

Sabemos que, nos últimos 5 anos, cerca de 50 mil trabalhadores foram encontrados em situação análoga ao trabalho escravo. Desses, 80% em situação degradante. Por isso é que faço uma saudação especial à atualização e à divulgação do cadastro de empregadores que submetem trabalhadores à condição análoga à de escravo, a chamada lista suja do trabalho escravo.



Pois bem, para aqueles que não sabem, uma das ações prioritárias do Governo Temer foi tentar impedir essa divulgação periódica da chamada lista suja. Meses após o golpe, o Ministério do Trabalho editou a Portaria nº 1.129, de 2017, que tinha como objetivo impedir a divulgação dessa lista, facilitando a vida dos escravagistas. Fez isso para atender à Bancada que defende os interesses escravagistas, em troca de votos para livrá-lo da denúncia de obstrução de Justiça e organização criminosa. Esses querem menos investigação, menos divulgação dos atos contra os direitos humanos. A elite tem interesse em esconder o mundo real em que se encontra o nosso País e promove um enorme retrocesso em tudo o que havíamos conquistado em termos de direitos básicos para o nosso povo, para os nossos cidadãos. Está aí a reforma trabalhista. Está aí a questão de se esconder o trabalho escravo em nosso País. Está aí a ameaça de se tirarem direitos previdenciários do nosso povo mais pobre, das mulheres trabalhadoras rurais. Foi para isso que esses conspiradores deram o golpe parlamentar.

Estamos assistindo a um retrocesso. Vejam os dados da CPT (Comissão Pastoral da Terra), órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Por exemplo, o número de assassinatos em conflitos no campo, em 2017, foi o maior desde o ano de 2003: 70 assassinatos. Houve um aumento de 15% em relação ao número de 2016. Dentre esses mortos, destacamos 4 massacres ocorridos nos Estados da Bahia, de Mato Grosso, de Rondônia e no meu, que é sempre o campeão nesse tipo de situação.

A CPT também denuncia ataques que sofreu nos últimos anos, provavelmente dentro do processo de criminalização contra as organizações sociais, que tem se intensificado, o que acabou impossibilitando a conclusão e o lançamento nessa data de seu relatório anual – que é um relatório já histórico –, chamado "Conflitos no Campo Brasil".

E a divulgação da lista do trabalho escravo só ocorreu após a decisão da Justiça do Trabalho em ação civil pública do Ministério Público do Trabalho, que pediu a publicação a cada seis meses. A nova lista traz como novidade a inclusão de mais 34 nomes de pessoas físicas e jurídicas, de um total de 166. Os 34 nomes foram responsáveis por 269 trabalhadores em situação análoga à de trabalho escravo. A União tinha até o dia 27 deste mês para publicar a lista atualizada. O descumprimento implicaria multa diária de R\$10 mil. A decisão foi proferida no dia 29 de março, a respeito do cumprimento de sentença transitada em julgado em setembro de 2017, que na época determinou a atualização da lista.

Essa última decisão deixou claro que a lista tem que ser atualizada e publicada periodicamente, no máximo a cada seis meses. O Governo Federal alegava que a decisão de 2017 tinha sido cumprida com uma única publicação da lista, em outubro do ano passado.

O Cadastro de Empregadores ficou sem atualização entre o período de dezembro de 2014 e março de 2017. A suspensão ocorreu porque um dos empregadores questionou a legalidade da lista no Supremo Tribunal Federal e um dos Ministros suspendeu a divulgação em dezembro de 2014.

Para manter a sua publicação, a União publicou nova portaria interministerial – nº 4, de 11 de maio de 2016 –, reformulando os critérios para inclusão e saída dos empregadores do cadastro. Com essa mudança, a Ministra Presidenta do Supremo, Relatora da liminar de 2015, suspendeu a proibição e autorizou a publicação. No entanto, o Ministério do Trabalho continuou sem publicar o documento.

Diante dessa omissão, o Ministério Público do Trabalho do Distrito Federal entrou com ação com pedido de liminar em dezembro de 2016, para a União publicar a lista. O Juiz do



Trabalho Rubens Curado Silveira, da 11ª Vara do Trabalho de Brasília, atendeu o pedido e ressaltou que deixar de divulgar o documento esvazia a política de Estado de combate ao trabalho escravo no Brasil.

O processo correu na Justiça do Trabalho, com a União usando vários artifícios jurídicos para evitar a publicação da lista. Somente em 27 de outubro de 2017, após a decisão final, a lista foi atualizada e publicada pelo Ministério do Trabalho. Agora, após a decisão esclarecendo e ratificando a necessidade de atualização periódica, o Governo será obrigado a dar publicidade ao cadastro a cada seis meses, sem a necessidade de provocação por parte do Ministério Público.

As atualizações da lista suja do trabalho escravo mostram que o agronegócio continua sendo o setor que mais submete trabalhadores a condições análogas à escravidão no Brasil.

Os maiores casos de escravidão contemporânea no agronegócio adicionados à lista, neste ano, são o da Fazenda Agropecuária Sorriso, localizada em Rio Branco, no Acre, e os da Fazenda Araras e Dois Irmãos, localizados em Presidente Olegário, Minas Gerais.

A maior quantidade de operações de resgate, de acordo com o cadastro, ocorreu no Pará, em meu Estado. É o caso de cinco trabalhadores que eram ameaçados por pistoleiros contratados pelo proprietário da serraria M. A. de Souza, em Uruará, no Pará. A região de Uruará, no Pará, e toda essa região próxima à Altamira, é onde mais acontece o desgaste de exploração madeireira clandestina e ilegal, associada à grilagem de terra. Essa atividade de desmatamento, além de ser um crime em si, com muita frequência também usa o trabalho escravo como instrumento de mão de obra barata.

Além disso, ali na região de Altamira, no Pará, que fica na beira da Transamazônica, saiu uma publicação que revela que hoje é a cidade com o maior índice de violência no Brasil. É fundamental registrarmos isso para mostrar o retrocesso que aconteceu em nosso País nos últimos anos, após o golpe parlamentar que implementaram em nosso Brasil. Estão tirando direitos dos trabalhadores, volta a violência no campo, inclusive com chacinas, por quê? Porque esses senhores, que nós já tínhamos deixado para trás com políticas públicas e com avanços de legislação importantes para coibir esse tipo de coisa, agora, com o golpe e com o Governo Temer, estão se sentindo, novamente, empoderados para poder continuar explorando a mão de obra, inclusive com o uso do trabalho escravo em nosso País.

Esse registro de 269 trabalhadores em situação análoga à de trabalho escravo revela o quanto um governo fica alinhado com o grande latifúndio, perverso, do interior de nosso País, uma ameaça à paz no campo. Além do crescimento dos conflitos fundiários, que resultaram em 70 assassinatos no campo, a perseguição às lideranças camponesas – de novo volta a perseguição, a eliminação de lideranças sindicais no campo e no sindicato dos trabalhadores rurais – vem crescendo a cada dia, assim como os despejos de colonos clientes da reforma agrária, como ocorreu recentemente em Ipixuna do Pará, na Fazenda Campo de Boi.

A prisão de um religioso na região de Anapu, na região da Transamazônica, a mesma região onde foi assassinada a Irmã Dorothy – um caso que teve repercussão internacional inclusive, o assassinato desta religiosa –, agora mesmo foi preso um religioso chamado Padre Amaro, que é um exemplo de que todos aqueles que denunciam a grilagem se expõem ao arbítrio do aparato policial, a serviço de fazendeiros e de latifundiários.

Esses dois episódios revelam o poder que não vacila em usar a força policial para reprimir e matar trabalhadores rurais que lutam contra a concentração da terra, como também se vale do controle sobre a mídia, o Judiciário e o Parlamento para impor um governo de pau-mandado



que vem destruindo as principais conquistas da Constituição Federal de 1988 e que promove o desmonte de políticas públicas de inclusão social implantadas nos governos do Presidente Lula e da Presidente Dilma.

Mas nós não nos calaremos. Estaremos na luta contra toda forma de injustiça aos trabalhadores e combateremos com todas as nossas forças as medidas de desmonte das conquistas sociais que nós promovemos no nosso País. Não descansaremos enquanto a maior liderança popular do nosso País, o Presidente Lula, não ficar em liberdade, para dar continuidade à conquista de governos democráticos e populares que possam implementar os avanços no nosso País. Denunciaremos em todos os fóruns internacionais e lutaremos por justiça e igualdade em todo o País, como foi o caso da Vereadora Marielle Franco, brutalmente assassinada no Rio de Janeiro.

Por isso, Sr. Presidente, era o que eu tinha que registrar neste momento, nesta tarde, para que fique registrado nos *Anais* desta Casa e também nos nossos órgãos de comunicação, quer seja a nossa televisão, as nossas rádios, mas também que seja repercutido por todo o nosso País, para que a nossa sociedade fique atenta, porque o ano de 2018 é um ano muito importante, para a gente não deixar que isso continue no nosso País.

Por isso que é fundamental que a gente brigue, como tarefa principal, pela volta da democracia no nosso País. E a volta da democracia no nosso País é que a gente tenha eleições livres e que todos possam participar, inclusive o Presidente Lula, para que a gente resgate a democracia e resgate governos que possam dar continuidade às mudanças e às transformações que nós estávamos implementando no nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Paulo Rocha. Meus cumprimentos pelo pronunciamento.

Antes de encerrar os trabalhos desta tarde, eu só queria lembrar a todos que hoje caducou definitivamente a MP 808. Nós sabíamos que ia acontecer isso, nós sabíamos que o Governo não iria permitir a instalação da Comissão desta Medida Provisória, sabíamos que não iam indicar o Presidente nem o Relator. Foi por isso que nós criamos uma Comissão Especial na CDH que há nove meses vem discutindo uma nova CLT, um novo Estatuto do trabalho.

Ainda agora eu me reuni com as entidades que colaboraram. Foram mais de 15 entidades – Ministério Público do Trabalho, juízes, procuradores, promotores, centrais sindicais, confederações, enfim, todos aqueles que trabalharam muito nesse sentido. E nós acertamos que, no dia 10, vamos votar a nova CLT, a nova Consolidação das Leis do Trabalho, resgatando tudo aquilo que nos retiraram durante esse período que se completou agora com essa medida provisória, que eu sempre disse que era um engodo, que era uma enganação, que não iria acontecer nada. Tanto que não aconteceu: não vetaram um artigo, depois baixaram a medida provisória e não deixaram sequer a comissão ser instalada. A comissão não foi instalada, por isso, a única alternativa que tem agora o povo brasileiro é esse relatório, que nós estamos dando por concluído – concluído nem que seja parcialmente –, e vamos ler no próximo dia 10. Pretendemos, a partir dali, fazer com que essa proposta chegue à mão de todos os candidatos a Presidente da República; vamos remeter a todos os Deputados Federais, a todos os Senadores, para que o Brasil se debruce numa verdadeira Consolidação das Leis do Trabalho.

O que existe hoje? O que existe? Existe uma CLE, como eu digo: a consolidação das leis do empregador. Veja bem, coisas gravíssimas constam ali nessa CLE, como, por exemplo, o trabalho intermitente, que vai dizer que, se você – casualmente ali, no relógio da Casa, está o



número 17 – trabalhar 17 horas, você não receberá um centavo no fim do mês; o empregador pode lhe dar quantas horas quiser. Pelo contrário: você vai ter que pagar mais R\$3, devidos à Previdência, porque não pode ser um valor menor que um salário mínimo. Naquela reforma, ainda consta, infelizmente, que mulher grávida pode trabalhar em área insalubre e amamentar em área insalubre, penosa e periculosa. Não há um país no mundo que tenha isso.

Por isso, eu queria agradecer muito e farei amanhã a leitura de parte do relatório, com o nome de todas as entidades do campo, da cidade, da área pública, da área privada, do Judiciário, dos participantes, empresário, empregador, trabalhadores de todas as áreas, para que a nova CLT passe a tramitar o mais rápido possível.

Nós temos uma grande esperança: de que esse projeto aprovado não terá nenhum tipo de apoio popular, aquele que aprovaram lá no ano passado. Houve um encontro de mais de 600 juízes que demonstraram que era inaplicável aquela reforma, porque há contradição de um artigo com outro. E eles vão se basear na Constituição.

Então, infelizmente, não existe mais a MP 808, caducou hoje. A comissão não foi instalada, mas nós avançaremos com a nova CLT, o novo estatuto do mundo do trabalho. Eu fui indicado como Relator desse tema, que está tramitando a todo vapor. A leitura do relatório poderá ser feita já no próximo dia 10.

Com esse informe, eu declaro encerrada a nossa sessão de hoje.

Que Deus ilumine a todos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 12 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 54ª SESSÃO

EXPEDIENTE

Abertura de prazo



Recebido o Ofício nº 19, de 2018, da CAS, comunicando a apreciação do Projeto de Lei do Senado nº 92/2017, em caráter terminativo.

Concluída a instrução da matéria, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros da Casa, para que o projeto seja apreciado pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

É o seguinte o ofício:





SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

OFÍCIO Nº 19 / 2018 - PRESIDÊNCIA/CAS

Brasília, 14 de março de 2018.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente
Senado Federal

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 92, de 2017, que *acrescenta parágrafo único ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para vedar o desconto do atestado de comparecimento*, de autoria da Senadora Rose de Freitas.

Respeitosamente,

Senadora MARTA SUPLICY
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
PLS Nº 92 DE 2017
Fls. 15



Comunicação





SENADO FEDERAL
LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DEMOCRACIA PROGRESSISTA

OF. Nº 04/2018 – BLDPRO

À Sua Excelência
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal

Brasília, 20 de abril de 2018.

o presidente.
Feco - se substitui-
car pegue o blo.
em 23.04.18.

ASSUNTO: Substituição CPI Cartões de Crédito.

Senhor Presidente,

Cumprimentando cordialmente Vossa Excelência, e cumprindo aos dispostos Regimentais desta Casa, comunico a indicação do **Senador Ivo Cassol para vaga de titular** na composição da **Comissão Parlamentar de Inquérito dos Cartões de Crédito**, em substituição ao Senador Wilder Moraes, seguindo a distribuição proporcional das vagas designadas ao Bloco Democracia Progressista.

Atenciosamente,

Senador CIRO NOGUEIRA
Líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista

Recebido em 20/04/18
Hora: 11:20

Cleiton Alves Camargo
Matricula: 106050 SLSF/SGM



Mensagens do Presidente da República





SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 25, DE 2018

(nº 198/2018, na origem)

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o § 1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e art. 6º do Anexo I ao Decreto nº 4.122, de 13 de fevereiro de 2002, o nome do Senhor ADALBERTO TOKARSKI, para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

AUTORIA: Presidência da República

DESPACHO: À Comissão de Serviços de Infraestrutura.



[Página da matéria](#)



Mensagem nº 198

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o § 1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e art. 6º do Anexo I ao Decreto nº 4.122, de 13 de fevereiro de 2002, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor ADALBERTO TOKARSKI, para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ.

Brasília, 17 de abril de 2018.



Aviso nº 180 - C. Civil.

Em 17 de abril de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ADALBERTO TOKARSKI, para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República



Curriculum Vitae

Adalberto Tokarski

Adalberto Tokarski, formado em Engenharia Civil pela Universidade Católica de Goiás, no ano de 1986, tem sua experiência profissional construída pela atuação nos setores privado e público, nas áreas de transporte, logística, construção civil, projetos, planejamento e gestão.

No setor público, atuou em prefeituras, Governo do Distrito Federal, e nos últimos 12 anos no Governo Federal, na ANTAQ, tendo sido durante 5,5 anos gerente, 2 anos superintendente, 2 anos diretor e 2 anos diretor geral.

Como consultor no setor privado, realizou vários estudos sobre logística, multimodalidade, e hidrovias interiores, além de ministrar palestras e cursos no Brasil e exterior.

Pela ANTAQ, atuou como Presidente do Conselho de Autoridade Portuária (CAP) dos portos da Companhia Docas do Pará – CDP, no estado do Pará.

Enquanto Superintendente na ANTAQ, de Navegação Interior, foi o gestor da elaboração do Plano Nacional de Integração Hidroviária – PNIH e do primeiro estudo completo sobre Transporte de Passageiros na Amazônia, assim como da nova regulação da Navegação Interior do Brasil.

Destaca-se a defesa consistente por uma maior utilização das hidrovias no Brasil com emprego da multimodalidade e a busca de uma melhor qualidade para o transporte de passageiros, principalmente na Amazônia, e por estes trabalhos teve reconhecimento público ao receber: o Título da Ordem Rio Branco pelo Itamarati, da Ordem do Mérito Naval pela Marinha do Brasil, Título da Ordem do Mérito do Transporte Brasileiro pela Confederação Nacional do Transporte (CNT), Título de Cidadão Paraense pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará, Honra ao Mérito Portuário pelo SINDOPAR, em 2013; e

No campo institucional e político, atuou em diversas instituições representativas, das quais se destacam;

- ✓ Representante do setor hidroviário nas Câmaras Técnicas do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, de Regulamentação e Análise de Projetos do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, anos de 2004 e 2005;
- ✓ Presidente da Agência de Desenvolvimento do Corredor Centro Norte – APAMARA, de 2002 a 2006;
- ✓ Presidente do Comitê Pró Hidrovias Tocantins Araguaia, de 1998 a 2005;
- ✓ Vice Presidente do Centro Acadêmico de Engenharia Civil, no ano de 1979; e
- ✓ Candidato a Deputado Federal, pelo estado do Mato Grosso, nas eleições do ano de 2002.



Como Diretor-Geral em 2 anos recuperou o orçamento da ANTAQ, que estava em grave situação e em sua gestão foi editada a Norma de Direitos e Deveres dos Usuários - Resolução Normativa nº 18; a aprovação da Norma de Registro, Resolução Normativa nº 13; a primeira Edição do Projeto relacionado a Conscientização da Retirada de Resíduos de Embarcação “Rio Limpo Amazônia Viva”; acordos recíprocos entre FIESP, CNT, CNI e CNA; a implantação do Sistema Contabilidade Regulatória; a criação da Comissão Permanente de Licitação; o projeto da Escola Corporativa da ANTAQ; a *ampliação do Prêmio ANTAQ prestigiando a Inovação, Serviço Adequado e Boas Práticas; a implantação do Sistema de Outorga Eletrônica.*

De longa data contribui com o setor de transportes aquaviários, sempre contribuindo com eventos técnicos da área, inclusive internacionais, entre os quais se destaca sua participação com Palestrante no “XVI Congreso Latinoamericano de Puertos”, com o tema Hidrovia Tocantins-Araguaia, em Rosário - Argentina, em 25 de abril de 2007; e no “Seminário Regional sobre el Transporte en las Hidrovías y la Protección del Medio Ambiente Fluvial y Lacustre Conexo”, com o tema “Hidrovia Tocantins-Araguaia”, na cidade de Manaus, realizado de 31 de março a 04 de abril de 2008.

No período em que serviu a ANTAQ, teve a oportunidade de representá-la em várias missões internacionais, o quê o fez com muita presteza, levando seus conhecimentos para compartilhar.

MISSÕES OFICIAIS

Antwerp/ Zeebrugge/ Brussels – Bélgica, Março de 2007.

New Orleans/ Jackson, Vickisburg/ St. Louis – Mississipe, EUA, Participou como um dos coordenadores, outubro de 2010.

Representante da ANTAQ no acordo da Hidrovia Uruguai Brasil, de livre navegação na Lagoa dos Patos e Mirim, de 2009 até hoje.

Grupo de Trabalho Brasil – Holanda, representou a ANTAQ no grupo que debate ações conjuntas, reuniu-se em Haia na Holanda, maio de 2013 e 2014.





DECLARAÇÃO

(Art. 383, inciso I, alínea "b", do Regimento Interno do Senado Federal)

1. Existência de parentes seus que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional, com a discriminação dos referidos períodos.

Não possuo parentes que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas à minha atividade profissional.

2. Participação, em qualquer tempo, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais com a discriminação dos referidos períodos.

Não participei em tempo algum como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais.

3. Regularidade fiscal, nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Conforme atestam as certidões anexas, não consta em meu nome qualquer pendência relativa a tributos federais, estaduais ou municipais.

4. Existência de ações judiciais nas quais figure como autor ou réu, com indicação atualizada da tramitação processual.

Não figuro como autor ou réu de nenhuma ação judicial.

5. Quanto à sua atuação, nos últimos 5 (cinco) anos, contados retroativamente ao ano em que se deu sua indicação, em juízos ou tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

Nos últimos 5 (cinco) anos, não tive atuação em juízos e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais.

Atuei nos últimos 4 (quatro) anos como Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.


ADALBERTO TOKARSKI



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - NEGATIVA

CERTIDÃO Nº : 130-00.567.547/2018
NOME : ADALBERTO TOKARSKI
ENDEREÇO : SQN 105 BL J APT 302 00000
CIDADE : ASA NORTE
CPF : 219.034.331-34
CNPJ :
CF/DF :
FINALIDADE : JUNTO AO GDF

_____ CERTIFICAMOS QUE _____

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal para o contribuinte acima.

Esta certidão abrange consulta aos débitos exclusivamente no âmbito da Dívida Ativa, não constituindo prova de inexistência de débitos na esfera administrativa.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Obs: Esta certidão não tem validade para licitação, concordata, transferência de propriedade e de direitos relativo a bens imóveis e móveis; e junto a órgãos e entidades da administração pública. Para estas finalidades, solicitar a certidão negativa de débitos.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.

Válida até 17 de Julho de 2018.

Brasília, 18 de Abril de 2018.

Certidão emitida via internet às 15:50:18 e deve ser validada no endereço
www.fazenda.df.gov.br





JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado ESTÁ QUITE com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **ADALBERTO TOKARSKI**

Inscrição: **012312652070**

Zona: 14

Seção: 349

Município: 97012 - BRASÍLIA

UF: DF

Data de Nascimento: 08/09/1960

Domiciliado desde: 14/04/2008

Filiação: ALMERINDA REINERT TOKARSKI

ALBERTO TOKARSKI FILHO

Certidão emitida às 16:59 de 18/04/2018

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **YZMD.U1TP.+ØM2.FPO+**

* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).



**TJDFT**

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (ESPECIAL - AÇÕES CÍVEIS E CRIMINAIS)
1ª e 2ª Instâncias**

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações cíveis e criminais disponíveis até 17/04/2018, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

ADALBERTO TOKARSKI

219.034.331-34

(ALMERINDA REINERT TOKARSKI / ALBERTO TOKARSKI FILHO)

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), informando-se o número do selo digital de segurança impresso.
- c) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- d) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- e) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, Cidadãos, Certidão de Nada Consta, Tipos de Certidão.
- f) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- g) Cumprindo medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

Emitida gratuitamente pela internet em: 18/04/2018

Data da última atualização do banco de dados: 17/04/2018

Selo digital de segurança: **2018.CTD.BG0B.3J9I.KLV2.1CKB.IYJQ**

*** VÁLIDA POR 30(TRINTA) DIAS ***



18/04/2018



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ADALBERTO TOKARSKI
CPF: 219.034.331-34

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 15:35:19 do dia 18/04/2018 <hora e data de Brasília>.

Válida até 15/10/2018.

Código de controle da certidão: **83D2.3101.0BAD.6C6B**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



.: Sistema de Emissão de Certidões Negativas da 1ª Região .:

Página 1 de 1

 imprimir

Nº 925384



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
PROCESSOS ORIGINÁRIOS CIVEIS E CRIMINAIS

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis e Criminais mantidos no **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**, que

N A D A C O N S T A

contra **ADALBERTO TOKARSKI** nem contra o **CPF: 219.034.331-34**.

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação, **excluídos os processos em grau de recurso**. Poderão, também, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (www.trf1.jus.br), informando-se o número de controle acima descrito.

Não foram incluídos na pesquisa os processos do PJe.

Certidão Emitida em: 18/04/2018 às 15:54 (hora e data de Brasília).

Última atualização dos bancos de dados: 18/04/2018, 15h54min.

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A. Praça dos Tribunais Superiores. CEP: 70070-900. Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: secju@trf1.jus.br





DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

CERTIDÃO Nº : 130-00.567.530/2018
NOME : ADALBERTO TOKARSKI
ENDEREÇO : SQN 105 BL J APT 302 00000
CIDADE : ASA NORTE
CPF : 219.034.331-34
CNPJ :
CF/DF :
FINALIDADE : JUNTO AO GDF

_____ CERTIFICAMOS QUE _____

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal, inclusive os relativos à Dívida Ativa, para o contribuinte acima.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.

Válida até 17 de Julho de 2018.

Brasília, 18 de Abril de 2018.

Certidão emitida via internet às 15:49:12 e deve ser validada no endereço
www.fazenda.df.gov.br



DECLARAÇÃO

Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão de serviços de Infraestrutura do Senado Federal.

Para fins do disposto no Art. 383, inciso I, alínea C, do Regimento Interno do Senado Federal, apresento a argumentação a seguir, que demonstra minha experiência profissional e formação técnica adequada a exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ.

Formado em Engenharia Civil pela Universidade Católica de Goiás, no ano de 1986, com experiência profissional construída pela atuação nos setores privado e público, nas áreas de transporte, logística, construção civil, projetos, planejamento e gestão.

No setor público, atuei em prefeituras, Governo do Distrito Federal, e nos últimos 12 anos na ANTAQ, Governo Federal, tendo sido durante 5,5 anos gerente, 2,5 anos superintendente, 2 anos diretor e 2 anos diretor-geral.

Já na ANTAQ, atuei como Presidente do Conselho de Autoridade Portuária (CAP) dos portos da Companhia Docas do Pará – CDP, no estado do Pará, o que na prática trouxe-me o conhecimento do funcionamento de todo o processo portuário.

Enquanto Superintendente na ANTAQ, de Navegação Interior, fui o gestor da elaboração do Plano Nacional de Integração Hidroviária – PNIH e do primeiro estudo completo sobre Transporte de Passageiros na Amazônia, assim como da nova regulação da Navegação Interior do Brasil.

Destaca-se a defesa consistente por uma maior utilização das hidrovias no Brasil com emprego da multimodalidade e a busca de uma melhor qualidade para o transporte de passageiros, principalmente na Amazônia, e por estes trabalhos tive reconhecimento público ao receber: o Título da Ordem Rio Branco pelo Itamarati, da Ordem do Mérito Naval pela Marinha do Brasil, título da Ordem do Mérito do Transporte Brasileiro pela Confederação Nacional do Transporte (CNT), título de Cidadão Paraense pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará, Honra ao Mérito Portuário pelo SINDOPAR.

No campo institucional e político, atuei em diversas instituições representativas, das quais destaca-se ter sido: representante do setor hidroviário nas Câmaras Técnicas do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, de Regulamentação e Análise de Projetos do Conselho Nacional de Recursos Hídricos; Presidente do Comitê Pró Hidrovias Tocantins Araguaia; Vice Presidente do Centro Acadêmico de Engenharia Civil e candidato a Deputado Federal, pelo estado do Mato Grosso, nas eleições do ano de 2002.

Como Diretor-Geral em 2 anos recuperei o orçamento da ANTAQ, que estava em grave situação e em minha gestão foi editada a Norma de Direitos e Deveres dos Usuários - Resolução Normativa nº 18; aprovada a Norma de Registro, Resolução Normativa nº 13; realizada a primeira Edição do Projeto relacionado a Conscientização da Retirada de Resíduos de Embarcação “Rio Limpo Amazônia Viva”; assinados acordos recíprocos entre FIESP, CNT, CNI e CNA; e implantado o Sistema Contabilidade Regulatória; a criação da Comissão Permanente de Licitação; elaboração do projeto da Escola



Corporativa da ANTAQ; a ampliação do Prêmio ANTAQ prestigiando a Inovação, Serviço Adequado e Boas Práticas; e a implantação do Sistema de Outorga Eletrônica.

Assim convicto de que minha formação acadêmica e trajetória profissional me habilitam para desempenhar o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários –ANTAQ, submeto a apreciação desta importante Comissão.

Atenciosamente.



Adalberto Tokarski





SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 24, DE 2018

(nº 205/2018, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei no 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do Senhor ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Oriental do Uruguai.

AUTORIA: Presidência da República

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



[Página da matéria](#)



Mensagem nº 205

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Oriental do Uruguai.

Os méritos do Senhor Antonio José Ferreira Simões que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 19 de abril de 2018.



EM nº 00069/2018 MRE

Brasília, 16 de Abril de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES**, ministro de primeira classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Oriental do Uruguai.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e curriculum vitae de **ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Aloysio Nunes Ferreira Filho



INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES**

CPF.: 548.539.407-82

ID.: 8112 MRE

1960 Filho de Walter Simões e Norma de Jesus Ferreira Simões, nasce em 14 de julho, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1981 CPCD - IRBr
 1985 Direito pela Universidade de Brasília/DF
 1988 CAD - IRBr
 2001 CAE-IRBr - A ALCA no limiar do século XXI: Brasil e EUA na negociação comercial hemisférica

Cargos:

1982 Terceiro-secretário
 1986 Segundo-secretário
 1993 Primeiro-secretário, por merecimento
 1998 Conselheiro, por merecimento
 2003 Ministro de segunda classe, por merecimento
 2007 Ministro de primeira classe, merecimento

Funções:

1983-86 Divisão de Política Comercial, assistente
 1986-90 Delegação do Brasil em Genebra, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário
 1989 Reunião Informal de países em desenvolvimento sobre temas agrícolas (UNCTAD), Cairo, Chefe da delegação
 1990-93 Embaixada em Santiago, Segundo-Secretário
 1990 Reunião Informal de países em desenvolvimento sobre temas agrícolas (UNCTAD), Santiago, Chefe da delegação
 1993 Departamento de Organismos Internacionais, assessor
 1993-95 Subsecretaria-Geral de Planejamento Político, assessor
 1995 Secretaria de Imprensa do Gabinete do Ministro, assessor
 1995-99 Missão junto à ONU, Nova York, Primeiro Secretário
 1999-2001 Núcleo de Coordenação da ALCA, Chefe
 1999 II Reunião reconvocada do Comitê de Negociações Comerciais da ALCA, Miami, Chefe da delegação
 1999 III Reunião do Comitê de Negociações Comerciais da ALCA, Cochabamba, Chefe da delegação
 2000 Comitê Intergovernamental da Sociedade Civil da ALCA, Panamá, Chefe da delegação
 2001 Comitê de Assuntos Institucionais da ALCA, Panamá, Chefe da delegação
 2001-03 Coordenação-Geral para as Negociações da Área de Livre Comércio das Américas, Coordenador-Adjunto e Coordenador-Geral
 2003-05 Gabinete do Ministro de Estado, assessor
 2005-06 Secretário de Planejamento Diplomático, Chefe
 2006-08 Departamento de Energia, Diretor
 2007 I Reunião do Foro Internacional de Biocombustíveis, Chefe da delegação
 2008-10 Embaixada em Caracas, Embaixador
 2009-11 LXXVIII a LXXXV Reuniões Ordinárias do Grupo Mercado Comum, Assunção, Brasília,



	Buenos Aires e Montevideu, Chefe da delegação
2010-	Subsecretaria-Geral da América do Sul, Central e do Caribe, Subsecretário-Geral
2010-15	Coordenador Nacional do Mercosul, da UNASUL, da CALC, do Grupo do Rio e da CELAC
2010-13	Representante do Ministério das Relações Exteriores junto à ITAIPU Binacional
2010	Reunião de Altos Funcionários e Reunião de Chanceleres da Cúpula da Unidade da América Latina e do Caribe, Cancun, Chefe da delegação
2010	Representante do Brasil na Comissão Interina de Reconstrução do Haiti
2011	Debate Aberto de Alto Nível do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a situação no Haiti, Nova York, Chefe de Delegação
2011	Reuniões de Coordenadores Nacionais da CELAC, Chefe de Delegação. (2011-2015)
2013	Representante do Ministério das Relações Exteriores no Encontro Nacional de Comércio Exterior - ENAEX 2013. Rio de Janeiro.
2013	Reunião do Conselho de Ministras e Ministros de Relações Exteriores da UNASUL, Paramaribo, Chefe de Delegação.
2014	Reunião do Conselho de Ministras e Ministros de Relações Exteriores da UNASUL, Puerto Ayora, Chefe de Delegação.
2014	Reunião de Alto Nível sobre Prioridades e Estratégias da UNASUL, Rio de Janeiro, Chefe de Delegação.
2014	Reunião de Consultas Políticas Brasil-Chile, Brasília, Chefe de Delegação.
2014	Reunião de Alto Nível sobre Visão Estratégia da UNASUL, Santa Cruz de la Sierra, Chefe de Delegação.
2014	Reunião do Conselho de Ministras e Ministros de Relações Exteriores da UNASUL, Guayaquil, Chefe de Delegação.
2015	Reunião de Ministras e Ministros de Relações Exteriores da CELAC, São José da Costa Rica, Chefe de Delegação.
2015	Embaixada em Madri, Embaixador.

Condecorações:

1998	Ordem ao Mérito das Forças Armadas, Oficial
2001	Medalha do Pacificador, Brasil
2003	Ordem ao Mérito Aeronáutico, Brasil, Comendador
2010	Ordem Francisco de Miranda, Generalíssimo
2011	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
2015	Ordem Bernardo O'Higgins, Chile, Grã Cruz

Publicações:

2001	O Brasil e a ALCA no limiar do novo milênio - Algumas reflexões, Carta Internacional, São Paulo
2002	A ALCA no limiar do século XXI, INTAL, Buenos Aires
2003	Alca: riscos e oportunidades, Editora Manole, São Paulo
2007	"Biofuels will help fight hunger", International Herald Tribune, Nova York
2011	"Integração: sonho e realidade na América do Sul", FUNAG, Brasília
2012	"Eu sou da América do Sul", FUNAG, Brasília.

ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

URUGUAI



INFORMAÇÃO OSTENSIVA Abril de 2018



DADOS BÁSICOS SOBRE O URUGUAI	
NOME OFICIAL:	República Oriental do Uruguai
GENTÍLICO:	Uruguaio
CAPITAL:	Montevideu (Montevideo)
ÁREA:	176.220 km ²
POPULAÇÃO:	3,44 milhões
LÍNGUA OFICIAL:	Espanhol
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Catolicismo (41%); sem religião (38%); Protestantismo (9%).
SISTEMA DE GOVERNO:	República Presidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Assembleia Geral (Asamblea General); Parlamento bicameral, composto pela Câmara dos Senadores, com 30 membros, e pela Câmara dos Representantes, com 99 membros, ambos eleitos para mandatos de 5 anos.
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:	Presidente Tabaré Ramón Vázquez Rosas (desde 1º de março de 2015)
CHANCELER:	Rodolfo Nin Novoa (desde 1º de março de 2015)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2017):	US\$ 60,27 bilhões (2017)
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2017):	US\$ 78,41 bilhões (2017)
PIB <i>PER CAPITA</i> (2017)	US\$ 17.252 (2017)
PIB PPP <i>PER CAPITA</i> (2017)	US\$ 22.245 (2017)
VARIAÇÃO DO PIB	3,5% (2017); 1,4% (2016); 0,4% (2015); 3,2% (2014)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2016):	0,795 (54ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2016):	77,4 anos
ALFABETIZAÇÃO (2016):	98,93%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (Fevereiro de 2018):	9,31% (Instituto Nacional de Estatística - Uruguai)
UNIDADE MONETÁRIA:	Peso
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Embaixador Gustavo Vanerio
BRASILEIROS NO PAÍS:	Há registro de 11.518 brasileiros residentes no Uruguai

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-URUGUAI (fonte: MDIC)									
Brasil → Uruguai	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Intercâmbio	1.146	944	1.347	2.075	2.600	3.928	3.838	3.943	3.672
Exportações	643	406	853	1.288	1.360	2.175	2.071	2.727	2.348
Importações	503	538	494	786	1.240	1.754	1.767	1.217	1.324
Saldo	140	-132	359	502	120	421	304	1.510	1.024



APRESENTAÇÃO

Entre 1821 e 1825, o Uruguai foi uma província do Brasil, com o nome de Cisplatina. Em agosto de 1825, a Província proclamou sua independência do Império do Brasil e declarou-se parte das chamadas Províncias Unidas do Rio da Prata (futura Argentina). A independência do Uruguai foi alcançada em 1828, com o fim da chamada Guerra da Cisplatina, que opôs as Províncias Unidas e o Império do Brasil. A Convenção Preliminar de Paz estabeleceu a criação de um Estado no Prata com o nome de República Oriental do Uruguai.

Atualmente, o território da República Oriental do Uruguai limita-se a nordeste com o Brasil (Estado do Rio Grande do Sul) e a oeste com a Argentina (províncias de Entre Ríos e Corrientes). O litoral sudeste do país é banhado pelo Oceano Atlântico e o litoral sul, pelo Rio da Prata. Com uma superfície terrestre de 176.220 km², o Uruguai exerce também sua soberania sobre 136.935 km² de águas marinhas, fluviais e lacustres. É o segundo menor país em território da América do Sul, após o Suriname.

Grande parte de sua área, localizada no Pampa, caracteriza-se por relevo suave e ondulado, de baixa altitude, conhecido como “cuchillas”. A terra é ocupada na sua maior parte por pradarias, adequadas para a criação de rebanhos bovinos e ovinos. As pastagens constituem 75% do território uruguaio. O ponto mais elevado do país é o Cerro Catedral, com 514 m de altitude. Ao sul do país, situa-se o rio da Prata, onde está localizado o Porto de Montevideu. O rio da Prata é o estuário formado pelo rio Uruguai, que constitui a fronteira ocidental do país, e pelo rio Paraná, formador da mesopotâmia argentina. O Uruguai compartilha com o Brasil parte da Lagoa Mirim, nos termos do Tratado de 1909, por meio do qual o Brasil cedeu ao país vizinho parte dos direitos de soberania sobre a Lagoa e sobre o rio Jaguarão.

O clima é temperado, as chuvas são abundantes e espalham-se uniformemente ao longo do ano, com maior incidência no mês de abril, cuja média de precipitação pluvial é de 66 mm. A temperatura média anual varia dos 16°C, em Montevideu, aos 19,5°C, em Salto e Artigas.

A população uruguaia é, fundamentalmente, de origem européia (88%), seguida por mestiços (8%) e afro-uruguaio (4%). As sucessivas ondas migratórias que chegaram ao país foram compostas principalmente por espanhóis, seguidos de italianos, bem como de um expressivo número de franceses, alemães, portugueses, britânicos, suíços, russos e poloneses. A população de origem asiática é escassa. A



partir da segunda metade do século XX, o Uruguai começou a se consolidar como um país de emigração, seja por motivos políticos, seja por razões econômicas. A emigração se dá, principalmente, em direção à Europa, Argentina e Estados Unidos. Na Europa, o principal destino dos uruguaaios é a Espanha e, em menor medida, Itália, França e Alemanha.

O Uruguai se destaca por ser o país com a maior população idosa na região, tendo 17,7% de seus habitantes mais de 60 anos (dados de 2008). As baixas taxas de fecundidade podem ser explicadas, em parte, pelo aumento da expectativa de vida, que atinge os 76 anos (72,4 para os homens e 79,7 para as mulheres). A taxa da urbanização é alta e chega a 96,1% da população.

O Uruguai é um país eminentemente laico. Apesar da maioria católica, apenas 4% da população frequenta regularmente as igrejas. Cerca de 40% da população não pratica a religião. Há, ainda, uma minoria judaica em Montevideu, bem como diversas igrejas evangélicas. A importante comunidade armênia de Montevideu está em geral vinculada à Igreja Apostólica Armênia. Cultos afrobrasileiros são também praticados no país.

PERFIS BIOGRÁFICOS

**TABARÉ RAMÓN
VÁZQUEZ ROSAS**

Presidente da República Oriental do Uruguai



Tabaré Vázquez nasceu em Montevideu, em 17 de janeiro de 1940. Graduou-se pela Faculdade de Medicina da Universidade da República em 1969, especializando-se em oncologia e radioterapia.

Em 1989, foi eleito Intendente (Prefeito) de Montevideu pela Frente Ampla. Candidato a Presidente da República em 1994, obteve 30,6% dos votos. Nas eleições presidenciais de 1999, venceu o primeiro turno com 40,11% dos votos, mas



foi derrotado no segundo pelo colorado Jorge Batlle. Em 31 de outubro de 2004, foi eleito Presidente da República, no primeiro turno, pela coalizão Encontro Progressista – Frente Ampla – Nova Maioria, tendo cumprido mandato até março de 2010.

Foi novamente eleito Presidente em 30 de novembro de 2014, com a maior votação histórica da Frente Ampla (53,6% dos votos contra 41,1% de seu oponente Luis Lacalle Pou, do Partido Nacional). Tomou posse em 1º de março de 2015, com mandato até 1º de março de 2020.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Uruguai figura entre os principais parceiros do Brasil na América do Sul. O estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países remonta à assinatura, em 1828, da Convenção de Paz que formalizou a independência do país. No início do século XX, a amizade entre os dois países foi reforçada pela iniciativa do Barão do Rio Branco de negociar novo tratado de limites, firmado no Rio de Janeiro, que estabeleceu com o Uruguai um condomínio sobre o rio Jaguarão e a Lagoa Mirim.

A tradição histórica dos vínculos políticos e humanos entre os dois países permite um grau elevado de confiança mútua, que baliza todos os aspectos da relação bilateral. A cooperação entre Brasil e Uruguai é abrangente, perpassando os campos político, econômico, tecnológico, cultural e social. O processo de integração entre Brasil e Uruguai contribui para o desenvolvimento socioeconômico dos dois países e fortalece suas posições nos cenários regional e global, constituindo prioridade para a política externa brasileira.

Ao longo dos últimos anos, Brasil e Uruguai têm promovido intenso processo de aprofundamento e ampliação do relacionamento bilateral, sintetizado no conceito de “novo paradigma” das relações entre os dois países. O "novo paradigma" busca catalisar projetos bilaterais estratégicos, que beneficiem de maneira concreta as duas populações.

Em 2012, ambos os países decidiram elevar a novo patamar a parceria bilateral, por meio de Comunicado Conjunto presidencial que deu origem ao Grupo de Alto Nível Brasil-Uruguai (GAN). O GAN é o foro responsável por coordenar a implementação dos projetos bilaterais prioritários, com vistas a promover "integração profunda e abrangente" entre Brasil e Uruguai. O mecanismo gerencia projetos estratégicos em áreas como facilitação de comércio, integração produtiva,



infraestrutura e circulação de pessoas.

Durante as Reuniões Plenárias do GAN, sob a coordenação dos Chanceleres dos dois países, foram assinados acordos nas áreas de: a) livre circulação de pessoas (Acordo de Residência Permanente); b) livre circulação de bens e serviços (regulamentação de procedimentos de facilitação do comércio bilateral); c) integração produtiva (Acordo Naval); d) Acordo sobre a Simplificação de Legalizações em Documentos Públicos; e) integração previdenciária (Memorando de Entendimento para futura integração dos registros previdenciários).

Outro mecanismo importante da relação bilateral é a Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço Brasil e Uruguai, instituída em abril de 2002, com o propósito da "promoção do desenvolvimento integrado da faixa de fronteira comum". Coordenada pelos Vice-Chanceleres dos dois países, a Reunião de Alto Nível da Nova Agenda é o mais alto mecanismo dedicado especificamente ao tratamento dos assuntos de fronteira.

Entre os Acordos bilaterais que tiveram origem em discussões no âmbito da Nova Agenda, encontram-se os seguintes: (i) Acordo para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Uruguaios; (ii) Ajuste Complementar para a Prestação de Serviços de Saúde; (iii) Ajuste Complementar para a Prestação de Serviços de Emergência e Cooperação em Defesa Civil; (iv) Acordo sobre Transporte Fluvial e Lacustre na Hidrovia Uruguai-Brasil; e (v) Acordo sobre Cooperação Policial em matéria de Investigação, Prevenção e Controle de Fatos Delituosos.

É significativa a convergência entre as posições dos dois países nos planos regional e multilateral. O Brasil apoiou, desde o início, a candidatura do ex-Chanceler Luis Almagro a Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA). O Uruguai tem dado apoio a diversas candidaturas brasileiras em organismos internacionais, bem como à incorporação do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Em 2017, os chanceleres mantiveram dois encontros. Em 29 de março, o Chanceler uruguaio avistou-se com o Ministro Aloysio Nunes, realizando a primeira visita de autoridade uruguaia de nível ministerial a Brasília desde a assunção do Presidente Temer. Em 5 de agosto e em 10 de novembro, os dois chanceleres voltaram a encontrar-se, respectivamente em São Paulo e em Brasília.

CRONOLOGIA DE VISITAS OFICIAIS RECENTES

2017



21/12/2017 - Visita ao Brasil do Presidente Tabaré Vázquez, por ocasião da LI Cúpula do Mercosul.

20-21/12/2017- Visita ao Brasil do Chanceler Rodolfo Nin Novoa, por ocasião da LI Cúpula do Mercosul.

10/11/2017 - Visita ao Brasil do Chanceler Rodolfo Nin Novoa.

5/08/2017 – Visita ao Brasil do Chanceler Rodolfo Nin Novoa, por ocasião da Reunião Extraordinária de Chanceleres do Mercosul, em São Paulo.

29/03/2017 - Visita ao Brasil do Chanceler Rodolfo Nin Novoa

2016

5/07/2016 - Visita do Ministro José Serra a Montevideu, ocasião em que é recebido pelo Presidente Tabaré Vázquez e mantém encontro de trabalho com o Chanceler Rodolfo Nin Novoa

18-19/04/2016 - O Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Sérgio França Danese, conduz, juntamente com seu homólogo uruguaio, Embaixador José Luis Cancela, a X Reunião de Alto Nível da Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço Brasil-Uruguaí, em Brasília

ASSUNTOS CONSULARES

A rede consular brasileira no Uruguai é composta pelo Consulado-Geral do Brasil em Montevideu, pelo Consulado-Geral do Brasil em Rivera, pelo Consulado do Brasil no Chuy e pelos Vice-Consulados em Rio Branco e em Artigas.

O Itamaraty estima que a comunidade brasileira no Uruguai alcance aproximadamente 11 mil pessoas, das quais cerca de 6 mil estariam concentradas na área de Montevideu.

A rede consular brasileira é especialmente densa na área limítrofe entre os dois países, a fim de atender as demandas específicas dos residentes fronteiriços. Os Postos Consulares da região fronteiriça são responsáveis pela organização local dos Comitês de Fronteira Brasil-Uruguaí, que se reúnem anualmente e visam a tratar dos temas de interesse específico local. Os Comitês de Fronteira Brasil-Uruguaí atualmente existentes são os seguintes: Chuí/Santa Vitória do Palmar/Balneário do Hermenegildo/Barra do Chuí – Chuy/Dezoito de Julho/Barra de Chuy/La Coronilla/Pueblo San Luís; Jaguarão – Rio Branco; Aceguá – Aceguá; Santana do Livramento – Rivera; Quaraí – Artigas; Barra do Quaraí – Bella Unión; Colônia Nova – Villa Isidoro Noblia.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS



O Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (COFIG) registra um empréstimo no valor de US\$ 94.913.723,00, sendo o BNDES o banco financiador. O exportador é a empresa Wind Power Energia S.A. A operação tem por objetivo o aumento da capacidade instalada de geração de energia renovável no Uruguai.

POLÍTICA INTERNA

O Estado uruguaio conta com Governo unitário descentralizado, com estrutura de três Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário.

Os governos departamentais e municipais são democraticamente eleitos. Nos Departamentos e cidades, as Juntas ou Conselhos de edis (vereadores), respectivamente, aprovam unicamente atos administrativos. Os sistemas de educação, saúde, justiça, segurança pública e demais serviços são centralizados.

O Presidente da República é o Chefe de Estado e de Governo. Eleito democraticamente, por voto direto, com mandato de cinco anos, o Presidente pode ocupar novamente a Presidência após cinco anos da cessação do mandato anterior. Havendo exercido um primeiro mandato entre 2005 e 2010, Tabaré Vázquez, da coalizão Frente Ampla, elegeu-se Presidente pela segunda vez em 30 de novembro de 2014, derrotando no segundo turno o candidato do Partido Nacional, Luis Lacalle Pou. O Presidente Tabaré Vázquez tomou posse em 1º de março de 2015 e tem mandato até 1º de março de 2020. Os ministros são nomeados pelo Presidente e formam o Conselho de Ministros.

O Poder Legislativo é exercido pela Assembleia Geral, que é composta pela Câmara de Representantes ("câmara baixa") e pela Câmara de Senadores ("câmara alta"). A Câmara de Representantes tem 99 membros eleitos diretamente pelo povo, para mandatos de cinco anos, em circunscrições departamentais. As eleições ocorrem mediante um sistema de representação proporcional em que se toma em conta o total de votos recebido por cada sigla partidária em todo o país, bem como o número de votantes habilitados em cada Departamento. Dispõe-se, ainda, que cada Departamento receberá um mínimo de dois representantes.

A Câmara de Senadores, por sua vez, é composta por 30 membros, também eleitos diretamente pelo povo, para mandatos de cinco anos, em sistema de representação proporcional integral, em uma única circunscrição eleitoral de âmbito nacional. O Vice-Presidente da República exerce a Presidência da Câmara de Senadores, com direito a voto.



Nas eleições legislativas de 2014, a Frente Ampla obteve 50 das 99 posições da Câmara de Representantes e 16 das 31 posições da Câmara dos Senadores, conquistando maioria em ambas as casas. O Movimento de Participação Popular (MPP), lista mais votada da Frente Ampla, elegeu seis legisladores, incluindo o ex-Presidente José Mujica; a ex-Primeira-Dama, Lucía Topolanski; e o ex-Chanceler Luis Almagro, eleito Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA). O Partido Nacional formou bancada de 32 deputados e 10 senadores. O Partido Colorado elegeu 13 deputados e 4 senadores; e o Partido Independente, três deputados e um senador.

A Suprema Corte de Justiça (SCJ) é o órgão máximo do Poder Judiciário. Julga recursos, em terceira e última instância, e examina a constitucionalidade das leis. A SCJ é integrada por cinco magistrados, com mandato de 10 anos e eleitos pela Assembléia Geral com base em lista encaminhada pelo Presidente da República. Os tribunais uruguaios são independentes em sua função jurisdicional, estando, porém, administrativamente subordinados à SCJ.

POLÍTICA EXTERNA

O Presidente Tabaré Vázquez conferiu ênfase à diplomacia comercial. O Uruguai não deixou de manter Mercosul, Brasil e Argentina no topo da agenda, mas tem buscado maior aproximação com China, Estados Unidos e Aliança do Pacífico, em política de "regionalismo aberto", conforme definiu o Presidente Vázquez em seu discurso de posse.

O Governo uruaio tem atribuído grande importância à integração no âmbito do Mercosul, defendendo a redução das assimetrias intra-bloco. Um ponto de interesse uruaio é a diversificação das parcerias do Mercosul com outros blocos e regiões. O Presidente Tabaré Vázquez tem declarado seu interesse em impulsionar as negociações de Acordo Comercial entre o Mercosul e a União Europeia.

Retomou dinamismo o relacionamento com a Argentina. Os dois países têm desenvolvido iniciativas de interesse comum, como os trabalhos de dragagem do rio Uruguai (canal Martín García). A primeira visita oficial ao exterior do Presidente argentino, Mauricio Macri, em janeiro de 2015, foi ao Uruguai.

O comércio bilateral tem-se destacado como tema predominante nas relações entre Uruguai e China. Atualmente, a China é o principal mercado de origem das importações uruaias e o principal mercado de destino dos produtos do país. Os principais produtos exportados pelo Uruguai para a China são: carne, lã e soja. Os



principais produtos que o Uruguai importa da China são: telefones, inseticidas, computadores, motocicletas, automóveis e autopartes, e aparelhos de ar condicionado.

O Uruguai atuou como membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas no biênio 2016-17. O Brasil beneficiou-se de estreita colaboração com o Uruguai no contexto da presença do país vizinho no Conselho de Segurança, por meio do diálogo entre as missões em Nova York e entre embaixadas e funcionários de alto nível das chancelarias. O Uruguai é tradicional contribuinte de tropas para missões de paz da ONU.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

COMÉRCIO BILATERAL

Em 2017, o comércio bilateral entre Brasil e Uruguai atingiu os seguintes resultados: o fluxo total foi de US\$ 3,6 bilhões; as exportações brasileiras somaram US\$ 2,3 bilhões; e as importações de produtos uruguaios, US\$ 1,3 bilhão. O superávit brasileiro foi de US\$ 1 bilhão.

Os principais produtos de exportação brasileira em 2017 para o Uruguai foram combustíveis, veículos, carne suína e erva-mate, enquanto os itens de importação concentraram-se em malte, produtos lácteos, arroz e plásticos.

Destaca-se a importância dos investimentos brasileiros no Uruguai, particularmente em setores agroexportadores. Capitais brasileiros estão fortemente presentes nas exportações de arroz e no setor de produção e exportação de carne bovina.

ECONOMIA URUGUAIA

A economia uruguaia cresceu 3,5% em 2017. O principal motor desse crescimento foi o impulso da demanda externa e do consumo do setor privado. Em dezembro de 2017, a taxa de inflação anual foi de 6,6%, situando-se dentro da meta fixada pelo governo. Em setembro de 2017, a dívida pública bruta alcançou 65% do PIB, e a líquida, 31%. Na avaliação do governo uruguaio, a relação dívida-PIB mostra-se relativamente baixa, em perspectiva histórica.

De acordo com o relatório mais recente de comércio exterior do Instituto de Promoción de Inversiones y Exportaciones - Uruguay XXI, as exportações de bens do país, sem a inclusão da produção das zonas francas, totalizaram US\$ 7,82 bilhões no acumulado de 2017, montante 10,8% superior ao de 2016. Incluindo o que é



produzido nas zonas francas, o total exportado alcançou US\$ 9,05 bilhões (9,2% superior ao ano anterior). A carne bovina foi o principal produto de exportação do país, com vendas que atingiram US\$ 1,5 bilhão (aumento de 5,5% em relação a 2016). Esse aumento pode ser explicado pelo leve incremento no preço médio do produto (1,5%) e pelo crescimento de 4% do volume exportado. A China foi responsável por 40% das compras, seguida pela União Europeia (25%) e Estados Unidos (13%).

As exportações de celulose totalizaram US\$ 1,3 bilhão (crescimento interanual de 7%), posicionando o produto no segundo lugar da pauta. Ressalte-se que a celulose é processada e exportada integralmente em zonas francas. As exportações de madeira e subprodutos, que em sua maior parte se dirigem às zonas francas para o processamento da celulose, chegaram, no mesmo período, a US\$ 329 milhões, ocupando o sétimo lugar da pauta, com incidência positiva de 43% em relação a 2016.

Como terceiro produto mais vendido figura a soja, que alcançou a cifra de US\$ 1,18 bilhão em 2017, com aumento de 36% em relação a 2016. Mais de 80% da soja uruguaia destina-se à China. Os lácteos tiveram suas exportações incrementadas em 4% em relação a 2016, estabelecendo-se como quarto produto mais vendido pelo Uruguai, acumulando US\$ 591 milhões em vendas durante 2017. Os principais destinos dos lácteos uruguaios no decorrer do ano foram Brasil (39%), que perdeu participação no montante das vendas em relação a 2016 (quando atingiu 61% do total), e Argélia (20%), que aumentou sua participação em relação ao ano anterior (7%). Outros produtos de relevância na pauta de exportações uruguaia foram os concentrados de bebidas, arroz, madeira e subprodutos, couro, produtos farmacêuticos e subprodutos cárnicos.

O relatório mencionou que, em 2017, a exportação de energia elétrica pelo Uruguai foi duplicada, alcançando o montante de US\$ 150 milhões, com o Brasil sendo responsável pela compra de 87% do total.

Os principais destinos de exportação dos produtos uruguaios, sem levar em consideração o que é produzido nas zonas francas, foram China (22%, crescimento de 54% em relação a 2016), Brasil (15,1%, -5,2%), Estados Unidos (5,8%, +3,8%) e Argentina (5,4%, +8,6%). A queda das exportações para o Brasil deve-se, de acordo com o relatório do Uruguay XXI, à redução das vendas de lácteos, trigo e arroz em relação ao ano anterior.

Quanto aos principais fornecedores do Uruguai, a China ocupa o primeiro posto no acumulado anual, com 22,5% das compras, seguida de Brasil (21,5%),



Argentina (14,1%) e Estados Unidos (7,6%). Cabe recordar que o relatório do Uruguay XXI não contabiliza as importações de combustíveis fósseis, que, uma vez consideradas, colocariam o Brasil como principal fornecedor de bens do Uruguai.

Dados do "Instituto Nacional de Estadística" (INE) indicam que 5,2% das famílias uruguaias estavam abaixo da linha de pobreza em 2017, o que representou redução de um por cento em relação a 2016. Houve, igualmente, leve diminuição da concentração da riqueza no país, com redução do índice de Gini de 0,383 para 0,380.

Na revisão anual sobre a economia uruguaia, o FMI elogiou os resultados das políticas locais, que lograram assegurar crescimento de mais de 3%, queda da inflação, taxa de desemprego estabilizada e déficit fiscal em decréscimo progressivo. Por outro lado, a ineficiência de funcionamento do mercado de trabalho foi apontada como importante entrave ao aumento de produtividade.

ANEXOS

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1825	“33 Orientais” tomam Montevideú; proclamam independência em relação ao Império do Brasil
1828	Independência em relação às Províncias Unidas. Criada a República Oriental do Uruguai
1839	Guerra opõe blancos a colorados; vitória colorada de Fructuoso Rivera
1860	Crescimento econômico sustentado, sobretudo pela criação e exportação de gado
1865	Brasil, Argentina e Uruguai formam Tríplice Aliança contra Paraguai (guerra até 1870)
1903	Consolidação da democracia política e da prosperidade econômica (até 1930)
1933	Presidente eleito em 1931, Gabriel Terra dá golpe de Estado e governa até 1938
1942	Presidente eleito Baldomir restabelece os direitos constitucionais
1950	Problemas econômicos; deterioração dos preços dos produtos agropecuários
1958	Após 93 anos de domínio colorado, Partido Blanco assume



	o governo (até 1967)
1960	Forma-se o movimento de guerrilha urbana Tupamaro
1968	Presidente Pacheco Areco declara estado de emergência
1972	Repressão derrota o movimento Tupamaro
1973	Presidente Juan Maria Bordaberry dissolve o Parlamento e suprime as liberdades civis
1980	Governo derrotado em plebiscito para reformar a Constituição; início da abertura política
1984	Em eleições diretas controladas, colorado Julio Maria Sanguinetti escolhido presidente
1989	Lei de Caducidade impede processos judiciais sobre violações de direitos humanos
1991	Uruguai integra o Mercosul
1994	Sanguinetti é reeleito; Partidos Colorado e Nacional se aproximam politicamente
1999	Colorado Jorge Battle derrota o candidato da Frente Ampla, Tabaré Vázquez
2002	Reflexos da crise argentina: queda do PIB (20%), desemprego e acordo com o FMI
2003	Plebiscito rejeita propostas para a privatização das estatais de petróleo e água
2004	Tabaré Vázquez é eleito presidente; Frente Ampla obtém maioria no Parlamento
2005	Construção de fábrica de papel no Rio Uruguai provoca tensão com a Argentina
2009	José Mujica é eleito presidente
2010	Posse de José Mujica
2011	Aprovação de lei que anula a derroga a Lei da Caducidade da Pretensão Punitiva do Estado para crimes de lesa-humanidade cometidos no período de exceção.
2014	Tabaré Vázquez é eleito para novo mandato como presidente da República
2015	Posse de Tabaré Vázquez



CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1828	Assinada, no Rio de Janeiro, Convenção de Paz formalizando a Independência do Uruguai.
1830	Aprovada oficialmente a Constituição Uruguaia, após ratificação por Brasil e Argentina.
1854	O Brasil intervém no Uruguai para apoiar o colorado Venancio Flores.
1857	Assinado, no Rio de Janeiro, Tratado de Comércio e Navegação entre o Brasil e o Uruguai.
1864	Esquadra brasileira é enviada ao Uruguai para exigir reparação aos pecuaristas do Rio Grande do Sul. O governo uruguaio rompe relações diplomáticas e tropas brasileiras invadem o Uruguai.
1865	José Maria da Silva Paranhos assina Acordo de Paz com as facções em luta no Uruguai. Colorados derrotam blancos com o apoio brasileiro, adotando uma política pró-Império. Argentina, Brasil e Uruguai assinam o Tratado da Tríplice Aliança contra o Paraguai.
1889	Reconhecimento pelo Uruguai do regime republicano no Brasil.
1909	Concessão unilateral pelo Brasil do condomínio da Lagoa Mirim e do Rio Jaguarão.
1975	Brasil e Uruguai concluem, em Rivera, Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio.
1991	Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai firmam o Tratado para a constituição do Mercosul.
2004	Acordo para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços.
2005	O Presidente Tabaré Vázquez faz visita de Estado ao Brasil.
2006	Bilateralização do Acordo sobre Residência para Nacionais do Mercosul.
2012	Criação do Grupo de Alto Nível Brasil – Uruguai (GAN).
2013	Primeira Reunião Plenária do Grupo de Alto Nível Brasil – Uruguai (GAN), em 9/7. Aprovação do "Plano de Ação para o Desenvolvimento Sustentável e a Integração Brasil – Uruguai".



2016	X Reunião de Alto Nível da Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço Brasil-Uruguai, em Brasília.
2017	Visita ao Brasil do Chanceler Rodolfo Nin Novoa.

ACORDOS BILATERAIS

Título	Celebração	Entrada em vigor	Publicação
Tratado de Comércio e Navegação	12/10/1851	11/11/1851	Não se Aplica
Tratado de Limites	12/10/1851	11/11/1851	Não se Aplica
Tratado de Aliança	12/10/1851	11/11/1851	Não se Aplica
Tratado Relativo às Fronteiras na Lagoa Mirim e o Rio Jaguarão e o Comércio e a Navegação nessas Paragens	30/10/1909	07/05/1910	15/05/1910
Convênio para a Fixação do Estatuto Jurídico da Fronteira	20/12/1933	20/08/1937	07/08/1937
Convênio para o Fomento do Turismo	20/12/1933	21/07/1937	07/08/1937
Acordo para Permuta de Publicações	20/12/1933	21/07/1937	07/08/1937
Convênio para a Construção da Ponte Internacional Quaraí-Artigas	22/05/1947	15/06/1950	01/08/1950
Tratado de Comércio e Navegação	27/05/1949	28/12/1956	21/03/1957
Convênio Cultural	28/12/1956	14/06/1968	15/07/1968
Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares	28/12/1956	08/02/1972	02/03/1972
Acordo para a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Especiais	22/04/1963	15/05/1963	18/07/1963
Acordo sobre a Definitiva Fixação da Barra do Arroio Chuí e do Limite Lateral Marítimo	21/07/1972	12/06/1975	24/06/1975



Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio	12/06/1975	09/07/1976	03/08/1976
Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica	12/06/1975	09/07/1976	03/08/1976
Convênio sobre Transporte Marítimo	12/06/1975	07/10/1976	26/10/1976
Convênio sobre Transporte Fluvial e Lacustre	12/06/1975	07/09/1976	22/09/1976
Tratado de Cooperação para o Aproveitamento dos Recursos Naturais e o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim (Tratado da Bacia da Lagoa Mirim)	07/07/1977	27/01/1978	23/02/1978
Acordo de Previdência Social	27/01/1978	01/10/1980	15/10/1980
Acordo de Cooperação Sanitária	11/09/1980	23/11/1981	10/12/1981
Convênio Zoossanitário para o Intercâmbio de Animais e de Produtos de Origem Animal	14/08/1985	22/07/1992	30/10/1992
Acordo de Cooperação para o Aproveitamento dos Recursos Naturais e o Desenvolvimento da Bacia do Rio Quaraí	11/03/1991	17/09/1992	25/09/1992
Acordo de Cooperação para a Redução da Demanda, Prevenção do Uso Indevido e Combate à Produção e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas e seus Precursores e Produtos Químicos Imediatos	16/09/1991	07/06/1995	01/09/1995
Acordo sobre Cooperação em Matéria Ambiental	28/12/1992	25/05/1997	03/06/1997



Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa	28/12/1992	09/02/1996	11/04/1996
Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico	11/06/1993	13/08/1995	11/09/1995
Acordo para a Construção de uma Segunda Ponte sobre o Rio Jaguarão, nas Proximidades das Cidades de Jaguarão e Rio Branco, e Recuperação da Atual Ponte Barão de Mauá	21/11/2000	27/06/2003	03/02/2004
Acordo para a Construção de Dique de Contenção no Rio Quaraí	27/12/2000	27/12/2000	09/03/2001
Acordo para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Uruguaios	21/08/2002	14/04/2004	15/06/2004
Acordo sobre Cooperação entre suas Academias Diplomáticas	21/08/2002	28/11/2004	06/11/2005
Acordo sobre Cooperação Policial em Matéria de Investigação, Prevenção e Controle de Fatos Delituosos	14/04/2004	05/10/2008	13/01/2009
Acordo de Cooperação Mútua para Combater o Tráfego de Aeronaves Envolvidas com Atividades Ilícitas Transnacionais	14/09/2004	15/11/2007	14/03/2008



Acordo de Cooperação em Matéria de Comunicação	01/04/2005	18/06/2009	21/12/2015
Acordo para a Criação de Escolas e/ou Institutos Binacionais Fronteiriços Profissionais e/ou Técnicos e para o Credenciamento de Cursos Técnicos Binacionais Fronteiriços	01/04/2005	22/09/2011	20/05/2015
Acordo Quadro de Interconexão Energética	16/03/2006	Não consta	28/02/2007
Acordo para a Construção de uma Segunda Ponte Internacional sobre o Rio Jaguarão, nas Proximidades das Cidades de Jaguarão e Rio Branco	26/02/2007	02/04/2009	04/02/2013
Ajuste Complementar ao Acordo para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Uruguaios, para Prestação de Serviços de Saúde	28/11/2008	16/01/2010	26/07/2010
Acordo de Serviços Aéreos entre o Brasil e o Uruguai	10/03/2009	4/1/2011	Esperando ratificação pelo Governo uruguaio
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai sobre Transporte Fluvial e Lacustre na Hidrovia Uruguai-Brasil	30/07/2010	03/08/2013	26/10/2015

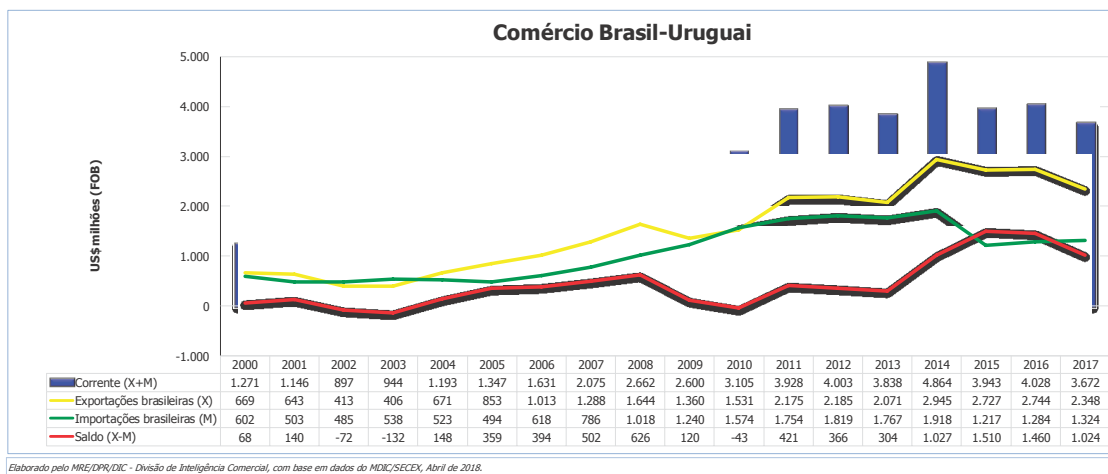


Plano de Ação Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para Fazer Avançar a Cooperação Bilateral na Área de Massificação do Acesso à Internet em Banda Larga e Telecomunicações em Geral (2011 - 2015)	30/05/2011	Aguarda-se ratificação das Partes.	
Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para Intercâmbio de Informações e Cooperação em Segurança Pública	30/05/2011	08/02/2017	19/07/2017
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai para o Intercâmbio de Informações em Matéria Tributária	23/10/2012	Em tramitação no Congresso Nacional	
Acordo, por Troca de Notas, sobre a Simplificação de Legalizações em Documentos Públicos entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai	09/07/2013	06/03/2018	Em processo de promulgação



Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai sobre Residência Permanente com o Objetivo de Alcançar a Livre Circulação de Pessoas	09/07/2013	28/04/2017	07/07/2017
Ajuste Complementar ao Acordo para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Uruguaios para a Prestação de Serviços de Assistência de Emergência e Cooperação em Defesa Civil	07/11/2013	Em tramitação nos Ministérios coautores para envio ao Congresso Nacional	

DADOS ECONÔMICOS COMERCIAIS

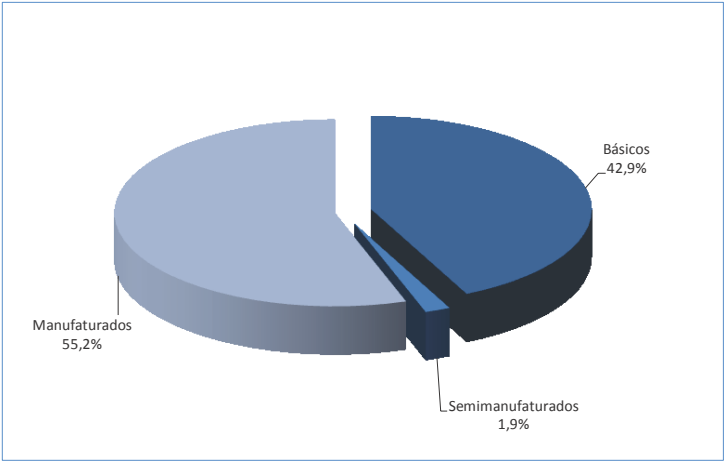


2017 / 2018	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2017 (jan-mar)	687	311	998	376
2018 (jan-mar)	772	270	1.042	501

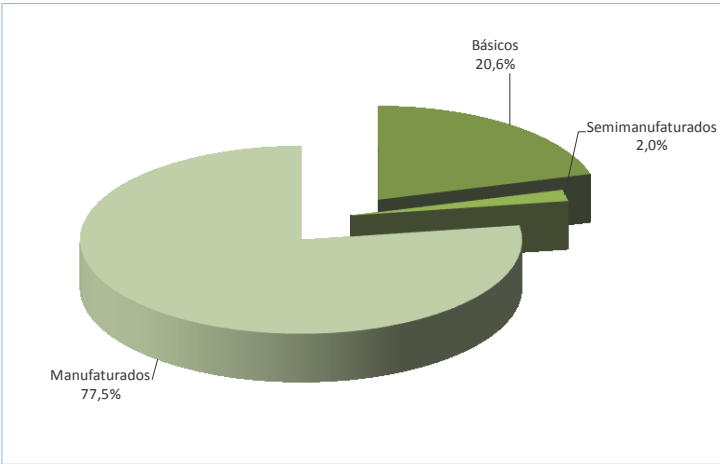


**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017**

Exportações



Importações



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Abril de 2018.

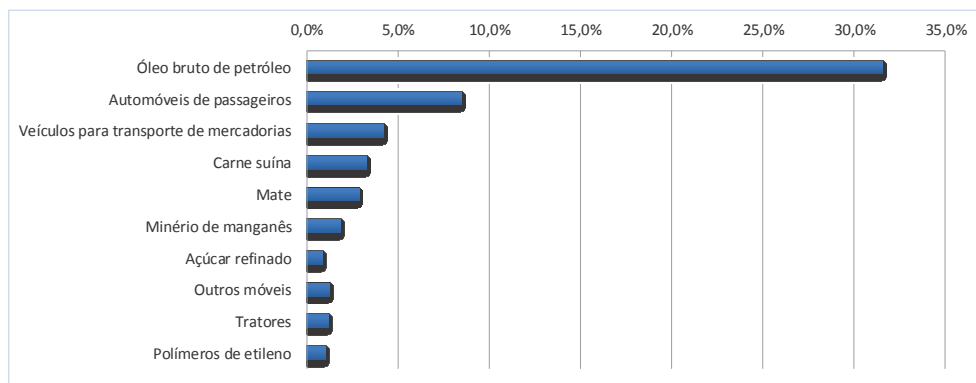


Composição das exportações brasileiras para o Uruguai (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Óleo bruto de petróleo	1.268	46,5%	1.340	48,8%	740	31,5%
Automóveis de passageiros	106	3,9%	126	4,6%	198	8,4%
Veículos para transporte de mercadorias	68	2,5%	61	2,2%	99	4,2%
Carne suína	52	1,9%	61	2,2%	77	3,3%
Mate	87	3,2%	69	2,5%	67	2,9%
Minério de manganês	0	0,0%	0	0,0%	43	1,8%
Açúcar refinado	21	0,8%	20	0,7%	20	0,9%
Outros móveis	27	1,0%	26	0,9%	29	1,2%
Tratores	29	1,1%	14	0,5%	27	1,1%
Polímeros de etileno	32	1,2%	23	0,8%	24	1,0%
Subtotal	1.690	62,0%	1.740	63,4%	1.324	56,4%
Outros	1.037	38,0%	1.004	36,6%	1.024	43,6%
Total	2.727	100,0%	2.744	100,0%	2.348	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

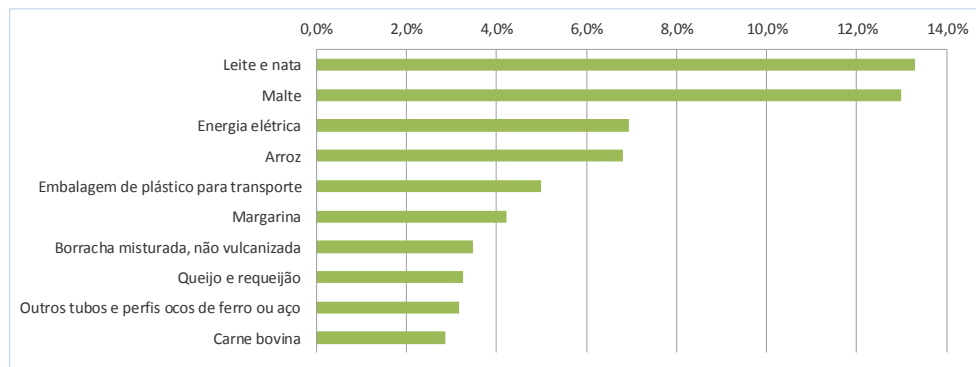


Composição das importações brasileiras originárias do Uruguai (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Leite e nata	141	11,6%	262	20,4%	176	13,3%
Malte	108	8,9%	126	9,8%	172	13,0%
Energia elétrica	0	0,0%	0	0,0%	92	6,9%
Arroz	22	1,8%	97	7,6%	90	6,8%
Embalagem de plástico para transporte	98	8,1%	55	4,3%	66	5,0%
Margarina	58	4,8%	52	4,0%	56	4,2%
Borracha misturada, não vulcanizada	68	5,6%	43	3,3%	46	3,5%
Queijo e requeijão	31	2,5%	59	4,6%	43	3,2%
Outros tubos e perfis ocos de ferro ou aço	38	3,1%	31	2,4%	42	3,2%
Carne bovina	32	2,6%	33	2,6%	38	2,9%
Subtotal	596	49,0%	758	59,0%	821	62,0%
Outros	621	51,0%	526	41,0%	503	38,0%
Total	1.217	100,0%	1.284	100,0%	1.324	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017

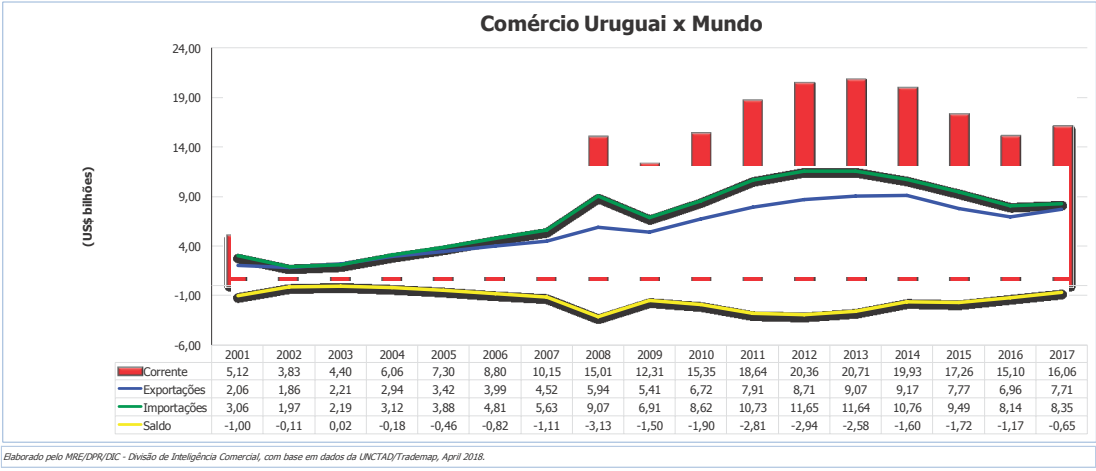


Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 7 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
Exportações					
Óleo bruto de petróleo	332	48,3%	347	45,0%	Óleo bruto de petróleo 45,0%
Automóveis de passageiros	48	7,0%	50	6,5%	Automóveis de passageiros 6,5%
Minério de manganês	0	0,0%	25	3,2%	Minério de manganês 3,2%
Carne suína	15	2,2%	20	2,6%	Carne suína 2,6%
Veículos para transporte de mercadorias	26	3,8%	17	2,2%	Veículos para transporte de mercadorias 2,2%
Mate	14	2,0%	16	2,1%	Mate 2,1%
Óleo refinado de petróleo	3	0,4%	11	1,4%	Óleo refinado de petróleo 1,4%
Máquinas para terraplanagem	4	0,6%	8	1,0%	Máquinas para terraplanagem 1,0%
Carne bovina fresca ou refrigerada	1	0,1%	8	1,0%	Carne bovina fresca ou refrigerada 1,0%
Lã não cardada nem penteada	5	0,7%	7	0,9%	Lã não cardada nem penteada 0,9%
Subtotal	448	65,2%	509	65,9%	
Outros	239	34,8%	263	34,1%	
Total	687	100,0%	772	100,0%	
Importações					
Malte	36	11,6%	26	9,6%	Malte 9,6%
Energia elétrica	0	0,0%	25	9,2%	Energia elétrica 9,2%
Artigos de transporte ou de embalagem (tampas, rolhas, etc)	16	5,1%	18	6,7%	Artigos de transporte ou de embalagem (tampas, rolhas, etc) 6,7%
Veículos para transporte de mercadorias	2	0,6%	16	5,9%	Veículos para transporte de mercadorias 5,9%
Leite e nata	60	19,3%	13	4,8%	Leite e nata 4,8%
Margarina	13	4,2%	13	4,8%	Margarina 4,8%
Carne caprina	9	2,9%	13	4,8%	Carne caprina 4,8%
Borracha misturada, não vulcanizada	14	4,5%	11	4,1%	Borracha misturada, não vulcanizada 4,1%
Automóveis de passageiros	0	0,0%	10	3,7%	Automóveis de passageiros 3,7%
Tubos e perfis ocos, de ferro ou aço	10	3,2%	10	3,7%	Tubos e perfis ocos, de ferro ou aço 3,7%
Subtotal	160	51,4%	155	57,3%	
Outros produtos	151	48,6%	115	42,7%	
Total	311	100,0%	270	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

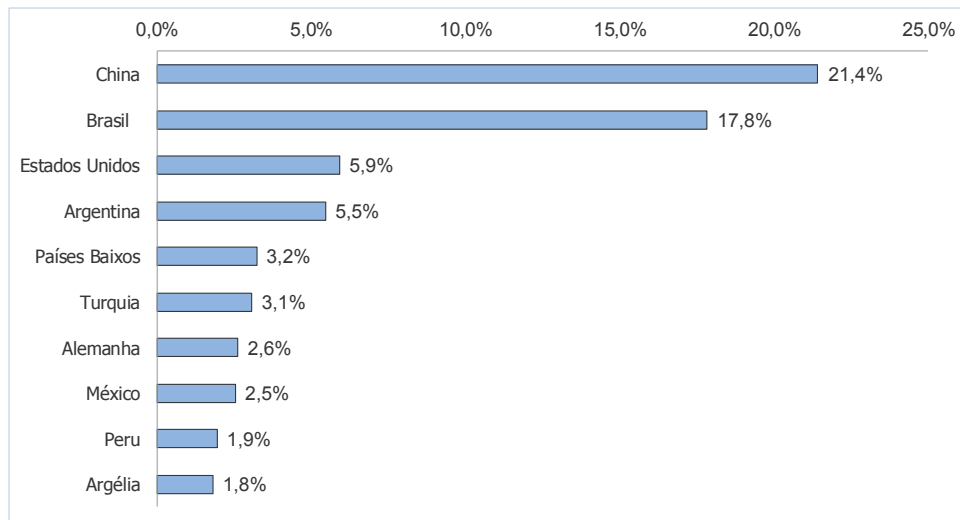




Principais destinos das exportações do Uruguai
US\$ bilhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
China	1,65	21,4%
Brasil	1,38	17,8%
Estados Unidos	0,46	5,9%
Argentina	0,42	5,5%
Países Baixos	0,25	3,2%
Turquia	0,24	3,1%
Alemanha	0,20	2,6%
México	0,20	2,5%
Peru	0,15	1,9%
Argélia	0,14	1,8%
Subtotal	5,08	65,9%
Outros países	2,63	34,1%
Total	7,71	100,0%

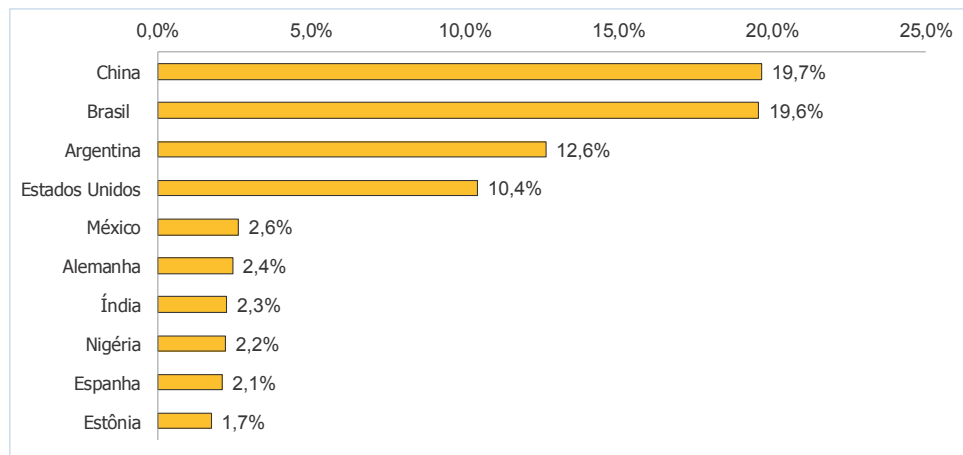
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.



Principais origens das importações do Uruguai
US\$ bilhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
China	1,64	19,7%
Brasil	1,64	19,6%
Argentina	1,06	12,6%
Estados Unidos	0,87	10,4%
México	0,22	2,6%
Alemanha	0,20	2,4%
Índia	0,19	2,3%
Nigéria	0,19	2,2%
Espanha	0,18	2,1%
Estônia	0,15	1,7%
Subtotal	6,32	75,7%
Outros países	2,03	24,3%
Total	8,35	100,0%

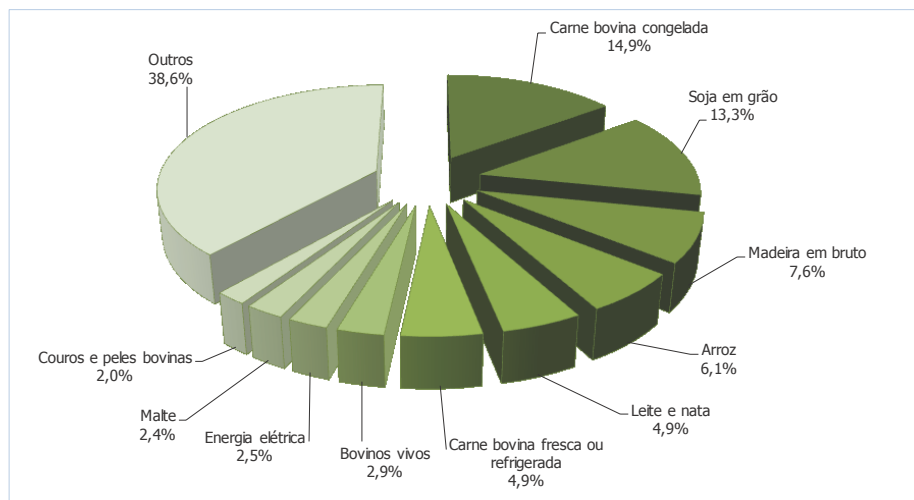
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.



Composição das exportações do Uruguai (SH4)
US\$ bilhões

Grupos de Produtos	2 0 1 7	Part.% no total
Carne bovina congelada	1,15	14,9%
Soja em grão	1,02	13,3%
Madeira em bruto	0,58	7,6%
Arroz	0,47	6,1%
Leite e nata	0,38	4,9%
Carne bovina fresca ou refrigerada	0,38	4,9%
Bovinos vivos	0,22	2,9%
Energia elétrica	0,19	2,5%
Malte	0,18	2,4%
Couros e peles bovinas	0,15	2,0%
Subtotal	4,73	61,4%
Outros	2,97	38,6%
Total	7,71	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.

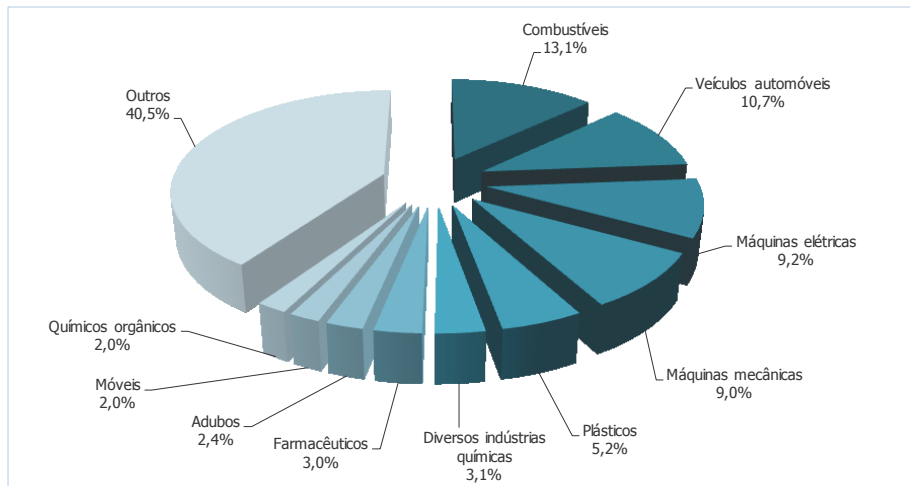


Composição das importações do Uruguai (SH2)
US\$ bilhões

Grupos de produtos	2 0 1 7	Part.% no total
Combustíveis	1,09	13,1%
Veículos automóveis	0,89	10,7%
Máquinas elétricas	0,77	9,2%
Máquinas mecânicas	0,75	9,0%
Plásticos	0,43	5,2%
Diversos indústrias químicas	0,26	3,1%
Farmacêuticos	0,25	3,0%
Adubos	0,20	2,4%
Móveis	0,16	2,0%
Químicos orgânicos	0,16	2,0%
Subtotal	4,97	59,5%
Outros	3,38	40,5%
Total	8,35	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.

10 principais grupos de produtos importados



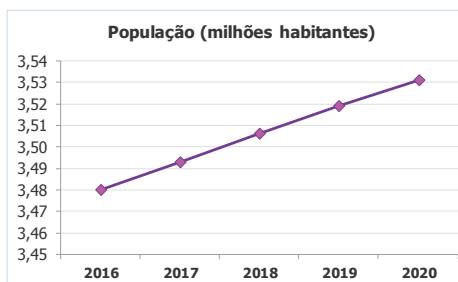
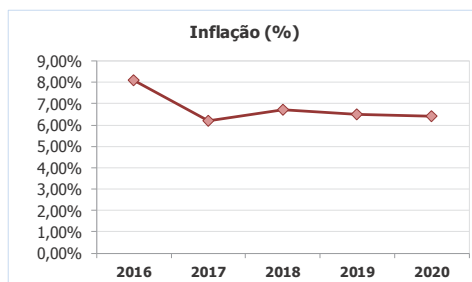
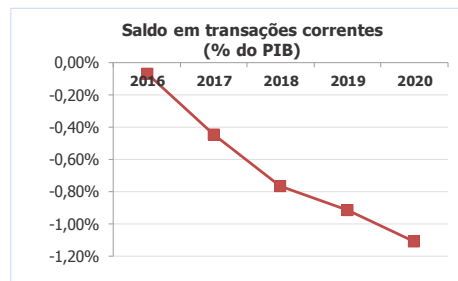
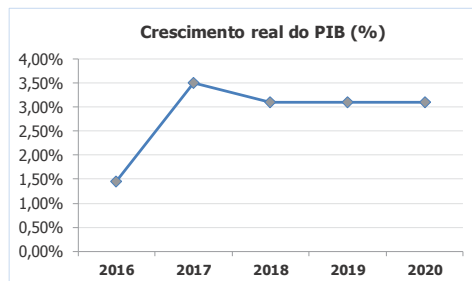
Principais indicadores socioeconômicos do Uruguai

Indicador	2016	2017	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾	2020 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	1,45%	3,50%	3,10%	3,10%	3,10%
PIB nominal (US\$ bilhões)	52,42	60,27	65,82	69,55	73,55
PIB nominal "per capita" (US\$)	15.062	17.252	18.772	19.766	20.829
PIB PPP (US\$ bilhões)	74,46	78,41	82,41	86,77	91,35
PIB PPP "per capita" (US\$)	21.395	22.445	23.504	24.662	25.870
População (milhões habitantes)	3,48	3,49	3,51	3,52	3,53
Desemprego (%)	7,87%	7,34%	7,30%	7,27%	7,19%
Inflação (%) ⁽²⁾	8,10%	6,22%	6,70%	6,50%	6,40%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-0,07%	-0,45%	-0,77%	-0,91%	-1,11%
Dívida externa (US\$ bilhões)	28,60	28,37	29,53	30,55	32,00
Câmbio (Ps / US\$) ⁽²⁾	29,26	28,76	30,74	33,49	34,22
Origem do PIB (2017 Estimativa)					
Agricultura	6,2%				
Indústria	25,0%				
Serviços	68,8%				

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2017, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 1st Quarter 2018 e da cia.gov.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de período.



Aviso nº 189 - C. Civil.

Em 19 de abril de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Oriental do Uruguai.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República



Projetos de Lei do Senado





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 193, DE 2018

Confere ao Município de Lagoa Vermelha, no Estado do Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional do Churrasco.

AUTORIA: Senadora Ana Amélia (PP/RS)

DESPACHO: À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)





PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2018

Confere ao Município de Lagoa Vermelha, no Estado do Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional do Churrasco.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O título de Capital Nacional do Churrasco é conferido ao Município de Lagoa Vermelha, no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A arte do churrasco em Lagoa Vermelha, no Rio Grande do Sul, é tradição que remonta à fundação do município, que, por sua estreita ligação com a pecuária e posição geográfica favorecida, postou-se, desde muito cedo, como rota privilegiada para a condução de rebanho bovino para o Estado de São Paulo.

Segundo Ilvandro Barreto de Melo e Oscar Menna Barreto Grau, autores de “Churrasco de Lagoa Vermelha: a arte, o segredo, o seu tradicional preparo”, a introdução na região, no início do século XX, do gado *Devon*, raça que “ofereceu a sua excepcional conformação de carcaça, carne de primeira qualidade, macia, bem marmorizada [...], de fibra fina, succulenta e sabor especial”, também contribuiu decisivamente para a fama da cidade, fato que, aliado às condições de solo e clima da localidade, bem como ao





SF/18296.54554-38

adequado manejo realizado pelos criadores, qualificou sobremaneira a carne produzida em Lagoa Vermelha.

É preciso, ademais disso, não olvidar a força da tradição, que permitiu, ao longo dos anos, a formação, no lagoense, de aptidões, conhecimentos e habilidades únicos, numa técnica que reúne, segundo os mesmos autores, “lampejos especiais de arte, magia e arquitetura ímpar, capaz de encantar e surpreender as pessoas pelo visual, antes mesmo que sejam provados o sabor e a suculência [do churrasco]”. Com efeito, a “proliferação de carneadores e assadores em todo o município [...], no cruzar das gerações [...], oportunizou um legado homogêneo e semelhante, capaz de criar um conceito unificado, que o identifica e o torna diferente do churrasco de outras regiões do estado e do país”.

Cumpre ainda realçar que a Festa Nacional do Churrasco, de realização bienal (desde 1983), tornou de conhecimento nacional a forma pioneira do lagoense de se expressar por meio dos assados, transformando Lagoa Vermelha na incontestável Capital Nacional do Churrasco. “É gastronomia, arquitetura, arte, cultura, poesia, tradição, ciência, técnica, filosofia, folclore, campeirismo, gauchismo, saber popular, modo de vida e jeito de ser [...], mantendo viva uma tradição centenária e perpetuando e transmitindo os segredos da arte de carrear e assar.”

Tão onipresente é o ofício do churrasco na vida de Lagoa Vermelha que, em 2014, realizou-se na cidade, numa iniciativa conjunta e precursora do Instituto de Desenvolvimento do Alto Uruguai (IDEAU), *campus* Passo Fundo, do Centro de Tradições Gaúchas (CTG) Alexandre Pato (responsável pela realização da Festa Nacional do Churrasco e Comida Campeira) e da Associação Brasileira de Criadores de Devon (ABCDEVON), o curso de extensão universitária “A arte e o segredo no preparo do tradicional churrasco de Lagoa Vermelha. O melhor churrasco do Brasil”.

Ainda que se verifiquem transformações na economia agrícola da região, com campos naturais cedendo espaço às diversas espécies de lavouras, o lagoense tem se esmerado na busca de alternativas tecnológicas





sustentáveis (a exemplo da eliminação das queimadas, do controle de pragas por meio de roçadas, do melhoramento da pastagem, do manejo forrageiro e do aprimoramento racial) e capazes de preservar, com racionalidade e harmonia, os espaços destinados à cultura bovina, de forma a manter a atividade que alçou o município à distinção nacional.

Certamente, hoje, quando se fala em Lagoa Vermelha, a primeira imagem que vem à lembrança é a do churrasco. Por si, esse dado intuitivo já mostra o quanto se trata de elemento cultural e econômico fundamental à região, resumindo parte da história do município. É preciso, no entanto, para além disso, fazer justiça aos esforços empreendidos pela população local na conservação e continuidade da tradição regional, razão pela qual conclamo o apoio de meus ilustres Pares à aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões,

Senadora ANA AMÉLIA





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 194, DE 2018

Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa dos Campos de Altitude associados ou abrangidos pelo bioma Mata Atlântica.

AUTORIA: Senadora Ana Amélia (PP/RS)

DESPACHO: Às Comissões de Agricultura e Reforma Agrária; e de Meio Ambiente, cabendo à última decisão terminativa



[Página da matéria](#)



PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2018

Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa dos Campos de Altitude associados ou abrangidos pelo bioma Mata Atlântica.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

TÍTULO I

DAS DEFINIÇÕES, OBJETIVOS E PRINCÍPIOS DO REGIME JURÍDICO DOS CAMPOS DE ALTITUDE DO BIOMA MATA ATLÂNTICA

Art. 1º A conservação, a proteção, a regeneração e a utilização dos Campos de Altitude associados ou abrangidos pelo bioma Mata Atlântica observarão o que estabelece esta Lei, bem como a legislação ambiental vigente, em especial a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

CAPÍTULO I

DAS DEFINIÇÕES

Art. 2º Para os efeitos desta Lei consideram-se Campos de Altitude as formações vegetais associadas ou abrangidas pela Mata Atlântica, com estrutura herbácea ou herbácea/arbustiva, caracterizadas por comunidades florísticas próprias que ocorrem sob clima tropical, subtropical ou temperado, geralmente nas serras de altitudes elevadas, nos planaltos e nos refúgios vegetacionais, bem como outras pequenas ocorrências de vegetação campestre, que estejam inseridas na delimitação do bioma estabelecida em mapa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.



§ 1º Os Campos de Altitude de ambiente montano estão situados nas seguintes faixas de altitude:

I – de 600 a 2.000 m nas latitudes entre 6º S e 16º S;

II – de 500 a 1.500 m nas latitudes entre 16º S e 24º S;

III- de 400 a 1.000 m nas latitudes acima de 24º S.

§ 2º Os Campos de Altitude de ambiente altomontano estão situados nas altitudes acima dos limites máximos considerados para o ambiente montano, estabelecidos no § 1º.

§ 3º Somente os remanescentes de vegetação nativa de Campos de Altitude no estágio primário e nos estágios secundário inicial, médio e avançado de regeneração terão seu uso e conservação regulados por esta Lei.

Art. 3º Consideram-se para os efeitos desta Lei:

I - pequeno produtor rural: aquele que, residindo na zona rural, detenha a posse de gleba rural não superior a cinquenta hectares, explorando-a mediante o trabalho pessoal e de sua família, admitida a ajuda eventual de terceiros, bem como as posses coletivas de terra considerando-se a fração individual não superior a cinquenta hectares, cuja renda bruta seja proveniente de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturais ou do extrativismo rural em oitenta por cento no mínimo;

II - população tradicional: população vivendo em estreita relação com o ambiente natural, dependendo de seus recursos naturais para a sua reprodução sociocultural, por meio de atividades de baixo impacto ambiental;

III - pousio: prática que prevê a interrupção de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturais do solo por até dez anos para possibilitar a recuperação de sua fertilidade;



IV - prática preservacionista: atividade técnica e cientificamente fundamentada, imprescindível à proteção da integridade da vegetação nativa, tal como controle de fogo, erosão, espécies exóticas e invasoras;

V - exploração sustentável: exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável;

VI - enriquecimento ecológico: atividade técnica e cientificamente fundamentada que vise à recuperação da diversidade biológica em áreas de vegetação nativa, por meio da reintrodução de espécies nativas;

VII - utilidade pública:

a) atividades de segurança nacional e proteção sanitária;

b) as obras essenciais de infraestrutura de interesse nacional destinadas aos serviços públicos de transporte, saneamento e energia, declaradas pelo poder público federal ou dos Estados;

VIII - interesse social:

a) as atividades imprescindíveis à proteção da integridade da vegetação nativa, tais como prevenção, combate e controle do fogo, controle da erosão, erradicação de invasoras e proteção de plantios com espécies nativas, conforme resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA;

b) as atividades de manejo agroflorestal sustentável praticadas na pequena propriedade ou posse rural familiar que não descaracterizem a cobertura vegetal e não prejudiquem a função ambiental da área;

c) as atividades agrossilvipastoris;

d) demais obras, planos, atividades ou projetos definidos em resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente.



SF/18219.75267-83



IX – fragmento florestal: área superior a quinhentos metros quadrados coberta em 60%, no mínimo, por árvores nativas com pelo menos três metros de altura e Diâmetro a Altura do Peito (DAP) maior ou igual a 5 cm.

Art. 4º A definição de vegetação primária e de vegetação secundária nos estágios avançado, médio e inicial de regeneração dos Campos de Altitude associados ou abrangidos pelo bioma Mata Atlântica é de iniciativa do Conselho Nacional do Meio Ambiente.

Art. 5º A vegetação primária ou a vegetação secundária em qualquer estágio de regeneração dos Campos de Altitude associados ou abrangidos pelo bioma Mata Atlântica perdem esta classificação nos casos de incêndio, desmatamento ou qualquer outro tipo de intervenção não autorizada ou não licenciada ocorridos há mais de cinco anos.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS E PRINCÍPIOS DO REGIME JURÍDICO DOS CAMPOS DE ALTITUDE DO BIOMA MATA ATLÂNTICA

Art. 6º A proteção e a utilização dos Campos de Altitude associados ou abrangidos pelo bioma Mata Atlântica têm por objetivo geral o desenvolvimento sustentável e, por objetivos específicos, a salvaguarda da biodiversidade, da saúde humana, dos valores paisagísticos, estéticos e turísticos, do regime hídrico e da estabilidade social.

Parágrafo único. Na proteção e na utilização dos Campos de Altitude associados ou abrangidos pelo bioma Mata Atlântica, serão observados os princípios da função socioambiental da propriedade, da equidade intergeracional, da prevenção, da precaução, do usuário-pagador, da transparência das informações e atos, da gestão democrática, da celeridade procedimental, da gratuidade dos serviços administrativos prestados ao pequeno produtor rural e às populações tradicionais e do respeito ao direito de propriedade.



Art. 7º A proteção e a utilização dos Campos de Altitude associados ou abrangidos pelo bioma Mata Atlântica far-se-ão dentro de condições que assegurem:

I - a manutenção e a recuperação da biodiversidade, vegetação, fauna e regime hídrico dos Campos de Altitude para as presentes e futuras gerações;

II - o estímulo à pesquisa, à difusão de tecnologias de manejo sustentável da vegetação e à formação de uma consciência pública sobre a necessidade de recuperação e manutenção dos ecossistemas;

III - o fomento de atividades públicas e privadas compatíveis com a manutenção do equilíbrio ecológico;

IV - o disciplinamento da ocupação rural e urbana, de forma a harmonizar o crescimento econômico com a manutenção do equilíbrio ecológico.

TÍTULO II

DO REGIME JURÍDICO GERAL DOS CAMPOS DE ALTITUDE DO BIOMA MATA ATLÂNTICA

Art. 8º O corte, a supressão e a exploração da vegetação dos Campos de Altitude associados ou abrangidos pelo bioma Mata Atlântica far-se-ão de maneira diferenciada, conforme se trate de vegetação primária ou secundária, nesta última levando-se em conta o estágio de regeneração.

Art. 9º A exploração eventual, sem propósito comercial direto ou indireto, de espécies da flora nativa, para consumo nas propriedades ou posses das populações tradicionais ou de pequenos produtores rurais, independe de autorização dos órgãos competentes, conforme regulamento.

Parágrafo único. Os órgãos competentes, sem prejuízo do disposto no *caput* deste artigo, deverão assistir as populações tradicionais e os pequenos produtores no manejo e exploração sustentáveis das espécies da flora nativa.



SF/18219.75267-83



Art. 10. Os novos empreendimentos que impliquem o corte ou a supressão de vegetação dos Campos de Altitude associados ou abrangidos pelo bioma Mata Atlântica deverão ser implantados preferencialmente em áreas já substancialmente alteradas ou degradadas.

Art. 11. Na hipótese de obra ou atividade considerada de utilidade pública com alto potencial poluidor e porte excepcional, o órgão competente exigirá a elaboração de Estudo Prévio de Impacto Ambiental, ao qual se dará publicidade, assegurada a participação pública.

Art. 12. Na regulamentação desta Lei, deverão ser adotadas normas e procedimentos especiais, simplificados e céleres, para os casos de reutilização das áreas agrícolas submetidas ao pousio.

Art. 13. Nos Campos de Altitude associados ou abrangidos pelo bioma Mata Atlântica, é livre a coleta de subprodutos florestais tais como frutos, folhas ou sementes, bem como as atividades de uso indireto, desde que não coloquem em risco as espécies da fauna e flora, observando-se as limitações legais específicas e em particular as relativas ao acesso ao patrimônio genético, à proteção e ao acesso ao conhecimento tradicional associado e de biossegurança.

Art. 14. Será admitida a prática agrícola do pousio nas situações onde se fizer necessária.

Art. 15. As áreas de vegetação nativa suprimidas nos Campos de Altitude associados ou abrangidos pelo bioma Mata Atlântica até a data de publicação desta Lei serão passíveis de regularização mediante o devido licenciamento pelo órgão ambiental competente.

Art. 16. Não se admite o cômputo de áreas de Reserva Legal para a compensação de vegetação suprimida.

Parágrafo único. Admite-se o cômputo das Áreas de Preservação Permanente, devidamente preservadas com cobertura de vegetação nativa, para a compensação de vegetação suprimida.



TÍTULO III

DO REGIME JURÍDICO ESPECIAL DOS CAMPOS DE ALTITUDE DO BIOMA MATA ATLÂNTICA

CAPÍTULO I

DA PROTEÇÃO DA VEGETAÇÃO PRIMÁRIA

Art. 17. O corte e a supressão de vegetação primária dos Campos de Altitude associados ou abrangidos pelo bioma Mata Atlântica somente serão autorizados em casos de interesse social, utilidade pública, pesquisas científicas ou práticas preservacionistas, devidamente caracterizados e motivados em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica e locacional ao empreendimento proposto, ressalvado o disposto no art. 26.

§ 1º O corte e a supressão de que tratam o *caput* dependerão de autorização do órgão ambiental competente.

§ 2º São vedados o corte e a supressão de vegetação primária quando:

I - a vegetação:

a) abrigar espécies da flora ameaçadas de extinção, em território nacional ou em âmbito estadual, assim declaradas pela União ou pelos Estados, e a intervenção ou o parcelamento puserem em risco a sobrevivência dessas espécies;

b) exercer a função de proteção de mananciais ou de prevenção e controle de erosão;

c) formar corredores entre remanescentes de vegetação primária ou secundária em estágio avançado de regeneração;



SF/18219.75267-83



d) estiver localizada em unidades de conservação da natureza ou em sua zona de amortecimento; ou

e) possuir excepcional valor paisagístico, reconhecido pelos órgãos executivos competentes do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

II - o proprietário ou posseiro não cumprir os dispositivos da legislação ambiental, em especial as exigências da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, no que respeita às Áreas de Preservação Permanente e à Reserva Legal.

§ 3º Verificada a ocorrência do previsto na alínea “a” do inciso I do § 2º deste artigo, os órgãos competentes do Poder Executivo adotarão as medidas necessárias para proteger as espécies da flora ameaçadas de extinção caso existam fatores que o exijam, ou fomentarão e apoiarão as ações e os proprietários de áreas que estejam mantendo ou sustentando a sobrevivência dessas espécies.

§ 4º Na proposta de declaração de utilidade pública disposta na alínea *b* do inciso VII do art. 3º desta Lei, caberá ao proponente indicar de forma detalhada a alta relevância e o interesse nacional.

Art. 18. O corte ou a supressão de vegetação primária dos Campos de Altitude associados ou abrangidos pelo bioma Mata Atlântica, autorizados por esta Lei, ficam condicionados à compensação, na forma da destinação de área equivalente à extensão da área desmatada, com as mesmas características ecológicas, sempre que possível na mesma bacia hidrográfica, e, nos casos previstos no art. 26 desta Lei, em áreas localizadas no mesmo Município ou região metropolitana.

§ 1º Verificada pelo órgão ambiental a impossibilidade da compensação prevista no *caput* deste artigo, será exigida recuperação com espécies nativas de área equivalente à desmatada, sempre que possível na mesma bacia hidrográfica.

§ 2º A compensação a que se refere este artigo não se aplica aos casos de corte ou supressão ilegais.



SF/18219.75267-83



Art. 19. O corte e a supressão eventuais de vegetação primária dos Campos de Altitude associados ou abrangidos pelo bioma Mata Atlântica, para fins de práticas preservacionistas e de pesquisa científica, será devidamente regulamentado pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente e autorizado pelo órgão competente do Sisnama.

CAPÍTULO II

DA PROTEÇÃO DA VEGETAÇÃO SECUNDÁRIA EM ESTÁGIO AVANÇADO DE REGENERAÇÃO

Art. 20. O corte e a supressão de vegetação secundária em estágio avançado de regeneração dos Campos de Altitude associados ou abrangidos pelo bioma Mata Atlântica somente serão autorizados em casos de interesse social, utilidade pública, pesquisas científicas ou práticas preservacionistas, devidamente caracterizados e motivados em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica e locacional ao empreendimento proposto, ressalvado o disposto no art. 26.

§ 1º O corte e a supressão de que tratam o *caput* dependerão de autorização do órgão ambiental competente.

§ 2º São vedados o corte e a supressão de vegetação secundária em estágio avançado de regeneração quando:

I - a vegetação:

a) abrigar espécies da flora ameaçadas de extinção, em território nacional ou em âmbito estadual, assim declaradas pela União ou pelos Estados, e a intervenção ou o parcelamento puserem em risco a sobrevivência dessas espécies;

b) exercer a função de proteção de mananciais ou de prevenção e controle de erosão;

c) formar corredores entre remanescentes de vegetação primária ou secundária em estágio avançado de regeneração; ou



SF/18219.75267-83



d) estiver localizada em unidades de conservação da natureza ou em sua zona de amortecimento;

II - o proprietário ou posseiro não cumprir os dispositivos da legislação ambiental, em especial as exigências da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, no que respeita às Áreas de Preservação Permanente e à Reserva Legal.

§ 3º Verificada a ocorrência do previsto na alínea “a” do inciso I do § 2º deste artigo, os órgãos competentes do Poder Executivo adotarão as medidas necessárias para proteger as espécies da flora ameaçadas de extinção caso existam fatores que o exijam, ou fomentarão e apoiarão as ações e os proprietários de áreas que estejam mantendo ou sustentando a sobrevivência dessas espécies.

§ 4º Na proposta de declaração de utilidade pública disposta na alínea *b* do inciso VII do art. 3º desta Lei, caberá ao proponente indicar de forma detalhada a alta relevância e o interesse nacional.

Art. 21. O corte ou a supressão de vegetação secundária em estágio avançado de regeneração dos Campos de Altitude associados ou abrangidos pelo bioma Mata Atlântica, autorizados por esta Lei, ficam condicionados à compensação, na forma da destinação de área equivalente a cinquenta por cento da área desmatada, com as mesmas características ecológicas, sempre que possível na mesma bacia hidrográfica, e, nos casos previstos no art. 26 desta Lei, em áreas localizadas no mesmo Município ou região metropolitana.

Parágrafo único. Verificada pelo órgão ambiental a impossibilidade da compensação prevista no *caput* deste artigo, será exigida recuperação com espécies nativas de área equivalente a exigida, sempre que possível na mesma bacia hidrográfica.



CAPÍTULO III

DA PROTEÇÃO DA VEGETAÇÃO SECUNDÁRIA EM ESTÁGIO MÉDIO DE REGENERAÇÃO

Art. 22. O corte e a supressão de vegetação secundária em estágio médio de regeneração dos Campos de Altitude associados ou abrangidos pelo bioma Mata Atlântica somente serão autorizados em casos de interesse social, utilidade pública, pesquisas científicas ou práticas preservacionistas, devidamente caracterizados e motivados em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica e locacional ao empreendimento proposto, ressalvado o disposto no art. 26.

§ 1º O corte e a supressão de que tratam o *caput* dependerão de autorização do órgão ambiental competente.

§ 2º São vedados o corte e a supressão de vegetação secundária em estágio médio de regeneração quando:

I - a vegetação:

a) exercer a função de proteção de mananciais ou de prevenção e controle de erosão; ou

b) formar corredores entre remanescentes de vegetação primária ou secundária em estágio avançado de regeneração;

II - o proprietário ou posseiro não cumprir os dispositivos da legislação ambiental, em especial as exigências da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, no que respeita às Áreas de Preservação Permanente e à Reserva Legal.

§ 3º Na proposta de declaração de utilidade pública disposta na alínea *b* do inciso VII do art. 3º desta Lei, caberá ao proponente indicar de forma detalhada a alta relevância e o interesse nacional.



SF/18219.75267-83



Art. 23. O corte ou a supressão de vegetação secundária em estágio médio de regeneração dos Campos de Altitude associados ou abrangidos pelo bioma Mata Atlântica, autorizados por esta Lei, ficam condicionados à compensação, na forma da destinação de área equivalente a dez por cento da área desmatada, com as mesmas características ecológicas, sempre que possível na mesma bacia hidrográfica, e, nos casos previstos no art. 26 desta Lei, em áreas localizadas no mesmo Município ou região metropolitana.

Parágrafo único. Verificada pelo órgão ambiental a impossibilidade da compensação prevista no *caput* deste artigo, será exigida recuperação com espécies nativas de área equivalente a exigida, sempre que possível na mesma bacia hidrográfica.

CAPÍTULO IV

DA PROTEÇÃO DA VEGETAÇÃO SECUNDÁRIA EM ESTÁGIO INICIAL DE REGENERAÇÃO

Art. 24. O corte, a supressão e a exploração da vegetação secundária em estágio inicial de regeneração dos Campos de Altitude associados ou abrangidos pelo bioma Mata Atlântica serão autorizados pelo órgão ambiental competente.

CAPÍTULO V

DA PROTEÇÃO DA VEGETAÇÃO ARBÓREA LOCALIZADA NOS CAMPOS DE ALTITUDE DO BIOMA MATA ATLÂNTICA

Art. 25. O corte, a supressão e o manejo de árvores nativas que não formem um fragmento florestal serão autorizados pelo órgão ambiental competente e compensados nos termos desta Lei.

Parágrafo único. Nas áreas consideradas como fragmentos florestais aplicam-se as disposições da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e da Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, independentemente de sua localização.



SF/18219.75267-83



CAPÍTULO VI

DA PROTEÇÃO DOS CAMPOS DE ALTITUDE DO BIOMA MATA ATLÂNTICA NAS ÁREAS URBANAS E REGIÕES METROPOLITANAS

Art. 26. A supressão de vegetação nativa dos Campos de Altitude associados ou abrangidos pelo bioma Mata Atlântica, para fins de loteamento ou edificação, nas regiões metropolitanas e áreas urbanas consideradas como tal em lei específica, fica condicionada ao atendimento de cinquenta por cento da compensação estabelecida nos arts. 18, 21 e 23 desta Lei.

TÍTULO IV

DAS PENALIDADES

Art. 27. A ação ou omissão das pessoas físicas ou jurídicas que importem inobservância aos preceitos desta Lei e a seus regulamentos ou resultem em dano à flora, à fauna e aos demais atributos naturais sujeitam os infratores às sanções previstas em lei, em especial as dispostas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e seus decretos regulamentadores.

TÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 28. O art. 2º da Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 2º** Para os efeitos desta Lei, consideram-se integrantes do Bioma Mata Atlântica as seguintes formações florestais nativas e ecossistemas associados, com as respectivas delimitações estabelecidas em mapa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, conforme regulamento: Floresta Ombrófila Densa; Floresta Ombrófila Mista, também denominada de Mata de Araucárias; Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Estacional Semidecidual; e Floresta Estacional Decidual, bem como os manguezais, as vegetações de restingas, brejos interioranos e encaves florestais do Nordeste.

.....” (NR)



Art. 29. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Os Campos de Altitude, atualmente considerados pela legislação como ecossistemas associados ao bioma Mata Atlântica, são formações naturais propícias ao desenvolvimento de atividades agrossilvipastoris, em especial na região Sul do País. Há séculos essas formações são ocupadas e exploradas por agricultores e pecuaristas como forma de garantir o sustento de suas famílias, ao mesmo tempo em que prestam significativa contribuição para a produção de alimentos.

A exploração tradicional desenvolvida nos Campos de Altitude tem garantido o desenvolvimento sustentável das regiões em que ocorre, pois mantém boa parte dos atributos naturais desses ecossistemas, sem que se observem grandes degradações. A criação extensiva de gado, por exemplo, evita o adensamento das árvores e ajuda a manter estável a estrutura e a diversidade da vegetação campestre.

Com a publicação da Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006 (Lei da Mata Atlântica), os Campos de Altitude passaram a um regime jurídico muito mais restritivo do que o do Código Florestal (Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012). A Lei da Mata Atlântica trata os Campos de Altitude, a nosso ver equivocadamente, com os mesmos rigores das formações florestais daquele bioma. Como consequência, os produtores rurais proprietários de terra nos chamados “Campos de Cima da Serra”, estão praticamente inviabilizados na utilização de suas propriedades. Extensas porções de terras não podem produzir, e agricultores que plantam ou criam animais nessas áreas por pura necessidade de sobrevivência, acabam sendo autuados e tratados como criminosos. Calcula-se um passivo de mais de dez milhões de reais em multas aplicadas apenas nos Campos de Altitude do Rio Grande do Sul.



É preciso promover uma flexibilização da legislação que mantenha a proteção dos Campos de Altitude, mas que, ao mesmo tempo, permita ao produtor rural desenvolver suas atividades sem que esteja sujeito a multas, embargos, processos e aborrecimentos de toda ordem. Essa alteração legislativa é fundamental para que a produção agrícola das regiões de Campos de Altitude não seja completamente anulada.

Nesse sentido, apresentamos a presente proposição que retira os Campos de Altitude da incidência da Lei da Mata Atlântica, mas que, em contrapartida, estabelece um marco regulatório para esses ecossistemas que concilia produção e conservação ambiental.

Dada a importância da matéria para o desenvolvimento sustentável da agricultura brasileira, esperamos contar com a colaboração dos nobres parlamentares para aprovação desta relevante proposição.

Sala das Sessões,

Senadora ANA AMÉLIA



SF/18219.75267-83



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 9.605, de 12 de Fevereiro de 1998 - Lei dos Crimes Ambientais; Lei da Natureza; Lei dos Crimes contra o Meio Ambiente - 9605/98
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1998;9605>
- Lei nº 11.428, de 22 de Dezembro de 2006 - Lei da Mata Atlântica - 11428/06
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2006;11428>
 - artigo 2º
- Lei nº 12.651, de 25 de Maio de 2012 - Código Florestal (2012) - 12651/12
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2012;12651>



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PP - Roberto Muniz* (S)
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Eduardo Lopes* (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PODE - Romário**

Maranhão

Maioria-PMDB - Edison Lobão*
Maioria-PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSDB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
Maioria-PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Armando Monteiro*
Bloco-PT - Humberto Costa*
Maioria-PMDB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Maioria-PMDB - Airtton Sandoval* (S)
Maioria-PMDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Maioria-PMDB - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-DEM - Wilder Moraes* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Cidinho Santos* (S)
Bloco-PODE - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PSD - Lasier Martins**

Ceará

Maioria-PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
Bloco-PSD - Raimundo Lira* (S)
Maioria-PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSDB - Ricardo Ferraço*
Maioria-PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PODE - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
Maioria-PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTC - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSDB - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

Maioria-PMDB - Eduardo Braga*
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
Maioria-PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PODE - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PRB - Pedro Chaves* (S)
Maioria-PMDB - Waldemir Moka*
Maioria-PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
Maioria-PROS - Hélio José* (S)
-S/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
Bloco-PDT - Kátia Abreu**

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PDT - Ângela Portela*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PTB - Telmário Mota**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco da Maioria - 40 PMDB-19 / PROS-1

Airton Sandoval.	PMDB / SP
Dário Berger.	PMDB / SC
Edison Lobão.	PMDB / MA
Eduardo Braga.	PMDB / AM
Eunício Oliveira.	PMDB / CE
Fernando Bezerra Coelho.	PMDB / PE
Garibaldi Alves Filho.	PMDB / RN
Hélio José.	PROS / DF
Jader Barbalho.	PMDB / PA
João Alberto Souza.	PMDB / MA
José Maranhão.	PMDB / PB
Marta Suplicy.	PMDB / SP
Renan Calheiros.	PMDB / AL
Roberto Requião.	PMDB / PR
Romero Jucá.	PMDB / RR
Rose de Freitas.	PMDB / ES
Simone Tebet.	PMDB / MS
Valdir Raupp.	PMDB / RO
Waldemir Moka.	PMDB / MS
Zeze Perrella.	PMDB / MG

Bloco Social Democrata - 17 PSDB-12 / DEM-5

Aécio Neves.	PSDB / MG
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Dalirio Beber.	PSDB / SC
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Eduardo Amorim.	PSDB / SE
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ricardo Ferraço.	PSDB / ES
Roberto Rocha.	PSDB / MA
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE
Wilder Moraes.	DEM / GO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 12 PT-9 / PDT-3

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Ângela Portela.	PDT / RR
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Kátia Abreu.	PDT / TO
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 11 PP-6 / PSD-5

Ana Amélia.	PP / RS
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Gladson Cameli.	PP / AC
Ivo Cassol.	PP / RO
Lasier Martins.	PSD / RS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Raimundo Lira.	PSD / PB
Roberto Muniz.	PP / BA
Sérgio Petecão.	PSD / AC

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania - 11 PSB-4 / PCdoB-1 / REDE-1 / PPS-1 PODE-4

Alvaro Dias.	PODE / PR
Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Cristovam Buarque.	PPS / DF
Elmano Férrer.	PODE / PI
João Capiberibe.	PSB / AP
José Medeiros.	PODE / MT
Lídice da Mata.	PSB / BA
Lúcia Vânia.	PSB / GO
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Romário.	PODE / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

Bloco Moderador - 9 PTB-2 / PR-4 / PRB-2 / PTC-1

Armando Monteiro.	PTB / PE
Cidinho Santos.	PR / MT
Eduardo Lopes.	PRB / RJ
Fernando Collor.	PTC / AL
Magno Malta.	PR / ES
Pedro Chaves.	PRB / MS
Telmário Mota.	PTB / RR
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

S/Partido - 1

Refuge.	DF
--------------	----

Bloco da Maioria.	20
Bloco Social Democrata.	17
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	12
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	11
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.	11
Bloco Moderador.	9
S/Partido.	1
TOTAL.	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Garibaldi Alves Filho* (Maioria-PMDB-RN)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Airton Sandoval* (Maioria-PMDB-SP)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Pedro Chaves* (Bloco-PRB-MS)
Alvaro Dias** (Bloco-PODE-PR)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Raimundo Lira* (Bloco-PSD-PB)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Hélio José* (Maioria-PROS-DF)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
Ângela Portela* (Bloco-PDT-RR)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Reguffe** (-S/Partido-DF)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho* (Maioria-PMDB-PA)	Renan Calheiros* (Maioria-PMDB-AL)
Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE)	João Alberto Souza* (Maioria-PMDB-MA)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Muniz* (Bloco-PP-BA)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Roberto Requião* (Maioria-PMDB-PR)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Roberto Rocha** (Bloco-PSDB-MA)
Cidinho Santos* (Bloco-PR-MT)	José Maranhão** (Maioria-PMDB-PB)	Romário** (Bloco-PODE-RJ)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Medeiros* (Bloco-PODE-MT)	Romero Jucá* (Maioria-PMDB-RR)
Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Rose de Freitas** (Maioria-PMDB-ES)
Dário Berger** (Maioria-PMDB-SC)	Kátia Abreu** (Bloco-PDT-TO)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PSD-RS)	Simone Tebet** (Maioria-PMDB-MS)
Edison Lobão* (Maioria-PMDB-MA)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSDB-SE)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Telmário Mota** (Bloco-PTB-RR)
Eduardo Braga* (Maioria-PMDB-AM)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)	Valdir Raupp* (Maioria-PMDB-RO)
Eduardo Lopes* (Bloco-PRB-RJ)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Elmano Férrer** (Bloco-PODE-PI)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Eunício Oliveira* (Maioria-PMDB-CE)	Marta Suplicy* (Maioria-PMDB-SP)	Waldemir Moka* (Maioria-PMDB-MS)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Bezerra Coelho** (Maioria-PMDB-PE)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wilder Moraes* (Bloco-DEM-GO)
Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (Maioria-PMDB-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023



COMPOSIÇÃO

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Eunício Oliveira - (PMDB-CE)

1º VICE-PRESIDENTE

Cássio Cunha Lima - (PSDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

João Alberto Souza - (PMDB-MA)

1º SECRETÁRIO

José Pimentel - (PT-CE)

2º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

3º SECRETÁRIO

Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)

4º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PMDB-MG)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Eduardo Amorim - (PSDB-SE)

2º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

3º Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

4º Cidinho Santos - (PR-MT)



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

<

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB).
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
4. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
7. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

8. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
9. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
10. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
11. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSIMEDEI).
15. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
16. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
17. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
18. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
19. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
20. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
21. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
22. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
23. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
24. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
25. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
26. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
27. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
28. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
29. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
30. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
33. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
34. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
35. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
36. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
37. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
38. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
39. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
40. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
41. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
42. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
43. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
44. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
45. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
46. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
47. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
48. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
49. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
50. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
51. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
52. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
53. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
54. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
55. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT).
56. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
57. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
58. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
59. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
60. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
61. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
62. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG).
63. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
64. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).
65. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).
66. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).
67. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
68. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. Nº 001/2016-LIDPTB).
69. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
70. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



71. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
72. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. nº 14/2016-BLSDM.
73. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. nº 2/2016-LIDPTB).
74. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
75. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
76. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
77. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2ª vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDDB).
78. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDDB).
79. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem nº 253/2016 e Memorando nº 104/2016-GSHCST)
80. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).
81. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2016-GSEL).
82. Em 08.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado 2º vice-líder do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).
83. Em 10.06.2016, o Senador Telmário Mota deixa de compor a 4ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
84. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
85. Em 14.06.2016, o Senador Hélio José foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
86. Em 14.06.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 5º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
87. Em 14.06.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
88. Em 14.06.2016, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
89. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder da Minoria (Of. 13/2016-GLDPT).
90. Em 08.08.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do PT e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofícios nº 14/2016-GLDPT e nº 77/2016-GLPRD).
91. Em 24.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Memo. 53/2016-GLBSD).
92. Em 01.10.2016, o Senador Marcelo Crivella reassume a liderança do partido (Memo nº 42/2016-GSMC).
93. Em 29.11.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 19/2016-GLDPT).
94. Em 16.02.2016, o Senador Lasier Martins foi designado líder do PDT (Memo. 59-GSTMOTA).
95. Em 02.01.2017, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2017-GSELOP).
96. Em 31.01.2017, o Senador Elmano Férrer deixou a vice-liderança do PTB, em virtude de sua desfiliação do partido.
97. Em 31.01.2017, o Senador Lasier Martins deixou a liderança do PDT, em virtude de sua desfiliação do partido.
98. Em 31.01.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado líder do PTB (Comunicação s/n-2017)
99. Em 31.01.2017, o Senador Telmário Mota deixou a vice-liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e a vice-liderança do PDT e, em virtude de sua desfiliação do partido.
100. Em 31.01.2017, o Senador Eduardo Amorim deixou a vice-liderança do Bloco Moderador e a liderança do PSC, em virtude de sua desfiliação do partido.
101. Em 01.02.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. 01/2017-GLDEM).
102. Em 01.02.2017, o Senador Vicentinho Alves foi designado líder do PR (Of. sn/2017-GLPR).
103. Em 01.02.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. 01/2017-GLDPP).
104. Em 01.02.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder do PMDB (Of. GLPMDDB nº 11/2017)
105. Em 01.02.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado líder do PSDB (Comunicação s/n-2017)
106. Em 01.02.2017, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Memo. nº 1/2017-GLPSD)
107. Em 01.02.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do PSB (Of. GLPSB nº 1/2017)
108. Em 03.02.2017, o Senador Magno Malta é designado vice-líder do PR (Of. de indicação s/nº-2017)
109. Em 03.02.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Moderador (Of. 1/2017-BLUMOD)
110. Em 06.02.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado líder do PSC (Of. 11/2017-GSPCHAV).
111. Em 06.02.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSB (Of. 2/2017-GLPSB)
112. Em 07.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado Vice-Líder do PSDB (Ofício 42/2017-GLPSDB)
113. Em 08.02.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Socialismo e Democracia (Memo 2/2017-GLBSD)
114. Em 08.02.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do PT (Of. 1/2017-GLDPT).
115. Em 08.02.2017, o Senador Humberto Costa foi designado Líder da Minoria (Ofício 2/2017-GLDPT)
116. Em 09.02.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 4/2017-GLPDT).
117. Em 22.02.2017, o Senador Lasier Martins foi designado Vice-líder do PSD (Memo. 3/2017-GLPSD).
118. Em 23.02.2017, o Senador José Aníbal deixou de ocupar o cargo de 2º vice-líder do PSDB, em função do retorno ao mandato do Senador titular, José Serra.
119. Em 07.03.2017, o Senador Aloysio Nunes Ferreira afastou-se do exercício para exercer cargo no Poder Executivo (Memo 60/2017-SANF).
120. Em 07.03.2017, o Senador Romero Jucá foi indicada Líder do Governo (Mensagem. 57/2017-PR).
121. Em 09.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 1/2017-BLPRD).
122. Em 14.03.2017, o Senador Wilder de Moraes foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo 17/2017-GLDPRO)
123. Em 22.03.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder da Maioria (Of. GLPMDDB nº 71/2017)
124. Em 24.03.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada 1ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDDB nº 74/2017)
125. Em 19.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
126. Em 19.04.2017, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
127. Em 28.04.2017, o Senador Telmário Mota foi desigando 1º Vice-Líder do Bloco Moderador (Of. 61/2017-BLOMOD).
128. Em 08.05.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado 1º vice-líder do Governo (Memo. 13/2016-GLDGOV).
129. Em 08.05.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
130. Em 08.05.2017, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
131. Em 08.05.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
132. Em 08.05.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado 4º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
133. Em 08.05.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
134. Em 08.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do PT (Of. 17/2017-GLDPT).
135. Em 19.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 78/2017-GLDPRD).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



136. Em 04.07.2017, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
137. Em 04.07.2017, o Senador Romário foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
138. Em 05.07.2017, o Senador Raimundo Lira foi designado líder do PMDB e da Maioria (Of. 39 e 40/2017-GLPMDB).
139. Em 11.07.2017, a Senadora Ângela Portela foi designada líder temporária do PDT no período de 11 a 14 de julho de 2017. (Memo nº 36/2017).
140. Em 02.08.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado líder do Bloco Social Democrata (Of. s/n).
141. Em 16.08.2017, o Senador Valdir Raupp foi designado 1º Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017)
142. Em 16.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada 2ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017).
143. Em 23.08.2017, o Senador José Medeiros foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 12/2017).
144. Em 05.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho deixou a liderança do PSB em virtude da sua desfiliação do Partido (Memo 67/17-GSFERCOE).
145. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado vice-líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 82/2017-BLSDEM).
146. Em 12.09.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 82/2017-BLSDEM).
147. Em 13.09.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
148. Em 13.09.2017, o Senador José Medeiros foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 28/2017-GLDGOV).
149. Em 13.09.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 3º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
150. Em 13.09.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 28/2017-GLDGOV).
151. Em 13.09.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
152. Em 21.09.2017, o Senador Romário foi designado vice-líder do Podemos (Of. nº 1/2017)
153. Em 27.09.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Democracia e Cidadania (Memo 86/2017-BLSDEM)
154. Em 28.09.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo 86/2017-BLSDEM)
155. Em 11.10.2017, o Senador Hélio José foi designado líder do PROS (Of. 315/2017-GSHJOSE).
156. Em 31.10.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 8/2017-GLBPDC).
157. Em 31.10.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 8/2017-GLBPDC).
158. Em 23.11.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSDB (Of. 235/2017-GLPSDB)
159. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 24/2018-GLPSDB).
160. Em 13.03.2018, o Senador Roberto Rocha foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 24/2018-GLPSDB).
161. Em 14.03.2018, o Senador José Medeiros renunciou à 2ª vice-liderança do Governo (Of. 63/2018-GSJMEDEI).
162. Em 04.04.2018, a Senadora Simone Tebet foi designada líder do PMDB e da Maioria (Of. nº 40/2018-GLPMDB)
163. Em 04.04.2018, a Senadora Ângela Portela foi designada vice-líder do PDT (Memo nº 1/2018-GLDPDT).
164. Em 04.04.2018, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado líder do PSB (Of. nº 9/2018-GLPSB).
165. Em 10.04.2018, o Senador Ciro Nogueira foi indicado líder do Bloco Democracia Progressista (Of. S/N/2018-BI.DPROG)



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

Instalação: 06/12/2017

Apresentação Emendas - prazo final quadruplicado: 16/05/2018

Relatórios Parciais - prazo final quadruplicado: 12/07/2018

Relat. Relator-Geral - prazo final quadruplicado: 23/08/2018

Parecer Final Comissão - prazo final quadruplicado: 21/09/2018

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senador Dário Berger ⁽³⁾	1. Senador Eduardo Braga ⁽³⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽³⁾	2. Senador Valdir Raupp ⁽³⁾
Senador Roberto Requião ⁽³⁾	3. Senador Airtton Sandoval ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Roberto Muniz (PP-BA)	1.
Senador Wilder Moraes (DEM-GO) ⁽⁵⁾	2.
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS)	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽²⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 28.11.2017, os Senadores José Pimentel e Acir Gurgacz foram designados membros titulares, e os Senadores Paulo Rocha e Fátima Bezerra membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 56/2017-GLBPRD).
2. Em 28.11.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, e o Senador Armando Monteiro membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor a comissão (Of. 110/2017-BLOMOD).
3. Em 28.11.2017, os Senadores Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho e Roberto Requião foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga e Valdir Raupp membros suplentes, pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 215/2017-GLPMDB).
4. Os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Acir Gurgacz foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da Comissão, e o Senador Pedro Chaves designado relator, em reunião realizada em 06.12.2017 (Memo. nº 001/2017-CTREFCC).
5. Em 06.02.2018, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a comissão (Memo 01/2018-BLDPRO).
6. Em 27.02.2018, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 23/2018-GLPMDB).

Secretário(a): Felipe Geraldês / Diogo Peixoto

Telefone(s): 3303-4854 / 3510

E-mail: coceti@senado.leg.br



2) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016**Finalidade:** Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.**Número de membros:** 11

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PRB-MS)
RELATOR: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Designação: 22/06/2016**Leitura:** 13/07/2016**Instalação:** 12/07/2016**MEMBROS**

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Senador Paulo Rocha (PT-PA)

Senador Lasier Martins (PSD-RS)

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Senador Jorge Viana (PT-AC)

Senador Hélio José (PROS-DF)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁾

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO 258, de 2016

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 2016-07-13 a 2016-10-31 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)

Relatórios Parciais : 2016-11-01 a 2016-11-16 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)

Relatório do Relator-Geral : 2016-11-17 a 2016-11-23 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)

Parecer Final da Comissão : 2016-11-24 a 2016-11-30 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

*. Em 12.07.2016, foi instalada a comissão (Memo. 001/2016-CEAERO).

**. Em 13.07.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 25.08.2016 (Memo. 3/2016-CEAERO).

***. Em 04.10.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 31.10.2016 (Memo. 10/2016-CEAERO).

1. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes**Telefone(s):** 61 - 3303 3514**E-mail:** coceti@senado.leg.br

3) COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DA OPERAÇÃO CARNE FRACA**Finalidade:** Destinada a acompanhar os desdobramentos da operação Carne Fraca da Polícia Federal.**Número de membros:** 6 titulares e 6 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



4) COMISSÃO EXTERNA PARA INVESTIGAR EMPRESAS BRASILEIRAS NO PARAGUAI

Finalidade: Averiguar as informações veiculadas na imprensa nacional nos últimos anos a respeito da grande quantidade de empresas brasileiras instaladas no Paraguai.

(Requerimento nº 19, de 2018)

Número de membros: 6

MEMBROS



5) COMISSÃO EXTERNA PARA VERIFICAR AS CONDIÇÕES EM QUE SE ENCONTRA O EX-PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Finalidade: Verificar in loco as condições em que se encontra o Ex-Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva na Superintendência da Polícia Federal em Curitiba - PR.

Requerimento nº 196, de 2018

Número de membros: 12

PRESIDENTE:

MEMBROS

[illegible]

6) COMISSÃO ESPECIAL DAS OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais.

Requerimento nº 584, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Instalação: 08/11/2016

Prazo final: 22/12/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1.
VAGO	2. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO
	2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁾	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Felipe Geraldes e Guilherme Brandão (Adjunto)

Telefone(s): 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br

7) COMISSÃO EXTERNA DE FISCALIZAÇÃO DA
INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO

Finalidade: Acompanhar a execução e os desdobramentos da intervenção federal na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

Requerimento nº 37, de 2018

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



8) COMISSÃO EXTERNA DOS HOSPITAIS DE TOCANTINS

Finalidade: Averiguar e fiscalizar a situação de emergência e o caos nos hospitais públicos em Tocantins (Requerimento nº 963, de 2016)

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Prazo final prorrogado: 15/08/2017

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽¹⁾	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽¹⁾	2.
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	3.
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾	4.

Notas:

1. Em 14.02.2017, a Presidência designou os senadores Kátia Abreu, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin e Ataídes Oliveira para comporem a Comissão.



9) COMISSÃO EXTERNA DA TERRA INDÍGENA VALE DO JAVARI

Finalidade: Realizar diligência nas cidades de Tabatinga e São Paulo de Olivença, no Estado do Amazonas, para averiguar a denúncia de massacre de indígenas de uma tribo isolada na Terra Indígena Vale do Javari e verificar as consequências de cortes orçamentários da Funai.

Requerimento nº 742, de 2017

Número de membros: 3

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS



10) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 22/12/2018

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figuerêdo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

*****. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.

*****. Em 17.06.2016, foi publicado o Ato do Presidente nº 13, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de setembro de 2016.

*****. O Ato do Presidente nº 27, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

*****. O Ato do Presidente nº 12, de 19 de dezembro de 2017, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2018.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br



11) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadãos e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 20

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 11/04/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Ives Gandra Martins

Otavio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Eduardo Maneira

Helena Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Cleide Regina Furlani Pompermaier

Leonardo Carneiro da Cunha

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

**. O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Helena Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

*****. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



*****. O Ato do Presidente nº 7, de 5 de abril de 2016, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, retirando da composição da Comissão Mauro Roberto Gomes de Mattos e Laendro Paulsen; e indicando Cleide Regina Furlani Pompermaier e Leonardo Carneiro da Cunha. O Ato ainda prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 31/12/2016.

*****. O Ato do Presidente nº 28, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 33033501

E-mail: coceti@senado.gov.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DOS MAUS-TRATOS

Finalidade: Investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos maus-tratos em crianças e adolescentes no país.

Requerimento nº 277, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽²⁾

Leitura: 25/04/2017

Instalação: 09/08/2017

Prazo final: 22/12/2017

Prazo final prorrogado: 18/08/2018

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senadora Simone Tebet (MS) ⁽³⁾	1. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁵⁾
Senadora Marta Suplicy (SP) ⁽³⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽⁶⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽¹⁾	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽⁴⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	

Notas:

*. Em 14.12.2017, foi lido o Requerimento nº 1091, de 2017, que prorroga o prazo da CPI por 180 dias.

1. Em 08.08.2017, os Senadores José Medeiros e Ana Amélia foram designados, respectivamente, titular e suplente na Comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo nº 56/2017-BLDPRO).

2. Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Simone Tebet e José Medeiros, respectivamente, como Presidente, Vice-Presidente e Relator, do Colegiado (Memo nº 1/2017-CPIMT)

3. Em 09.08.2017, as Senadoras Simone Tebet e Marta Suplicy foram designadas membros titulares na Comissão pelo Bloco da Maioria (PMDB)(Of. 166/2017-GLPMDB).

4. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

5. Em 18.10.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo PMDB (Of. 206/2017-GLPMDB).

6. Em 21.11.2017, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 240/2017-GLPSDB).

Secretário(a): Reinilson Prado / Donaldo Portela

Telefone(s): 3303-3492



2)CPI DOS CARTÕES DE CRÉDITO

Finalidade: Investigar os juros extorsivos cobrados pelas empresas operadoras de cartão de crédito.

Requerimento nº 107, de 2018

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽⁸⁾

RELATOR: Senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) ⁽⁸⁾

Leitura: 14/03/2018

Instalação: 17/04/2018

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Maioria (PMDB, PROS)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) ⁽⁶⁾	1. Senador Zeze Perrella (PMDB-MG) ^(6,7,9)
Senador Dário Berger (PMDB-SC) ^(6,7)	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁴⁾	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁵⁾	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Wilder Moraes (DEM-GO) ⁽¹⁾	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽²⁾	

Notas:

1. Em 11.04.2018, os Senadores Wilder Moraes e Lasier Martins foram designados membro titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. 28/2018-BLDPRO).
2. Em 11.04.2018, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, para compor o Colegiado (Of. nº 21/2018-BLOMOD).
3. Em 11.04.2018, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 29/2018-GLBPDC).
4. Em 11.04.2018, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata (Of. 27/2018-GLPSDB).
5. Em 11.04.2018, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro titular, e a Senadora Regina Sousa, suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Of. nº 23/2018-BLPRD).
6. Em 11.04.2018, os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Romero Jucá foram designados membros titulares, e o Senador Dário Berger, suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor o Colegiado (Of. nº 42/2018-GLPMDB).
7. Em 13.04.2018, o Senador Dário Berger deixou a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Romero Jucá, que passou a ocupar vaga de suplente (Of. 45/2018-GLPMDB).
8. Em 17.04.2018, os Senadores Ataídes Oliveira, Dário Berger e Fernando Bezerra Coelho foram escolhidos para ocupar os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Relator da comissão, respectivamente (Memo. 1/2018-CPICC).
9. Em 17.04.2018, o Senador Zeze Perrella foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romero Jucá, pelo Bloco da Maioria, para compor o Colegiado (Of. nº 48/2018-GLPMDB).

Secretário(a): Leandro Bueno / Fernanda Lima

Telefone(s): 3303-3508

E-mail: coceti@senado.leg.br



3)CPI DOS SUPERSALÁRIOS

Finalidade: Investigar os pagamentos de remuneração a servidores e empregados públicos em desacordo com o teto constitucional, bem como estudar possibilidades de restituição desses valores ao erário pelos beneficiários.

Requerimento nº 815, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/09/2017



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Raimundo Lira (PSD-PB) ^(5,25)	1. Senador Eduardo Braga ^(5,8)
Senador Roberto Requião ^(5,8)	2. Senador Romero Jucá ⁽⁵⁾
Senador Garibaldi Alves Filho ⁽⁵⁾	3. Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ⁽⁵⁾
Senadora Rose de Freitas ^(5,20)	4. Senador Waldemir Moka ⁽⁵⁾
Senadora Simone Tebet ⁽⁵⁾	5. Senador Airtton Sandoval ^(16,19,24)
Senador Valdir Raupp ⁽⁵⁾	6.
Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽¹⁹⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(1,12,14)	6. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(1,11)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽³⁾	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽³⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(3,21,22,27)	2. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(3,22,23,26,27)
Senador José Serra (PSDB-SP) ⁽³⁾	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽³⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁵⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁵⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁵⁾	5. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾	2. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽²⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾	3. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁷⁾	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽¹⁵⁾	1. VAGO ⁽¹⁸⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. ^(7,15)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁴⁾	1. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁴⁾
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁴⁾	2. VAGO ^(4,9,10)
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(4,13)	3. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁴⁾

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 4/2017-GLBPRD).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 020/2017-BLDPRO).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, José Serra foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Dalírio Beber e Flexa Ribeiro, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPSDB).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Armando Monteiro e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Cidinho Santos, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
5. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº07/2017-GLDEM).
6. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Tasso Jereissati e Garibaldi Alves Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 6/2017-CAE).
7. Em 14.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 30/2017-BLSDEM).
8. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Eduardo Braga, que passou a ocupar a vaga como suplente (Of. nº 76/2017-GLPMDB).
9. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
10. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 55/2017-BLOMOD).
11. Em 29.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 65/2017-GLBPRD).
12. Em 02.06.2017, o Senador Acir Gurgacz deixa de compor, como titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 68/2017-GLBPRD).
13. Em 06.06.2017, o Senador Telmário Mota, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 68/2017-BLOMOD).
14. Em 19.06.2017, o Senador Acir Gurgacz foi indicado membro titular, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2017-GLBPRD).
15. Em 12.09.2017, a Senadora Lúcia Vânia passa a atuar como membro titular, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 79/2017-BLSDEM).
16. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 10.10.2017, o Senador Roberto Rocha deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 4/2017-GLBPDC).
19. Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDB).
20. Em 31.10.2017, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Raimundo Lira (Of. nº 210/2017-GLPMDB).
21. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
22. Em 09.11.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. 233/2017-GLPSDB).
23. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Social Democrata (Ofício nº 236/2016-GLPSDB).
24. Em 07.02.2018, o Senador Aírton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-GLPMDB).
25. Em 23.02.2018, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 18/2018-GLPMDB).
26. Em 12.03.2018, vago em virtude do retorno do Senador Ricardo Ferraço, titular do mandato.
27. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Dalírio Beber, que passou a integrar a comissão como membro suplente (Of. nº 19/2018-GLPSDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 61 33033516
E-mail: cae@senado.leg.br



1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1.
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁾	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
VAGO	1.

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 61 33033516



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁸⁾	1. Senador Garibaldi Alves Filho ⁽⁸⁾
Senador Waldemir Moka ^(8,11)	2. Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾
Senadora Marta Suplicy ⁽⁸⁾	3. Senador Romero Jucá ⁽⁸⁾
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ^(8,14)	4. Senador Edison Lobão ⁽⁸⁾
Senador Airtton Sandoval ^(8,12)	5. Senadora Rose de Freitas ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	4. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	5. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽²⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁶⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁶⁾
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽⁶⁾	2. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(6,18,19,20,21)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁹⁾	3. Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽³⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(3,15,16)	2. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(10,22)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁷⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁴⁾	1. Senador Romário (PODE-RJ) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁵⁾	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁷⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁷⁾
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽⁷⁾	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁷⁾

Notas:

*. Os Blocos Parlamentares Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham 1 vaga na comissão, com a qual o colegiado totaliza 21 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Humberto Costa, Paulo Paim, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, José Pimentel e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLBPRD).

2. Em 09.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 24/2017-GLBPRD).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia foram designados membros titulares; e o Senador Otto Alencar, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLDPRO).

4. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e os Senadores Romário e Vanessa Grazziotin, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 5/2017-BLSDEM).

5. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 15/2017-BLSDEM).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 27/2017-GLPSDB).

7. Em 09.03.2017, os Senadores Cidinho Santos e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).

8. Em 09.03.2017, os Senadores Hélio José, Eduardo Braga, Marta Suplicy, Rose de Freitas e Renan Calheiros foram designados membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Romero Jucá e Edison Lobão, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPMDB).



9. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Davi Alcolumbre, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLDEM).
10. Em 14.03.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 38/2017-GLDPRO).
11. Em 14.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao senador Eduardo Braga, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-GLPMDB).
12. Em 14.03.2017, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro titular, em substituição ao senador Renan Calheiros, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 52/2017-GLPMDB).
13. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Marta Suplicy e Ronaldo Caiado, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2017-CAS).
14. Em 31.03.2017, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição à senadora Rose de Freitas, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 86/2017-GLPMDB).
15. Em 07.06.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado membro titular, em substituição à senadora Ana Amélia, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. s/n).
16. Em 14.06.2017, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular, em substituição ao Senador Benedito de Lira, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo 33/2017-BLDPRO).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
19. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 238/2017-GLPSDB).
20. Em 12.03.2018, vago em virtude do retorno do Senador Ricardo Ferraço, titular do mandato.
21. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-GLPSDB).
22. Em 17.04.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Moraes, pelo Bloco Democracia Progressista, na comissão (Memo. 3/2018-BLDPRO).

Secretário(a): Patrícia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.1) SUBCOMISSÃO ESPECIAL SOBRE DOENÇAS RARAS

Finalidade: Propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos das pessoas com Doenças Raras, bem como o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽³⁾

Leitura: 23/08/2017

Prazo prorrogado: 24/12/2018

TITULARES	SUPLENTES
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Airtton Sandoval (PMDB-SP) ⁽¹⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽¹⁾
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹⁾	3. Senador Romário (PODE-RJ) ⁽¹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽¹⁾	4. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽¹⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾	5. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 23.08.2017, foram designados os Senadores Waldemir Moka, Airtton Sandoval, Dalirio Beber, Maria do Carmo Alves e Ana Amélia, como membros titulares, e os Senadores Ângela Portela, Ronaldo Caiado, Romário, Cidinho Santos e Armando Monteiro, como suplentes, para compor o Colegiado (Of. 110/2017-CAS)

2. Em 30.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Dalirio Beber, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 122/2017-CAS).

3. Em 12.09.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado Relator da subcomissão (Of. nº 12/2017-CASRARAS).

*. Prazo final prorrogado, nos termos do Ofício nº 186/2017-PRESIDENCIA/CAS.

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Maioria (PMDB)	
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽¹⁾	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽¹⁾
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽¹⁾	2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽¹⁾	3. Senador Renan Calheiros (PMDB-AL) ⁽¹⁾
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽¹⁾	4. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽¹⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾	5. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁾
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ⁽¹⁾
Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽¹⁾	7. Senador Dário Berger (PMDB-SC) ^(1,44,49)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(6,19)
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁶⁾	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ^(6,17,18)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁶⁾	3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(6,11,13,19)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(6,17)	4. Senador Hélio José (PROS-DF) ^(6,45)
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾	5. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ^(6,19,22,27)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(6,22,27)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(6,42,43)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) ^(3,21,28,33)	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(3,12,35,36,37,47)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽³⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ^(3,15,23,24,25,26)	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽³⁾
Senador Wilder Moraes (DEM-GO) ^(9,48)	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(9,48)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾	5. Senador José Serra (PSDB-SP) ^(20,23,24,25,26)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁵⁾	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁵⁾
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁵⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(5,14)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(5,46)	3. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ^(5,39)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽³²⁾	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ^(4,38,41)	1. Senador Alvaro Dias (PODE-PR) ^(4,29,31,34)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(4,30)	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁴⁾	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(2,16)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ^(2,10)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(2,10)
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾	3. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(2,40)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 08.02.2017, os Senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Romero Jucá, Renan Calheiros, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Rose de Freitas e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 17/2017-GLPMDB).

2. Em 08.02.2017, os Senadores Armando Monteiro, Vicentinho Alves e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Wellington Fagundes, Eduardo Lopes e Fernando Collor, como membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor a CCJ (Of. 003/2017-BLOMOD).

3. Em 08.02.2017, os Senadores Aécio Neves, Antônio Anastasia e Aloysio Nunes Ferreira foram designados membros titulares; e os Senadores José Aníbal, Cássio Cunha Lima e Eduardo Amorim, como membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. 027/2017-GLPSDB).



4. Em 08.02.2017, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, João Capiberibe e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Memo. 003/2017-GLBSD).
5. Em 08.02.2017, os Senadores Lasier Martins, Benedito de Lira e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol, Roberto Muniz e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCJ (Memo. 022/2017-BLDPRO).
6. Em 08.02.2017, os Senadores Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Paulo Rocha e Regina Sousa, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCJ (Of. 2/2017-GLPT).
7. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Edson Lobão o Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
8. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Antônio Anastasia o Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
9. Em 14.02.2017, os Senadores Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Davi Alcolumbre, como membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. nº004/2017-GLDEM).
10. Em 14.02.2017, o Senador Eduardo Lopes passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Moderador, em permuta com o Senador Vicentinho Alves, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 6/2017-BLOMOD).
11. Em 15.02.2017, o Senador Humberto Costa deixa de compor a comissão, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 16/2017-LBPRD).
12. Em 20.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Aníbal (Of. 53/2017-GLPSDB).
13. Em 07.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 27/2017-GLBPRD).
14. Em 09.03.2017, a Senadora Ana Amélia passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Democracia Progressista, em substituição ao Senador Roberto Muniz (Of. 31/2017-BLDPRO).
15. Em 09.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, que assumiu cargo no Poder Executivo (of. 98/2017-GLPSDB).
16. Em 14.03.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (of. 30/2017-BLOMOD).
17. Em 21.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, deixando de ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (of. 47/2017-GLBPRD).
18. Em 29.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 53/2017-GLBPRD).
19. Em 19.04.2017, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Paulo Rocha e Ângela Portela foram designados membros suplentes, nessa ordem, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 61/2017-GLBPRD).
20. Em 20.04.2017, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLDEM).
21. Em 26.06.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 135/2017-GLPSDB).
22. Em 26.06.2017, a Senadora Ângela Portela deixou de ocupar a vaga de suplente na comissão, pois foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 87/2017-GLBPRD).
23. Em 27.06.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 165/2017-GLPSDB).
24. Em 27.06.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Serra (Of. 165/2017-GLPSDB).
25. Em 04.07.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 168/2017-GLPSDB).
26. Em 04.07.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador José Serra (Of. 168/2017-GLPSDB).
27. Em 08.08.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular pelo Bloco da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Of. 89/2017-GLBPRD).
28. Em 10.08.2017, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Bauer, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 184/2017-GLPSDB).
29. Em 10.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passou a compor o colegiado como membro titular (Memo. 71/2017-BLSDEM).
30. Em 10.08.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Memo. 71/2017-BLSDEM).
31. Em 19.09.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de ocupar a vaga de suplente no colegiado, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 84/2017-BLSDEM).
32. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
33. Suspenso de 27.09.2017 a 17.10.2017, quando o Plenário deliberou sobre a ação cautelar nº 4.327/2017, do Supremo Tribunal Federal.
34. Em 10.10.2017, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. 1/2017-GLBPRD).
35. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
36. Em 09.11.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 232/2017-GLPSDB).
37. Em 21.11.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dalírio Beber, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 239/2017-GLPSDB).
38. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
39. Em 12.12.2017, o Senador Omar Aziz foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 39/2017-GLDPRO).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



40. Em 05.02.2018, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 01/2018-BLOMOD).
41. Em 07.02.2018, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, pelo Bloco Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Of. 02/2018-GLBPDC).
42. Em 21.02.2018, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo 8/2018-BLDPRO).
43. Em 21.02.2018, o Bloco Parlamentar da Resistência Democrática cede uma vaga de suplente ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 1/2018-BLPRD).
44. Em 27.02.2018, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente, pelo PMDB, em substituição ao Senador Hélio José para compor a comissão (Of. 19/2018-GLPMDDB).
45. Em 28.02.2018, o Senador Hélio José foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Paulo Rocha, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 17/2018-BLPRD).
46. Em 14.03.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Moraes, para compor o colegiado (Of. 25/2018-BLDPRO).
47. Em 14.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Roberto Rocha, para compor o colegiado (Of. 26/2018-GLPSDB).
48. Em 17.04.2018, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ronaldo Caiado e este, suplente, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 6/2018-GLDEM).
49. Em 18.04.2018, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Raimundo Lira (Of. 49/2018-GLPMDDB).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senadora Rose de Freitas (7,12)	1. Senador Valdir Raupp (7)
Senador Dário Berger (7)	2. Senador Hélio José (PROS-DF) (7)
Senadora Marta Suplicy (7)	3. Senador Raimundo Lira (PSD-PB) (15)
Senador José Maranhão (7)	4. Senadora Simone Tebet (18)
Senador Edison Lobão (7,15,18)	5.
Senador João Alberto Souza (7)	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	4. Senador José Pimentel (PT-CE) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)	6.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (1)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (6)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (6)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (1,9,19)	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) (21)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (6)	4.
Senador José Agripino (DEM-RN) (6)	5.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PODE-MT) (5)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (5)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (5)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (5)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)	3. Senador Lasier Martins (PSD-RS) (14)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) (17)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (2)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP) (2,16,22,23,26,27)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (2)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2,19)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (2)	3. Senador Romário (PODE-RJ) (13,20)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (3)	1. Senador Magno Malta (PR-ES) (3)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (3,8)	2. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (3,25)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (3)	3. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (8,10,11,24)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 29/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque, Lúcia Vânia e Lídice da Mata foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CE (Memo. nº008/2017-BLSDM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Eduardo Lopes foram designados membros titulares; e os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, José Pimentel e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CE (Of. nº005/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores José Medeiros, Roberto Muniz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CE (Of. nº026/2017-GLBPRO).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



6. Em 13.03.2017, os Senadores Maria do Carmo Alves e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, Raimundo Lira e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-GLPMDDB).
8. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, que passou a compor o colegiado como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 27/2017-BLOMOD).
9. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixou de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 104/2017-GLPSDB).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 50/2017-BLOMOD).
12. Em 07.06.2017, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 135/2017-GLPMDDB).
13. Em 16.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 73/2017-BLSDEM).
14. Em 18.08.2017, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 62/2017-BLDPPO).
15. Em 31.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular, em substituição ao Senador Raimundo Lira, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 178/2017-GLPMDDB).
16. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 80/2017-BLSDEM).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 05.10.2017, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 198/2017-GLPMDDB).
19. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado, deixando de ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Of. nº 216/2017-GLPSDB).
20. Em 11.10.2017, o Senador Romário foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. nº 3/2017-GLBPDC).
21. Em 24.10.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 225/2017-GLPSDB).
22. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
23. Em 05.12.2017, o Senador Elber Batalha foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Democracia e Cidadania, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares, que está de licença (Memo. nº 13/2017-GLBPDC).
24. Em 08.02.2018, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Telmário Mota, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 4/2018-BLOMOD).
25. Em 28.02.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-BLOMOD).
26. Em 23.03.2018, o Senador Elber Batalha deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular (Of. nº 1/2018-GSACAR).
27. Em 17.04.2018, o Senador João Capiberibe foi designado membro suplente pelo Bloco Democracia e Cidadania para compor a comissão (Memo. 30/2018-GLBPDC).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽¹⁹⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽¹¹⁾	1. Senador Airtton Sandoval ^(11,14)
Senador Renan Calheiros ⁽¹¹⁾	2. Senador Dário Berger ⁽¹¹⁾
Senador João Alberto Souza ⁽¹¹⁾	3.
Senador Valdir Raupp ^(11,14)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽⁶⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁶⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁶⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁶⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁴⁾	1. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁴⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(7,9)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(7,9)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(8,22)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽¹⁾
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(1,10)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽²⁰⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽²⁾
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽³⁾	2. VAGO ^(2,21)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(5,15)	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,17,18)
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁵⁾	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ^(5,12,16)

Notas:

*. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle" para "Comissão de Meio Ambiente".

1. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLDPRO).

2. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 7/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-BLSDEM).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e o Senador Dalirio Beber, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 35/2017-GLPSDB).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Armando Monteiro e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 10/2017-GLBPRD).

7. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

8. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 100/2017-GLPSDB).

9. Em 22.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 8/2017-GLDEM).

10. Em 23.03.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Moraes, para compor o colegiado (Of. nº 2/2017-BLDPRO).

11. Em 31.03.2017, os Senadores Hélio José, Renan Calheiros, João Alberto Souza e Eduardo Braga foram designados membros titulares; e os senadores Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPMDB).

12. Em 03.04.2017, o Senador Pedro Chaves deixa de compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 37/2017-BLOMOD).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



13. Em 04.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CMA).
14. Em 05.04.2017, o Senador Valdir Raupp passa a atuar como titular, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Braga. O Senador Aírton Sandoval foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Valdir Raupp, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 88/2017-GLPMDB).
15. Em 10.04.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro, pelo Bloco Moderador (Of. nº 46/2017-BLOMOD).
16. Em 17.04.2017, o Senador Pedro Chaves passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 40/2017-BLOMOD).
17. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
18. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 54/2017-BLOMOD).
19. Em 26.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 9/2017-CMA).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 10.10.2017, o Senador Roberto Rocha deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 4/2017-GLBPDC).
22. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.

Secretário(a): Aírton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-Feiras 11:30min -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Regina Sousa (PT-PI)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	Suplentes
PMDB ⁽²¹⁾	
Senador Fernando Bezerra Coelho ^(6,10,22)	1. Senador Valdir Raupp ⁽⁶⁾
Senadora Marta Suplicy ⁽⁶⁾	2.
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁶⁾	3.
VAGO ^(6,9)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE) ^(4,30)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁴⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(4,28,29)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ^(1,8,19)	1.
Senador José Medeiros (PODE-MT) ^(1,11,25)	2.
VAGO ^(1,12)	3.
VAGO ^(7,14)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(3,24)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁰⁾	2. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽²³⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁷⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(16,31)
Senador Romário (PODE-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(18,27)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽⁵⁾	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁵⁾
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,13,15)	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ^(5,26)

Notas:

*. O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber, Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 039/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores João Capiberibe e Romário foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLSDDEM).

3. Em 09.03.2017, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Sérgio Petecão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 24/2017-BLDPPO).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 8/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Magno Malta e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

6. Em 10.03.2017, os senadores Eduardo Braga, Marta Suplicy, Hélio José e Garibaldi Alves Filho foram designados membros titulares; e o senador Valdir Raupp, membro suplente, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 39/2017-GLPMDB).

7. Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

8. Em 21.03.2017, o Senador Dalírio Beber deixou de ocupar a vaga de titular pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 101/2017-GLPSDB).

9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de ocupar a vaga de titular pelo PMDB no colegiado (Of. nº 73/2017-GLPMDB).

10. Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).

11. Em 03.04.2017, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 102/2017-GLPSDB).

12. Em 03.04.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 103/2017-GLPSDB).

13. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 18.04.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves deixa de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. 13/2017-GLDEM).
15. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-BLOMOD).
16. Em 02.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 43/2017-BLSDEM).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 07.11.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 10/2017-GLBPDC).
19. Em 28.11.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 246/2017-GLPSDB).
20. Em 28.11.2017, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 83/2017-BLDPRO).
21. Em 07.02.2018, o Bloco da Maioria (PMDB) cedeu uma vaga de titular ao PRTB (Of. 16/2017-GLPMDDB).
22. Em 27.02.2018, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 22/2018-GLPMDDB).
23. Em 27.02.2018, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 20/2018-BLDPRO).
24. Em 27.02.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador José Medeiros, para compor o colegiado (Memo. nº 20/2018-BLDPRO).
25. Em 14.03.2018, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, em vaga cedida pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Memo. nº 25/2018-GLPSDB).
26. Em 15.03.2018, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Of. 19/2018-BLOMOD).
27. Em 10.04.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Memo. nº 28/2018-GLBPDC).
28. Em 11.04.2018, o Senador Jorge Viana foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Of. 24/2018-BLPRD).
29. Em 17.04.2018, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Viana, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Of. 25/2018-BLPRD).
30. Em 17.04.2018, o Senador José Pimentel foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ângela Portela, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 28/2018-BLPRD).
31. Em 17.04.2018, a Senadora Lidice da Mata foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Democracia e Cidadania, para compor o Colegiado (Memo 31/2018-GLBDPC).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE
PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO ESTATUTO DO TRABALHO

Finalidade: Aprofundar o debate sobre a reforma trabalhista com vistas a criação do Estatuto do Trabalho, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

Instalação: 09/08/2017

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senador Valdir Raupp ⁽²⁾	1. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽²⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC) ⁽¹⁾	
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽²⁾	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾

Notas:

1. Os Blocos Social Democrata, Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham uma vaga no Colegiado.

2. Em 04.08.2017, foram designados os Senadores Valdir Raupp, Paulo Paim e Telmário Mota, como titulares, e Hélio José, Ângela Portela e João Capiberibe, como suplentes, para compor o Colegiado (Of. nº 75/2017-CDH)

3. Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Telmário Mota e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 76/2017-CDH).

*. Em 03.08.2017, é criada a Subcomissão Temporária, nos termos do Requerimento nº 83, de 2017, da CDH (Of. nº 74, de 2017-CDH)

**. Em 09.08.2017, a Comissão reunida aprovou o RDH 87/2017, que alterou o nome da Comissão para Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho (Of. 76/2017-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.4) SUBCOMISSÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA INTERVENÇÃO FEDERAL

Finalidade: Proteção dos Direitos Humanos na vigência da intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro, estabelecida pelo Decreto Federal nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
	1. Senador Hélio José (PROS-DF)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS)	
Senador Romário (PODE-RJ)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR)
	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Telmário Mota (PTB-RR)	

Notas:

*. Em 07.03.2018, foram indicados como membros titulares o Senador Romário, o Senador Paim e o Senador Telmário Mota, pelos Blocos Parlamentar Democracia e Cidadania, Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e Bloco Moderador, respectivamente, e membros suplentes o Senador Hélio José, a Senadora Ângela Portela e o Senador Lindbergh Farias, pelos PMDB, Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania e Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, respectivamente, para compor a Comissão (Of. 3/2018-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁹⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Edison Lobão ⁽⁷⁾	1. Senador Renan Calheiros ^(7,13)
Senador João Alberto Souza ⁽⁷⁾	2. Senador Valdir Raupp ⁽⁷⁾
Senador Roberto Requião ^(7,13)	3. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁷⁾
Senador Romero Jucá ⁽⁷⁾	4. Senadora Marta Suplicy ^(17,21,22)
Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽²¹⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁵⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁵⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(5,16)	2. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁵⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁵⁾	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(5,16)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽²⁾	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽²⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽²⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁸⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(2,12,23)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹¹⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁸⁾	4. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁶⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽⁶⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁶⁾	2. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽²⁰⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁴⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
(4,18)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽³⁾	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(3,10,14,15,19)
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽³⁾	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽³⁾

Notas:

*. O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

1. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 16/2017-BLSDEM).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Paulo Bauer e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Cássio Cunha Lima, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPSDB).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Collor e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Armando Monteiro, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e a Senadora Vanessa Grazziotin, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 10/2017-BLSDEM).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 9/2017-GLBPRD).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ana Amélia foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 29/2017-BLDPRO).

7. Em 09.03.2017, os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Renan Calheiros e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB para compor o colegiado (Of. 38/2017-GLPMDB).

8. Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).

9. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CRE).

10. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao senador Cidinho Santos, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 29/2017-BLOMOD).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



11. Em 21.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 106/2017-GLPSDB).
12. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Tasso Jereissati, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 99/2017-GLPSDB).
13. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Renan Calheiros, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 75/2017-GLPMDB).
14. Em 10.04.2017, o Senador Thieres Pinto foi designado membro suplente para compor o colegiado, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador (Of. nº 43/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 07.06.2017, o Senador Acir Gurgacz passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em permuta com o Senador Humberto Costa, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 74/2017-GLBPRD).
17. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
18. Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
19. Em 19.09.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-BLOMOD).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDB).
22. Em 31.10.2017, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 208/2017-GLPMDB).
23. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.

Secretário(a): Alvaro Araujo Souza
Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3496
E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Proceder aos preparativos do 8º Fórum Mundial da Água, que será realizado entre os dias 18 e 23 de março de 2018, em Brasília.

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	1.
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽¹⁾	2.
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾	3.
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(1,3)	4.
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽¹⁾	5.
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹⁾	6.
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	7.
Senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) ⁽¹⁾	8.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾	9.
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽¹⁾	10.
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	11.
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽¹⁾	12.
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾	13.
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ⁽¹⁾	14.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	15.
Senador Reguffe (S/Partido-DF) ⁽¹⁾	16.
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	17.

Notas:

1. Em 26.02.2018, os Senadores Acir Gurgacz, Antônio Anastasia, Ana Amélia, Armando Monteiro, Cristovam Buarque, Davi Alcolumbre, Fátima Bezerra, Fernando Bezerra Coelho, Flexa Ribeiro, Hélio José, Jorge Viana, Lasier Martins, Otto Alencar, Roberto Muniz, Regina Souza, Reguffe e Vanessa Grazziotin foram designados membros da subcomissão (Of. 10/2018-CRE).

2. Foram eleitos os Senadores Jorge Viana e Cristovam Buarque para ocupar os cargos de Presidente e Vice-Presidente da subcomissão respectivamente (publicação no Diário do Senado do dia 23.02.2018, página 17).

3. Em 14.03.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro da subcomissão, em substituição ao Senador Armando Monteiro, para compor o colegiado (Of. 21/2018-CRE).

*. Em 08.02.2018, os Senadores Acir Gurgacz, Antonio Anastasia, Cristovam Buarque, Davi Alcolumbre, Fátima Bezerra, Fernando Bezerra Coelho, Jorge Viana, Otto Alencar e Vanessa Grazziotin foram designados membros do colegiado (Of. 10/2018-CRE).

Secretário(a): Alvaro Araujo Souza

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Renan Calheiros ⁽⁷⁾	1. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁷⁾
Senador Eduardo Braga ⁽⁷⁾	2. Senador Romero Jucá ^(7,9,10,23,29)
Senador Fernando Bezerra Coelho ^(7,15)	3. Senadora Rose de Freitas ⁽⁷⁾
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ⁽⁷⁾	4. Senador Jader Barbalho ⁽⁷⁾
Senador Valdir Raupp ^(7,27)	5. VAGO ^(10,27)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽³⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽³⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽³⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽³⁾
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽³⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽³⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾	5. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽³⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽²⁾	1. Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁶⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(2,8,11,19,20,24,25)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁸⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽²⁾	3.
Senador Wilder Morais (DEM-GO) ^(6,28)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁴⁾
VAGO ^(4,28)	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁴⁾
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ⁽⁴⁾	3. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁷⁾	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ^(1,21)
^(1,16)	2.
VAGO ^(14,18)	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ^(5,22)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽⁵⁾	2. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,12,13)
VAGO ^(5,26)	3. Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Vanessa Grazziotin e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e o Senador Antonio Carlos Valadares, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 9/2017-BLSDDEM).
2. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira, Cássio Cunha Lima e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 33/2017-GLPSDB).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 6/2017-GLBPRD).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Wilder Morais e Roberto Muniz foram designados membros titulares; e os Senadores Lasier Martins, Ivo Cassol e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 30/2017-BLDPRO).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Vicentinho Alves e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro, Thieres Pinto e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
6. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Braga, Romero Jucá, Elmano Férrer e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Hélio José, Garibaldi Alves Filho, Rose de Freitas e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 33/2017-GLPMDB).

8. Em 21.03.2017, o Senador Cássio Cunha Lima deixou de compor, pelo Bloco Social Democrata, a CI (Ofício 105/2017-GLPSDB).
9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de compor, como membro suplente pelo PMDB, o colegiado (Ofício 72/2017-GLPMDB).
10. Em 28.03.2017, os Senadores Kátia Abreu e Valdir Raupp foram designados membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 81/2017-GLPMDB).
11. Em 29.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 110/2017-GLPSDB).
12. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
13. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 49/2017-BLOMOD).
14. Em 12.09.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 78/2017-BLSDEM).
15. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romero Jucá, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
16. Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado, deixando de ocupar a vaga de titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Of. nº 215/2017-GLPSDB).
19. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
20. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 237/2017-GLPSDB).
21. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
22. Em 07.12.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro (Of. nº 120/2017-BLOMOD).
23. Em 07.12.2017, a segunda suplência do PMDB fica vaga, em virtude da designação da Senadora Kátia Abreu como suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado, conforme nota nº 22.
24. Em 12.03.2018, vago em virtude do retorno do Senador Ricardo Ferraço, titular do mandato.
25. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 18/2018-GLPSDB).
26. Em 10.04.2018, o Senador Pedro Chaves deixou de compor o colegiado pelo Bloco Moderador (Of. nº 25/2018-BLOMOD).
27. Em 17.4.2018, o Senador Valdir Raupp deixou de ocupar a vaga de suplente para ocupar a vaga de titular na comissão, pelo PMDB, em substituição ao Senador Raimundo Lira (Of. 46/2018-GLPMDB).
28. Em 17.04.2018, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ronaldo Caiado, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2018-GLDEM).
29. Em 18.04.2018, o Senador Romero Jucá foi designado membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor o colegiado (Of. nº 50/2018-GLPMDB).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286



8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PROS-DF)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Moraes (DEM-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Notas:

*. Em 12.07.2017, foi lido em Plenário o Requerimento nº12, de 2017, da CI, que altera de 3 para 5 o número de membros da subcomissão (Of. 99/2017-PRESCI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) ^(8,14)	1. Senador Romero Jucá ⁽⁸⁾
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ⁽⁸⁾	2. Senadora Simone Tebet ^(8,14)
Senador Waldemir Moka ^(8,10)	3. Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾
Senador João Alberto Souza ⁽⁸⁾	4. Senador Dário Berger ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(4,12)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(4,12,24)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	2. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁵⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁵⁾
VAGO ^(5,11)	2. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ^(7,15,21)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(7,15)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽³⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽³⁾	2. Senador Wilder Moraes (DEM-GO) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽²⁰⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾	1. VAGO ^(19,22,23,26)
^(2,18)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁶⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁶⁾
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(6,16,25)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁶⁾

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 34/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 12/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 25/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 17/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 26/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Elmano Férrer, Jader Barbalho e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Hélio José, Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-GLPMDB).
- Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Fátima Bezerra Presidente deste colegiado (Memo. nº 6/2017-CDR).
- Em 15.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, pelo PMDB (Of. 56/2017-GLPMDB).
- Em 21.03.2017, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a comissão como membro titular (Ofício 100/2017-GLPSDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular; e Senadora Ângela Portela, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-GLBPRD).
- Em 29.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 8/2017-CDR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

14. Em 29.03.2017, o Senador Hélio José passa a atuar como membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, designada como suplente, pelo PMDB (Of. 71/2017-GLPMDDB).

15. Em 29.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Social Democrata (Of. 12/2017-GLDEM).

16. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.

17. Em 08.08.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. 55/2017-BLDPRO).

18. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. nº 81/2017-BLSDEM).

19. Em 19.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. nº 86/2017-BLSDEM).

20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

21. Em 07.11.2017, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Ofício 228/2017-GLPSDB).

22. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.

23. Em 05.12.2017, o Senador Elber Batalha foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Democracia e Cidadania, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares, que está de licença (Memo. nº 14/2017-GLBPDC).

24. Em 13.12.2017, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 122/2017-BLPRD).

25. Em 07.03.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 15/2018-BLOMOD).

26. Em 23.03.2018, o Senador Elber Batalha deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular (Of. nº 1/2018-GSACAR).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁸⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Waldemir Moka ⁽⁶⁾	1. Senadora Rose de Freitas ⁽⁶⁾
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ⁽⁶⁾	2. Senador Romero Jucá ⁽⁶⁾
Senador Valdir Raupp ⁽⁶⁾	3.
Senador Dário Berger ⁽⁶⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁴⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽⁴⁾	2. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁷⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁷⁾	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽³⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽³⁾
Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽³⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹²⁾	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²⁾	1.
(2,9)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,10,11)
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁵⁾	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Paim, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CRA (Of. nº011/2017-GLBPRD).
2. Em 09.03.2017, os Senadores Lúcia Vânia e Roberto Rocha foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Memo. nº018/2017-BLSDEM).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ivo Cassol foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CRA (Memo. nº028/2017-BLDPRO).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLPSDB).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
6. Em 10.03.2017, os senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp e Dário Berger foram designados membros titulares; e os senadores Rose de Freitas e Romero Jucá, membros suplentes, pelo PMDB, para compor a CRA (Of. nº 37/2017-GLPMDB).
7. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
8. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ivo Cassol e Valdir Raupp, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 2/2017-SACRA).
9. Em 06.04.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de compor a comissão, pelo Bloco Socialismo e Democracia (Memo. 42/2017-BLSDEM).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-BLOMOD).
12. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.



Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)

TITULARES	Suplentes
PMDB ⁽²²⁾	
Senador Waldemir Moka ⁽⁸⁾	1. Senador Airtton Sandoval ⁽¹⁰⁾
VAGO ^(8,12)	2. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽¹¹⁾
Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾	3. Senador Dário Berger ⁽¹⁶⁾
Senador João Alberto Souza ⁽⁸⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(1,15)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
VAGO ^(1,14)	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	3. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ^(1,15)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁷⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(4,20)	2.
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁷⁾	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁷⁾	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁹⁾	1. VAGO ^(3,18)
	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁶⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
VAGO ^(5,13,19,21)	1. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁵⁾
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽⁵⁾	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Jorge Viana e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCT (Of. nº013/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Omar Aziz e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Cameli e Ivo Cassol, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCT (Memo. nº023/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº006/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 31/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº 24/2017-BLSDEM).
- Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Waldemir Moka, Eduardo Braga, Valdir Raupp e João Alberto Souza foram designados membros titulares pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 34/2017-GLPMDB).
- Em 14.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-BLSDEM).
- Em 15.03.2017, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 58/2017-GLPMDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 70/2017-GLPMDB).
- Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.



14. Em 02.05.2017, a Senadora Fátima Bezerra deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 62/2017-GLBPRD).
15. Em 08.05.2017, o Senador Paulo Rocha passou a compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a ocupar o colegiado como membro suplente (Of. 64/2017-GLBPRD).
16. Em 11.07.2017, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 141/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 10.10.2017, a Senadora Lídice da Mata deixa de compor a Comissão, como suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 2/2017-GLBPDC).
19. Em 24.10.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, para compor o Colegiado (Of. 104/2017-BLOMOD).
20. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
21. Em 28.11.2017, o Senador Cidinho Santos deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. 118/2017-BLOMOD).
22. Em 07.02.2018, o Bloco da Maioria (PMDB) cedeu uma vaga de titular ao PRTB (Of. 16/2017-GLPMDB).

Secretário(a): Mariana de Abreu Cobra Lima

Reuniões: Terças-Feiras 14h:30 min -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.gov.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁸⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁸⁾**RELATOR:** VAGO

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Valdir Raupp ⁽³⁾	1. VAGO ^(6,14)
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽³⁾	2.
Senador João Alberto Souza ^(3,6,9)	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁴⁾
VAGO ^(7,12)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ⁽¹¹⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹³⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(5,10)

Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Lindbergh Farias e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 15/2017-GLBPRD).
2. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 13/2017-BLSDEM).
3. Em 10.03.2017, os senadores Valdir Raupp, Hélio José e Kátia Abreu foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 43/2017-GLPMDB).
4. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
5. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Thieres Pinto, membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 28/2017-BLOMOD).
6. Em 28.03.2017, a Senadora Kátia Abreu deixou de compor o colegiado como titular, passando a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 82/2017-GLPMDB).
7. Em 04.04.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 111/2017-GLPSDB).
8. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Hélio José e Wellington Fagundes, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CSF).
9. Em 05.04.2017, o senador João Alberto Souza foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-GLPMDB).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 29.06.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular e o Senador Otto Alencar, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. nº 36/2017-BLDPRO).
12. Em 28.08.2017, o Senador Dalirio Beber deixou de compor, como titular, a comissão, pelo Bloco Social Democrata (Of. 197/2017-GLPSDB).
13. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
14. Em 23.02.2018, a Senadora Kátia Abreu deixou de compor, como suplente, a comissão, pelo PMDB (Of. 20/2018-GLPMDB).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz**Telefone(s):** 61 33034440**E-mail:** csf@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Airtton Sandoval (PMDB-SP) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Renan Calheiros ⁽¹⁰⁾	1. Senadora Simone Tebet ⁽¹⁸⁾
Senador Airtton Sandoval ⁽¹⁰⁾	2. Senador Garibaldi Alves Filho ⁽¹⁸⁾
Senador Dário Berger ⁽¹⁰⁾	3. Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ⁽¹⁸⁾
Senador Romero Jucá ⁽¹⁰⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁴⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁵⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁶⁾
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁵⁾	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁷⁾
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁶⁾	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(7,20)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁹⁾	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁷⁾
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁹⁾	2. Senador Wilder Moraes (DEM-GO) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽¹⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(2,13)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽³⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(8,15,16)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽¹⁶⁾
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(8,14)	2.

Notas:

*. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Transparência e Governança Pública" (CTG) para "Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor" (CTFC).

1. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 11/2017-BLSDEM).

2. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque foram designados membros suplentes pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 28/2017-BLSDEM).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Jorge Viana, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Dalirio Beber foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 41/2017-GLPSDB).

6. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

7. Em 21.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 101/2017-GLPSDB).

8. Em 23.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Fernando Collor foram designados membros titulares, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-BLOMOD).

9. Em 23.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Gladson Cameli foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 1/2017-BLDPRO).

10. Em 31.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Airtton Sandoval, Dário Berger e Romero Jucá foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 40/2017-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



11. Em 04.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 54/2017-GLBPRD).
12. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira e Airtton Sandoval, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CTFC).
13. Em 06.04.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 41/2017-BLSDEM).
14. Em 10.04.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador (Of. nº 41/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 26.04.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Lopes, membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. nº 57/2017-BLOMOD).
17. Em 14.06.2017, os Senadores Ana Amélia e Wilder Moraes foram designados membros suplentes, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. nº 29/2017-BLDPRO).
18. Em 08.08.2017, os Senadores Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Elmano Férrer foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (PMDB) no colegiado (Of. 163/2017-GLPMDB).
19. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
20. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Quartas-feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 03/02/2017

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 27 de junho de 2017.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁸⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995

7ª Eleição Geral: 14/07/2009

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

8ª Eleição Geral: 26/04/2011

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

11ª Eleição Geral: 30/05/2017

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
Senador Airtton Sandoval (SP)		1. Senador Jader Barbalho (PA)	
Senador João Alberto Souza (MA)		2. Senador Eduardo Braga (AM)	
Senador Romero Jucá (RR)		3. VAGO (15)	
Senador Hélio José (PROS-DF) (16)		4. (1)	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)			
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)		1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (14)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)		2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)		3. Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)			
Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2,3,9,12)		1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4,5,13)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) (2,3)		2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4,5)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)			
Senador José Pimentel (PT-CE)		1. Senadora Regina Sousa (PT-PI)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)		2. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (6)	
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS)			
Senador João Capiberibe (PSB-AP)		1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)		2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)			
Senador Telmário Mota (PTB-RR) (10,11)		1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (7,17)	
Senador Pedro Chaves (PRB-MS)		2.	
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)			
Senador Roberto Rocha (PSDB/MA)			

Atualização: 07/06/2017

Notas:

1. O Senador Elmano Férrer renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do MEMO nº024/2017 - GSEFERRE, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
2. Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
3. Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
4. Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
5. Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
6. A Senadora Fátima Bezerra renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleita na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OF.nº69/2017 - GSFBEZER, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
7. O Senador Telmário Mota renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OFÍCIO/GSTMOTA/012/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
8. Os Senadores João Alberto Souza e Pedro Chaves foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente do Conselho na 1ª Reunião de 2017, realizada em 06.06.2017.
9. O Senador Ivo Cassol renunciou à vaga de 1º Titular do Bloco Parlamentar Democracia Progressista no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para o qual foi eleito na Sessão do Senado Federal de 31/05/2017, nos termos do Ofício nº220/2017 - GSICAS, lido na Sessão do Senado Federal de 08/06/2017.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



10. O Senador Wellington Fagundes renunciou à vaga de Titular do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Of. Nº 074/2017 - BLOMOD, datado de 14.06.2017, lido na sessão do Senado Federal do dia 19.06.2017.
11. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Ofício nº 75/2017-BLOMOD, de 14.06.2017.
12. O Senador Gladson Cameli foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Memorando nº 26/2017- BLDPRO, de 08.06.2017.
13. Eleito membro suplente na Sessão do Senado Federal de 27.06.2017, nos termos do MEMO nº 034-BLDPRO/2017.
14. O Senador Cássio Cunha Lima foi eleito membro suplente do Conselho, conforme Of. nº 170/2017-GLPSDB, subscrito pelo Líder do PSDB, Senador Paulo Bauer, lido na Sessão do Senado Federal de 04 de julho de 2017.
15. O Senador Hélio José renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Memo GSHJOSE nº 07-245/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05/07/2017.
16. O Senador Hélio José foi eleito membro titular do Conselho, conforme Of. GLPMDB nº 125/2017, subscrito pelo Líder do PMDB e do Bloco da Maioria, Senador Raimundo Lira, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.
17. O Senador Cidinho Santos foi eleito membro suplente do Conselho, conforme Of. nº 081/2017 - BLOMOD, subscrito pelo Líder do Bloco Moderador, Senador Wellington Fagundes, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ
(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011
6ª Designação: 11/03/2013
7ª Designação: 26/11/2015

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
REDE
PRB
PTC
PODE
PRTB
PROS



Atualização: 08/02/2017



4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTC-AL)

MEMBROS	
PTB	
Senador Fernando Collor (PTC-AL)	
PSC	
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)	
PMDB	
Senador Romero Jucá (RR)	
(1)	

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.



5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES
(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 23/03/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 11/03/2013
4ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

Atualização: 01/06/2017



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 21/03/2012
4ª Designação: 11/03/2013
5ª Designação: 20/05/2014
6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS



Atualização: 11/11/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258**Fax:** 3303.5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL

*(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 22/08/2013**2ª Designação:** 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

Atualização: 18/10/2016

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 20/12/2013**2ª Designação:** 16/09/2015

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PROS
PRTB

Atualização: 11/11/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR:

1ª Designação: 16/11/1995
2ª Designação: 30/06/1999
3ª Designação: 27/06/2001
4ª Designação: 25/09/2003
5ª Designação: 26/04/2011
6ª Designação: 21/02/2013
7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	PMDB
VAGO	PMDB
VAGO	PT
VAGO	PSDB
VAGO	PSD

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
	PROCURADORA
Atualização: 03/02/2017	

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS	
	PMDB
	VAGO
	PT
	VAGO
	PSDB
	VAGO
	PSB
	VAGO
	PDT
	VAGO
	PR
	VAGO
	PSD
	VAGO
	DEM
	VAGO
	PP
	VAGO
	PTB
	VAGO
	PPS
	VAGO
	PCdoB
	VAGO
	PSC
	VAGO
	PRB
	VAGO
	REDE
	VAGO
	PTC
	PODE



Atualização: 29/11/2016**Notas:**

*. Vagos (Art.17, caput, da Res. 42/2010).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61)3303-5255**Fax:** (61)3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS



15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO
(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS



16) COMENDA ZILDA ARNS
(Instituída pela RSF 21/2017, em 26/10/2017)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PROS
REDE
PSC
PRB
PTC
PODE



17) COMENDA DO MÉRITO FUTEBOLÍSTICO ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL

Número de membros: 19 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):

MEMBROS
DEM
PCdoB
PDT
PMDB
PPS
PP
PRTB
PRB
PROS
PSC
PSD
PSB
PTB
PTC
PR
PSDB
PT
PODE
REDE



18) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR
(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS



**19) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO**
(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

PRESIDENTE:**VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 01/07/2015

MEMBROS
DEM
PCdoB
PDT
PMDB
PP
PPS
PR
PRB
PSB
PSD
PSDB
PT
PTB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

Atualização: 01/06/2016

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP**Endereço:** Anexo II, térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

20) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA*(Resolução do Senado Federal nº 43 de 2016)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PDT
PSB
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-4561**E-mail:** saop@senado.leg.br

Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

